

**Universidade de Lisboa**  
**Faculdade de Letras**  
**Departamento de História**



**Contributo para a caracterização do  
mundo rural olisiponense**

**Alda Delicado**

**Mestrado em História Antiga**

**2011**

**Universidade de Lisboa**  
**Faculdade de Letras**  
**Departamento de História**



# **Contributo para a caracterização do mundo rural olisiponense**

**Alda Delicado**

**Orientada pelo Prof. Doutor Amílcar Guerra**

**Mestrado em História Antiga**

**2011**

## Índice

Introdução.....	4
I – Metodologia e enquadramento.....	6
II – Considerações sobre a economia romana.....	13
III – A geografia da península de Lisboa.....	22
IV – A exploração agrícola.....	31
V – Recursos marinhos.....	56
VI – Actividades extractivas.....	70
VII – Outras Actividades Produtivas.....	82
VIII – Actividade comercial.....	89
Considerações finais.....	101
Bibliografia.....	103
ANEXOS.....	121
Anexo 1 – Principais citações referidas no texto.....	122
Anexo 2 – Tabela de sítios arqueológicos romanos no município olisiponense.....	130
Anexo 3 – Villae e complexos industriais no município olisiponense.....	138

## Introdução

Quando se fala no império romano a imagem que geralmente permanece é a das grandes cidades e das suas construções monumentais, a de um sistema viário eficiente com as suas calçadas e pontes. No entanto, o desenvolvimento do mundo rural desempenhou um papel fundamental na economia e sociedade romanas, ainda que habitualmente menos conhecido do grande público. Os contextos rurais associavam-se a essa realidade urbana e complementavam-na através de formas ainda hoje pouco estudadas.

O mundo rural romano e em particular os aspectos relacionados com a sua economia são temas que têm despertado menos interesse por parte dos historiadores. Em consequência, existe uma certa lacuna nesse domínio, particularmente em estudos regionais que abordem os temas económicos, uma vez que a maioria dos estudos publicados dedica-se aos ambientes urbanos ou residenciais, correspondendo deste modo ao interesse geral.

Este trabalho tem como objectivo dar um contributo para colmatar essa lacuna, procurando clarificar alguns aspectos do mundo rural romano do território olisiponense, através de uma síntese dos principais dados conhecidos, esboçando uma imagem da região na época romana e da forma como se inseria na economia da época. Periferia do mundo conhecido e simultaneamente ponto estratégico, *Olisipo* desde cedo desempenhou um papel de charneira no contexto imperial, com o porto mais importante da costa atlântica, plataforma comercial num complexo mundo de trocas globais.

Em primeiro lugar será necessário definir o âmbito cronológico e geográfico assim como a metodologia que orientou o estudo do tema. Seguidamente são dedicadas secções específicas às principais actividades económicas desenvolvidas no município: agricultura, pecuária, pesca e produção de preparados piscícolas, actividades extractivas, outras actividades complementares como a metalurgia, a produção cerâmica e têxtil e por fim as actividades comerciais.

Descrevendo todas as evidências disponíveis até ao momento, ficaremos com uma imagem da economia do município em particular no seu âmbito rural. Esta é em si uma representação apenas parcelar já que as progressivas investigações arqueológicas que vão sendo realizadas permitem aclarar cada vez mais essa imagem, que tem ainda necessariamente muitas lacunas.

Gostaria de agradecer em primeiro lugar ao orientador do trabalho e do mestrado, Prof. Doutor Amílcar Guerra pelas correcções, conselhos e sugestões dados mas também pela motivação que me transmitiu e que foi fundamental para levar o trabalho a bom porto. Fundamentais foram também os comentários e referências bibliográficas dos Prof. Doutor Carlos Fabião, da Prof.

Doutora Ana Margarida Arruda, da Prof. Doutora Maria Cristina Pimentel e do Prof. Doutor Nuno Simões Rodrigues. Agradeço ainda à Dr<sup>a</sup>. Alexandra Gomes e ao Dr. Bruno Cordeiro pela ajuda na feitura dos mapas das localizações dos sítios arqueológicos e à Dr<sup>a</sup> Isabel Pereira Leite, responsável pela Biblioteca Central da Faculdade de Letras do Porto, que me ajudou incansavelmente nas pesquisas nessa instituição. Ainda uma palavra de apreço aos meus colegas Júlia Almeida, Iuri Vieira Martins, Aurora Mocho, Joaquina Carita e Maria Fernandes pela amizade, comentários e revisões ao longo de todo o mestrado. Por fim tenho que agradecer à minha família pelo constante apoio, ajuda e encorajamento ao longo destes quase quatro anos.

## I – Metodologia e enquadramento

O estudo de um tema histórico é sempre uma tarefa algo complexa, em especial se estivermos a falar de um período recuado. Isto porque as fontes às quais podemos recorrer sofreram a inexorável erosão do tempo. As obras literárias que nos chegaram são parciais e podem defender pontos de vista que não compreendemos totalmente porque as lermos com os nossos olhos modernos. Os vestígios arqueológicos que descobrimos só nos podem dar uma visão parcial da realidade antiga dado o seu carácter fragmentário e a inevitável degradação dos materiais.

O estudo da economia do período romano na região de *Olisipo* não podia ser diferente. Através dos relatos dos autores do período e através dos vestígios arqueológicos iremos procurar descrever o que se sabe hoje em dia das actividades produtivas deste município. Tentaremos descrever e obter uma imagem o mais precisa possível de uma realidade que está longe de estar definida e fechada. As novas investigações arqueológicas permitem-nos cada vez mais levantar o véu que ainda esconde uma sociedade e uma província que apesar de se incluir no vasto império romano tinha as suas especificidades.

As fontes a que poderemos recorrer para o estudo desta temática são de diversa natureza. Em primeiro lugar as fontes literárias clássicas são um ponto de partida importante pois revelam um olhar contemporâneo sobre uma realidade que hoje em dia já não podemos avaliar directamente, embora como todas as criações literárias, as informações que contêm reflectam não apenas os factos mas também as concepções e os objectivos dos seus autores. Por outro lado temos ainda os estudos arqueológicos que nos permitem observar e recriar as estruturas antigas e que muitas vezes podem ser cruciais para iluminar aspectos que as fontes literárias não abordam. Outro tipo de informações pode ainda ser retirado dos estudos paleobotânicos que nos indicam quais seriam as espécies presentes na região e qual a sua relevância na economia local. Outras informações ainda podem ser colhidas das fontes epigráficas, através das quais podemos começar a estruturar as relações económicas que se estabeleciam entre as zonas rurais e urbanas.

Rios banhados de ouro e pedras preciosas, abundantes veios metálicos, uma terra fértil, uma costa aprazível e facilmente navegável, estes foram alguns dos elementos que tornaram a Lusitânia famosa no mundo clássico. Muitos autores referiram-se às riquezas naturais da província, alguns com intuítos pedagógicos, outros com intuítos literários. Todos foram, no entanto, unânimes em descrever a riqueza da província mais ocidental do Império.

Especificamente no caso do *ager olisiponense*, as fontes literárias são um pouco escassas, embora existam ainda algumas referências muito específicas como por exemplo aos cavalos do

monte *Tagro*, região que é identificada pelos historiadores como a serra de Sintra ou a de Monsanto<sup>1</sup>, ou as famosas descrições da riqueza aurífera do Tejo (Fernandez Nieto 1970-71, p. 248). Através destas descrições contemporâneas podemos ficar com uma ideia das actividades económicas da região e da sua importância no contexto do império.

Foram essencialmente três os autores que nos deixaram algumas pistas sobre os recursos e as actividades económicas da região de *Olisipo*<sup>2</sup>. O primeiro terá sido Estrabão, um autor grego de finais do século I a.C. e de inícios do século I d. C., que nos deixou uma obra que descrevia o mundo conhecido à época. O III volume é dedicado à Hispânia, uma região onde nunca terá estado já que as suas viagens se limitaram às regiões orientais do Império, sendo Itália a zona mais a Ocidente para onde se deslocou (Duecker, 2000, p. 15). Apesar disso as suas descrições procuram ser bastante exactas, recorrendo às obras de Políbio<sup>3</sup>, Posidónio<sup>4</sup>, Artemidoro<sup>5</sup> e Asclepiades<sup>6</sup>, mas também os relatos dos comerciantes e militares que tinham visitado a Hispânia mais recentemente (García y Bellido, 1987, p. 36). A descrição de Estrabão baseia-se nos elementos geográficos da região, com particular destaque para a embocadura do rio Tejo, para a fertilidade dos seus campos mas também para os produtos que vinham desta região, um motivo de interesse para os seus leitores, que assim conheciam terras longínquas.

O segundo autor que nos deixou algumas informações sobre a região foi Varrão. Historiador contemporâneo de Estrabão, foi um dos autores mais prolixos do final da época republicana. No

---

<sup>1</sup> As éguas da região do Tejo seriam famosas por serem emprenhadas pelo vento, identificado como Zéfiro, ou Favónio, mas os seus potros viveriam apenas durante três anos. Esta história surge primeiro na obra de Varrão, *Res Rusticae* (2.1.19), mas surge referida em muitos outros autores como Columela ou Plínio (Fernandes, 1983-84: 53-54). Recentemente Alicia Canto levantou a possibilidade de uma justificação genética poder explicar a fecundação das éguas sem intervenção de um macho, factor que teria dado origem ao mito (Canto, 2009, p. 205)

<sup>2</sup> Justino Almeida recolhe num artigo de 1992 as referências explícitas feitas à cidade de *Olisipo* nas fontes clássicas e que são infelizmente muito poucas (Almeida, 1992, pp. 23-28).

<sup>3</sup> Políbio esteve na Hispânia enquadrado no exército do general Cipião por volta de meados do século II a.C., existindo referências a uma História da Guerra Numantina que teria escrito, mas de que nada subsiste. A sua obra mais conhecida foi, no entanto, uma História em 40 volumes, da qual só conhecemos completos os primeiros cinco volumes. As referências à Lusitânia encontram-se no volume 34 da sua História, no qual descreve algumas das riquezas da província e que são citadas em dois textos que sobreviveram até aos nossos dias: o volume III da Geografia de Estrabão, e a obra *Deipnosophistas* de Ateneu de Naucrátis no volume VIII no qual descreve as riquezas da Lusitânia (OCD, 1996, pp. 592-3).

<sup>4</sup> Posidónio foi um distinto filósofo estóico originário de Apameia na Síria e que viveu de finais do século II a.C. até meados do século I a.C.. Ficou conhecido como um dos homens mais cultos do seu tempo, tendo viajado por diversas regiões sob o domínio romano. Um dos locais que visitou terá sido a Hispânia, embora as informações de que dispomos sobre essa viagem sejam apenas as citações que Estrabão faz das suas observações sobre o pôr do sol e as marés, que terá efectuado em Gades, bem como algumas observações sobre as riquezas minerais da região de que falaremos mais à frente (OCD, 1996, pp. 607-8).

<sup>5</sup> Artemidoro foi um estudioso grego que viveu no século II a.C. e que viajou por várias regiões da Europa recolhendo um manancial de informações de natureza geográfica, tendo mesmo corrigido as informações de Eratóstenes sobre a região da Hispânia. Os resultados das suas viagens foram publicados numa obra em 11 volumes da qual só restam alguns fragmentos, partes de um resumo feito por Marciano de Heracleia e as abundantes citações de autores como Estrabão e Plínio (OCD, 1996, p. 79).

<sup>6</sup> Asclepiades de Mirleia é outro dos autores referidos por Estrabão que terá vivido no século I a.C., mas sobre ele conhecemos muito pouco. Terá desempenhado a profissão de professor na Hispânia, tendo escrito várias obras, incluindo uma que descreveria as tribos da Ibéria, como o próprio Estrabão refere em III, 4, 3 (Smith, 1870, p. 381).

entanto até nós chegou completa apenas uma obra, a *Res Rusticae*, um tratado de agricultura que descreve em três volumes os vários aspectos de uma das actividades romanas mais tradicionais. Varrão foi um militar que esteve na Hispânia, onde terá observado muitos aspectos, que mais tarde aplicou nesta sua obra de pendor essencialmente didáctico. São poucas as suas observações específicas sobre esta região. Mas são certamente valiosas quando temos tão poucos relatos de quem efectivamente passou por esta região, apesar de algumas das informações que recolheu serem mais míticas dos que reais.

O terceiro autor, e provavelmente o mais importante pela vastidão da informação recolhida, é Plínio-o-Velho. Tendo já nascido em pleno período imperial, desenvolveu a sua carreira militar em várias províncias tendo estado, eventualmente, na Hispânia, embora apenas na província Tarraconense (Healy, 2000, pp. 1-7).

Apesar de possuímos referências a outras obras, a única que sobreviveu completa foi a *Naturalis Historia* em 37 volumes, na qual procurou recolher todo o tipo de informações sobre astronomia, meteorologia, geografia, mineralogia, zoologia e botânica – em suma, todos os aspectos da natureza. Esta obra foi publicada apenas depois da sua morte, podendo por isso não estar completa segundo o entendimento do seu autor. Foi, no entanto, durante muitos anos a autoridade do conhecimento natural da Idade Média e Renascimento (Gudger, 1924, p. 21).

As informações económicas relativas à província da Lusitânia encontram-se em vários volumes, consoante a sua temática. Segundo García y Bellido (1986, pp. 101-102), teriam sido três as principais fontes literárias consultadas sobre a Hispânia: o *Orbis Pictus* de Agripa, uma representação do império com um conjunto de textos explicativos; o chamado «Breviário de Augusto», que continha estatísticas militares e económicas de todo o império; e as obras de Varrão, como já referimos, um autor que esteve na Hispânia em campanha militar durante muitos anos, conhecendo bem a realidade de toda a Península.

Apesar das críticas de que tem sido alvo<sup>7</sup>, a obra de Plínio dá-nos um conjunto de informações que nos permitem ter uma ideia da riqueza natural da Lusitânia. A fiabilidade das informações que apresenta em particular sobre a Hispânia é baseada não apenas nas leituras que cita<sup>8</sup>, e das quais não temos qualquer motivo para duvidar, mas também neste caso na sua própria experiência, uma vez que o autor desempenhou cargos públicos na província, tendo a possibilidade

---

<sup>7</sup> Uma das críticas mais frequentes é a falta de método na apresentação de informação, que parece ser mais um conjunto de dados curiosos e interessantes do que uma recolha de informações sistematizadas e organizadas. Por outro lado, também é colocado em questão se o autor efectivamente consultou todas as obras que apresenta ou se apenas as cita tendo recolhido as informações de uma fonte secundária (Guerra, 1995, pp. 23-27)

<sup>8</sup> Por exemplo, uma das fontes citadas por Plínio é Cornelio Boco, um autor proveniente da Lusitânia e que terá deixado algumas obras sobre os recursos naturais da região, das quais infelizmente possuímos actualmente apenas citações secundárias.



de comprovar pessoalmente as características que descreve. No entanto, é necessário considerar que estas informações são em grande parte limitadas no tempo já que se referem essencialmente ao século I d.C., período em que terá desempenhado esses cargos. Todavia, as informações de carácter geográfico e económico que nos fornece alteram-se muito lentamente, tornando a sua validade relevante para o período romano em estudo.

Embora na sua obra se restrinja a questões muito específicas como os produtos agrícolas e minerais, as informações de Plínio geralmente são coincidentes com as referidas por outros autores antigos, o que nos permite ter alguma confiança na sua veracidade, contribuindo para enriquecer de forma substancial a imagem que temos da economia da Lusitânia. De especial relevância será a descrição dos processos de extracção dos vários minérios, os quais, embora não se limitem à região da Lusitânia, nos dão importantes informações sobre as técnicas e métodos de exploração usados na antiguidade e que certamente se aplicariam nesta província.

Com o recurso a estas várias fontes literárias e com os dados disponíveis de outra natureza, pretendemos dar uma imagem das actividades económicas da região de *Olisipo*. As informações são variadas, desde as mais concretas e verosímeis até aos mitos mais improváveis. A arqueologia conseguiu confirmar algumas delas e apontou também alguns caminhos de investigação sobre produtos que as fontes literárias não mencionavam. Por exemplo, as actividades de produção de preparados piscícolas não são referidas por nenhum autor clássico, mas a descoberta de um conjunto vasto de cetárias, fornos de produção de ânforas e de evidências do comércio destes produtos em regiões distantes deu-nos uma percepção da importância de uma actividade económica que deveria representar uma das fontes de riqueza mais importantes de *Olisipo* e de uma boa parte da região costeira da Lusitânia.

As informações que conseguimos recolher a partir dos estudos arqueológicos são muito importantes já que a maioria das fontes literárias não se reportam especificamente à região de *Olisipo*. Apenas a investigação no local nos permite aferir a importância económica das diversas actividades. No entanto, esta investigação tem também as suas limitações quando se trata de avaliar a dimensão que tiveram na antiguidade. Por um lado a sobrevivência de determinadas estruturas não nos permite concluir que seriam as únicas ou as mais importantes da região e a zona do actual município lisboeta sofre particularmente com a destruição causada pela intensa urbanização, em particular das regiões costeiras. Por outro lado a investigação de determinados locais foi efectuada, mas sem que tivessem sido publicados os seus resultados, mantendo-se uma lacuna de informação que deveria ter sido colmatada.

O estudo das zonas rurais levanta ainda desafios adicionais, já que a sobrevivência de muitas práticas tradicionais pode levar a assumir uma continuidade que pode não se verificar ou a ignorar

padrões que possam efectivamente ter existido (Fabião; 1999-2000, p. 7-8). A realização de estudos sistemáticos<sup>9</sup> na região será uma das formas mais importantes de conhecer a realidade rural do *ager* olisiponense e compreender de que modo se estabeleciam interacções económicas entre o mundo rural e urbano.

Conjugando então estes dois tipos de fontes, literárias e arqueológicas, procuraremos dar uma imagem dos mais importantes produtos que provinham da região de *Olisipo*, mas também de quem os produzia, onde e como. Esta visão será necessariamente limitada pela informação disponível à data, sendo que este é um dos terrenos que ainda poderá ter muitas surpresas já que as investigações arqueológicas, em particular desenvolvidas pelas várias câmaras municipais, têm posto a descoberto cada vez mais realidades que permaneciam enterradas. Nos próximos anos certamente que aumentará o nosso conhecimento sobre estas matérias e este contributo serve como um ponto de partida e uma tentativa de sistematização que estará certamente em breve desactualizada.

Estabelecida a metodologia, é ainda necessário definir o âmbito cronológico e geográfico desta abordagem. As primeiras referências à cidade de *Olisipo* dão conta da passagem de Décimo Júnio Bruto que teria até fortificado a cidade<sup>10</sup>. Tratava-se por isso de um núcleo urbano certamente com alguma importância na região e também pré-romano. Com a conquista da região e com a formação da província da Lusitânia já por Augusto a região de *Olisipo* vai adquirindo um carácter cada vez mais romanizado com a construção de edifícios e estruturas como o teatro, as termas ou o forum. A região envolvente da cidade vai também absorvendo estas características como é possível perceber através das epígrafes encontradas na região<sup>11</sup>.

Segue-se um período de desenvolvimento e de consolidação da região na realidade do império. A arqueologia permite-nos seguir o que é possível da evolução das estruturas construtivas da região. Como noutros locais do império, no século IV assiste-se a um renovar da construção de *villae* que atingem em alguns casos as suas formas mais luxuosas neste período<sup>12</sup>. Os séculos IV e V marcam assim o apogeu de uma forma de vida que se centra cada vez mais nos campos. No entanto, o debate sobre o fim da influência romana não tem uma resposta clara.

<sup>9</sup> Como decorreram por exemplo em locais como a zona rural à volta de *Pax Iulia* e que permitiu obter alguns dados preliminares interessantes sobre a ocupação do terreno (Lopes, 2001).

<sup>10</sup> A passagem de Estrabão (3, 33, 1) refere duas cidades, *Móron* e *Olisipo*, que seriam as duas mais importantes na barra do rio *Tagus*.

<sup>11</sup> Existem duas obras que recolhem um conjunto vasto de epígrafes em duas regiões rurais no município olisiponense. Uma delas é a obra de José d' Encarnação sobre as de Cascais (d' Encarnação, 2001) e a outra é a obra de Mário Cardoso sobre as epígrafes guardadas no Museu de Odrinhas em Sintra (Cardoso, 1956). Ambas procuram estabelecer cronologias para as inscrições encontradas essencialmente através dos aspectos estéticos mas também das expressões utilizadas, sugerindo que as mais recentes se reportam geralmente ao século I d.C.

<sup>12</sup> Uma das *villae* mais interessantes descobertas até agora na região é a de Freiria, em Cascais, cuja cronologia aponta para um desenvolvimento no século IV e para a sua rápida desagregação posterior (Cardoso e Encarnação, 1991, p.17). Ver Anexo 3 para mais detalhes.

Embora não seja de todo claro o fim do investimento em certas actividades produtivas, regista-se o abandono de estruturas fabris e de actividades económicas importantes como as cetárias da Baixa Lisboa (Bugalhão, 2001, p. 38) ou da Casa do Governador em Belém, onde a descoberta de uma moeda de Justiniano I datável do século VI d.C. estendeu a cronologia da ocupação e laboração do local até essa data (Fabião, 2009a, pp. 25-26). Com o desagregar do império algumas das estruturas são abandonadas, outras são reconvertidas e as evidências das ligações comerciais com as províncias mais distantes do império e com o seu próprio centro indicam-nos que provavelmente terá havido uma regionalização cada vez mais acentuada das produções num contexto em que os poderes centrais foram perdendo cada vez mais a sua vitalidade.

Os testemunhos escritos indicam que a formação da diocese de *Olisipo* terá ocorrido em meados do século IV e em 469 o rei Remismundo terá tomado a cidade segundo a crónica de Idácio, Bispo de Chaves, marcando assim o fim definitivo do domínio romano na região (Alarcão, J. 1994, p. 63). No entanto, as evidências arqueológicas cada vez mais nos levam a pensar que as estruturas económicas teriam persistido para além da influência política.

Apesar da dificuldade em estabelecer cronologias precisas, até porque não existem inícios e fins precisos, mas apenas adaptações a novas realidades, optámos por focar a recolha de informação no período mais activo da influência romana na região olisiponense, entre os séculos I d.C. e V d.C., embora nunca de uma forma totalmente estanque.

Quanto ao âmbito geográfico do estudo, vários autores procuraram delinear a região de influência do município olisiponense. Segundo Plínio, a cidade seria um município<sup>13</sup>, uma designação relativamente rara na obra do naturalista. A atribuição desta promoção à cidade, já que não se tratou de uma fundação romana, como outras localidades de destaque na Lusitânia neste período, está ainda em debate. Alguns historiadores consideram que se teria tratado de uma acção de Augusto, outros apontam para uma data mais antiga, com a responsabilidade de César<sup>14</sup>. Certa é apenas a referência a esse estatuto na época em que Plínio compôs a sua obra. Dada a inexistência de mapas ou marcos que nos indiquem as fronteiras desse município, uma das formas mais simples é a análise das epígrafes, já que em alguns casos os dedicantes ou os falecidos nelas nomeados indicam a sua proveniência ou a sua tribo, o que nos permite ter uma ideia geral da área de influência de cada localidade.

Assim, a maioria dos autores identifica a zona de Alenquer e Torres Vedras como a fronteira norte do município olisiponense, situando-se acima dela os territórios de influência de *Scallabis* e

---

<sup>13</sup> Na descrição das regiões e cidades da Lusitânia enuncia: “*municipium civium Romanorum Olisipo, Felicitas Iulia cognominatum*”. (NH 4.117)

<sup>14</sup> Uma síntese sobre esta temática e os vários argumentos pode encontrar-se em Faria, 2001, p. 353-4, que refere os vários historiadores que se debruçaram sobre a questão e que apresentam argumentos para cada uma das teorias.

de *Eburobritium*. O limite a ocidente é definido pela costa marítima da região e a oriente já é menos claro uma vez que poderia quedar-se pelo curso do rio Tejo ou eventualmente incluir alguns territórios na margem esquerda do rio (Alarcão, J. 1994, p. 61). Outros autores colocam este limite em questão, sustentando que uma boa parte do território da margem direita do rio poderia pertencer ao território escalabitano (Ribeiro, 1994a, pp. 80-81) .

A fronteira Sul seria ainda mais difícil de delimitar, já que até agora não foram encontradas nenhuma epígrafes nesta região que nos possam dar alguma pista sobre a integração administrativa dos habitantes desta zona. A maioria dos autores admite que uma parte da região na actual margem Sul pertencesse também à esfera de influência de *Olisipo* enquanto a restante península de Setúbal já seria da responsabilidade da cidade de *Salacia* (Alarcão, 1994, p. 61). A descoberta de vestígios romanos em ambas as margens do rio e de actividades económicas complementares como é o caso das unidades de preparados piscícolas (na cidade e em Cacilhas) e de fornos produtores de ânforas (em Porto dos Cacos ou na Quinta do Rouxinol), indica-nos que seria provável que estivéssemos perante uma mesma realidade económica distribuída por ambas as margens do rio<sup>15</sup>.

A distância que separava as duas margens do rio seria facilmente vencida pelas embarcações existentes no período e permitiria uma melhor eficiência económica já que as produções seriam localizadas nos locais mais aptos para elas. Registava-se assim um complexo económico no qual estariam integradas as duas margens. Dado que a cidade mais próxima ao Sul seria *Salacia*, que já se encontra a uma considerável distância, as produções das zonas ao sul do Tejo dificilmente se enquadrariam no âmbito dessa cidade e certamente se destinavam ao consumo ou distribuição através de *Olisipo*.

Apesar da pouca certeza na definição de fronteiras, um trabalho desta natureza exige que seja definido um âmbito geográfico e por isso optámos pela escolha da região que oferece menos ambiguidade. Assim, a fronteira Leste será a delimitada pelo rio Tejo, a norte quedamo-nos por Alenquer e Torres Vedras e a Sul incluímos também uma faixa estreita junto à margem do rio já que existe um conjunto relevante de actividades económicas nessa zona, que certamente pertenceriam à esfera de influência de uma cidade e efectivamente aquela que se afigura como a mais provável seria mesmo *Olisipo*.

---

<sup>15</sup> O artigo de Cardim Ribeiro (1994a, pp. 79-82) inclui um debate bastante detalhado e interessante sobre os limites do município olisiponense com um conjunto de evidências que apesar de não apontarem para uma clara definição, nos permitem avaliar quais os argumentos que defendem as várias localizações possíveis das fronteiras do território.

## II – Considerações sobre a economia romana

A história económica da Antiguidade suscitou no último século um interesse crescente. Vários historiadores procuraram interpretar a realidade económica das civilizações antigas e de que forma se enquadrava ou não nas estruturas económicas actuais. Teria existido uma evolução gradual e linear que nos trouxe inexoravelmente para a economia actual ou cada período cronológico e espacial teria desenvolvido uma estrutura própria que correspondia às necessidades específicas de cada população?

Roma representou um caso especial dentro das várias civilizações da antiguidade. A sua área de influência abarcou quase todo o mundo conhecido à época, num regime que se pretendia verdadeiramente global. Teve uma longa duração na história da Europa, abrangendo cerca de um milhar de anos. A introdução de várias tecnologias, da primeira rede viária europeia e de importantes circuitos comerciais são algumas das inovações que marcaram o apogeu desta civilização. No entanto, também outras questões não tão positivas marcaram a economia do período como a exploração intensiva dos recursos das províncias sob a alçada do império e que levanta questões sobre o tipo de dominação de que teriam sido alvo as populações locais.

Uma análise da economia do império romano tem que ter em conta todos estes aspectos, mas os estudos de que este tema tem sido alvo têm optado por diferentes abordagens, quer com o evoluir das mentalidades, quer com o acréscimo do conhecimento, já que a investigação arqueológica tem progredido grandemente, fornecendo pistas incontornáveis para a compreensão dos fenómenos económicos<sup>16</sup>.

No século XX, um dos primeiros autores a debruçar-se sobre as questões económicas foi Tenney Frank que nas suas obras dos anos 20 elaborou uma descrição da história romana sob o ponto de vista sócio-económico. A nova abordagem baseou-se essencialmente em informações literárias, já que o conhecimento arqueológico sobre o período e sobre as províncias ainda era muito reduzido, em especial sobre a Hispânia (Tenney Frank, 2004, p. 234). Foi um dos primeiros trabalhos a sistematizar a evolução económica da civilização romana e embora a primeira edição se centrasse apenas no período republicano, a segunda edição já incluía alguns capítulos sobre o período imperial.

Em 1926 surgiu uma das obras mais emblemáticas sobre a economia romana do período imperial da autoria de Michael Rostovtzeff. Marca a emergência da preocupação da análise económica tendo por base uma perspectiva sócio-económica que interpretava os acontecimentos da

---

<sup>16</sup> No contexto do estudo do comércio romano na *Britannia*, Carreras Monfort elaborou uma síntese sobre a evolução da forma como a economia romana foi encarada ao longo do tempo. (Carreras Monfort, 2000, pp. 21-43)

antiguidade à luz de condições e eventos modernos, nomeadamente na dicotomia entre capitalismo e economia planificada. Esse aspecto foi inovador mas também foi criticado por vários autores posteriores, como Moses Finley, que consideravam desapropriada a utilização de termos como burguesia, proletariado ou capitalismo para descrever a sociedade e economia romanas (Finley, 1999, p. 78).

A concepção da história económica da Antiguidade continuou a mudar nos anos 40 e 50 sob a influência de Karl Polanyi. O investigador húngaro observou que o racionalismo económico do presente não podia ser aplicado às civilizações antigas, já que se enquadram essencialmente nas modernas estruturas de mercado. Assim, propunha uma análise antropológica das necessidades e da forma da sua satisfação pelas várias populações para definir padrões, tendo identificado três: a reciprocidade, a redistribuição e a troca (Polanyi, 1976, pp. 296-302). Esta nova perspectiva, que dava maior peso à descrição das sociedades em vez de as tentar enquadrar em modelos modernos, foi aplicada por um vasto grupo de historiadores a várias realidades, embora não tivesse existido um trabalho específico deste grupo sobre a economia romana.

Moses Finley marcou a fase seguinte da investigação sobre a economia da Antiguidade. “The Ancient Economy”, que surgiu em 1973, procurava dar uma nova perspectiva, tentando abordar a civilização greco-romana seguindo os seus próprios ideais e conceitos em vez de tentar impor modelos modernos. A sua obra defendia assim que conceitos como capitalismo, indústria e mesmo inovação tecnológica não poderiam ser aplicados à antiguidade até porque as próprias populações não os entendiam (Finley, 1999, p. 23).

Abria-se um debate que ficou conhecido como a rivalidade entre modernistas e primitivistas. Estas duas visões da economia romana caracterizavam-se por uma oposição nos seguintes aspectos: a existência ou não de comércio; a autarquia ou a integração da economia global; e a existência ou não de crescimento económico e progresso tecnológico (Saller, 2005, p. 224). O historiador russo representaria a corrente modernista que encontrava pontos de contacto entre a economia de mercado do século XX e a progressiva globalização do império romano. Rostovtzeff via no passado uma forma de compreender o presente e por isso explicava a evolução da economia romana através de conceitos capitalistas, defendendo que tinha existido investimento tendo em vista o aumento da produtividade, o que levou à criação de um novo estrato da sociedade, a burguesia. Finley, por outro lado assumia uma postura associada ao primitivismo, vendo na economia romana um impulso apenas para a dignificação social, que estaria por detrás dos investimentos em vez da procura do lucro.

As duas visões foram-se afastando das ideias originais dos autores já que os historiadores seguiram as suas próprias vias de investigação e novos argumentos eram esgrimidos em ambos os

lados da barricada (Saller, 2005, p. 223). A existência de dois pólos pressupunha no entanto que a evolução económica seguia um percurso linear, situando o império romano quer num estágio menos desenvolvido quer como o precursor da economia de mercado. Estas duas concepções influenciaram profundamente a investigação sobre a história económica das décadas seguintes.

A visão de Finley foi predominante entre os historiadores posteriores, sendo corrente nos anos 80 a defesa de que a economia romana era subdesenvolvida, já que a maioria da população vivia praticamente ao nível da subsistência e que o nível de investimento nas manufacturas era muito baixo, assim como a procura de bens manufacturados. Para além desses aspectos, também a falta de inovação tecnológica e a falta de espírito empreendedor eram considerados condicionantes que justificavam o atraso da economia romana (Garnsey, 1990, p. 43).

Em 1986 a arqueologia começou a ser encarada como uma forma de clarificar vários pontos sobre a economia romana. Alguns exemplos dos aspectos inovadores que a arqueologia permitiu desvendar são: o estudo do papel da agricultura, que por deixar resíduos sob a forma de pólenes e sementes podem agora ser investigados pormenorizadamente através de análises específicas descobrindo os tipos de produtos cultivados ou os padrões de cultivo; a demografia da população cada vez mais detalhada, estudada através de dados das escavações feitas em necrópoles; a importância das manufacturas e da divisão do trabalho, comprovada pela prospecção de locais de trabalho e finalmente a evolução tecnológica também possibilitada pelos vestígios dos exemplos encontrados em escavações (Greene, 1986, p. 14-15).

Mais recentemente, Peter Temin voltou às semelhanças entre os modelos económicos actuais e a estrutura romana, tendo defendido que o império se caracterizava por ser uma economia de mercado. Por um lado refere que as evidências literárias efectivamente não apontam para um interesse particular pelo desenvolvimento económico, mas permitem-nos ter informações relevantes sobre o preço de bens e serviços, um bom indicador de uma economia monetizada (Temin, 2001, p. 13). Também a abundância de moedas comprova o seu uso habitual. Por outro lado, são várias as fontes que referem com algum detalhe a distribuição de alimentos (*annona*) para a população romana. A produção, transporte e distribuição destes alimentos era um processo complexo, pressupunha a existência de excedentes, e que seria difícil de organizar numa economia preocupada com a subsistência (Temin, 2001, p. 21).

Hoje em dia a posição dominante tende para uma postura mais equilibrada. Se por um lado se reconhece a importância da agricultura, por outro também se estudam os mecanismos de troca, evidência da complexidade e integração da economia. As referências literárias continuam a servir como base para a compreensão das realidades económicas, complementadas pelas evidências arqueológicas, que são, no entanto, enviesadas por factores de preservação. É dada cada vez maior

atenção às actividades não agrícolas, em especial nos contextos urbanos, onde o desenvolvimento do comércio e das manufacturas atingiu níveis mais elevados. A economia romana não era uma entidade homogénea, mas tinha especificidades regionais importantes sugerindo que não existia uma economia global e integrada, mas sim um conjunto de estruturas regionais com relações entre si (Mattingly, 2006, pp. 283-286).

Um dos principais pontos de discórdia entre as visões primitivista e modernista é exactamente até que ponto a civilização romana teria dado origem a inovação tecnológica e se se teria registado efectivamente crescimento económico. Desde tempos remotos a existência de evidências arqueológicas tinha levado a que a civilização romana ficasse conhecida pelas suas obras de engenharia, como os aquedutos e pontes, mas também pelas impressionantes construções de edifícios públicos, como termas e templos. Os vestígios que chegaram aos nossos dias pressupunham um grau de avanço tecnológico que tradicionalmente se considerava perdido durante a Idade Média, para ser apenas recuperado já no período da Renascença.

Moses Finley combateu estas ideias com um artigo publicado em 1965, no qual defendia que os grandes progressos tecnológicos tinham tido lugar no Neolítico e na Idade do Bronze e desde então a descoberta de novas técnicas se tinha limitado a um pequeno conjunto de invenções. A melhoria da capacidade de produção em actividades como a agricultura ou a cerâmica devia-se então a uma melhor utilização de técnicas e processos já existentes e não à introdução de novas tecnologias revolucionárias (Finley, 1965, p. 31). Os argumentos para suportar esta teoria baseiam-se nas fontes literárias que referem poucas inovações e na própria atitude dos autores e dos personagens das histórias que descrevem, que teriam muito pouco interesse em melhorias de produtividade. Os casos de invenções referidos eram muitas vezes negligenciáveis para a economia, uma vez que raramente se aplicavam às actividades produtivas (Finley, 1965, pp. 35-36). Outro dos mais importantes argumentos contra a inovação tecnológica seria a presença de escravos, que efectuavam a maior parte do trabalho, o que não teria levado ao surgimento de pressão no sentido de introduzir novos mecanismos que reduzissem a necessidade de mão-de-obra.

Recentemente vários autores começaram a colocar em questão esta perspectiva, já que essencialmente a investigação arqueológica tem aumentado muito o conhecimento das realidades da antiguidade. Kevin Greene, num artigo publicado 2000, refuta ponto por ponto o texto de Finley, enquadrando as teorias do historiador norte-americano no seu contexto e apresentando argumentos que justificam a sua posição diametralmente oposta. Finley tinha afirmado, por exemplo, que um dos principais motivos da construção das grandes obras arquitectónicas tinha sido a necessidade de reafirmar o prestígio social dos financiadores destas construções. No entanto, Greene aponta para o carácter prático da maioria dessas edificações, que contribuíram para a melhoria das condições de



vida das populações, como foi o caso do aqueduto e da Pont-du-Gard em França (Greene, 2000 p. 39). Por outro lado os estudos demográficos recentes referem que a população escrava tendia a diminuir, embora existisse uma situação diferenciada consoante as regiões do império (Greene, 2000 p. 50-51). Globalmente, o autor considera que a perspectiva de Finley tinha influenciado negativamente muitos historiadores, que encaravam as descobertas arqueológicas com cepticismo, sendo por isso necessário reconsiderar os pressupostos com os quais se inicia um estudo sobre a tecnologia na antiguidade.

Andrew Wilson em 2002 publicou um artigo que analisa a forma como a tecnologia tinha sido aplicada na antiguidade estudando casos da aplicação da força motriz da água em diversas actividades produtivas (Wilson, 2002, p. 9) e descrevendo ainda a importância das técnicas de mineração que utilizavam intensivamente a força da água para auxiliar o difícil trabalho de exploração dos minérios. A intensidade da mineração e das actividades metalúrgicas foi ainda comprovada por uma análise estratigráfica realizada na Gronelândia, que revela que os índices de poluição de cobre que advêm da metalurgia desse metal no século I d.C. só foram excedidos pelos níveis atingidos durante a Revolução Industrial, o que comprova a importância e intensidade dessa actividade (Wilson, 2002, p. 26).

Vários indicadores apontam então para a inovação tecnológica no período romano, o que tem levantado outra questão: será que existiu crescimento económico? Sendo interpretado como um aumento global da riqueza e do nível de vida da população, é difícil aferir se existiu efectivamente crescimento já que as estatísticas de que dispomos são poucas e por vezes a sua interpretação levanta dúvidas. Apesar disso, surgiram vários estudos que tinham como objectivo tentar quantificar a evolução da economia romana. O crescimento das cidades, o elevado número de naufrágios e a presença de muito exemplares de moedas descobertas em todos os locais onde foram feitas prospecções arqueológicas são alguns dos indicadores que apontam para uma maior complexidade da economia romana e para a importância crescente de actividades não-agrícolas (Scheidel, 2007, p. 13).

Outros estudos apontam ainda para o desenvolvimento de indústrias locais, que teriam contribuído para o declínio da produção centralizada. Dados os elevados custos de transporte, a produção local era mais rentável, tendo por exemplo, no caso da *terra sigillata*, surgido importantes centros na Gália e na Hispânia, que rivalizavam com a produção original de Arezzo. Esta situação também surgia na produção agrícola, tendo-se registado uma maior ocupação de terras e uma maior produção agrícolas nas novas províncias como a Hispânia ou o Norte de África, que se tornaram prósperos centros produtivos e comerciais (Hitchner, 2005, pp. 218-219). Apesar dos valores de crescimento económico serem modestos se comparados com valores contemporâneos, registou-se

um comprovado aumento da riqueza e da produção através de: um acréscimo da superfície cultivada; um aumento das unidades agrícolas; a utilização de sistemas de contabilização das produções eficientes; o crescimento das cidades onde existia uma forma de divisão do trabalho; a obtenção de economias de escala e acréscimos de produtividade, embora fossem limitados a alguns sectores (Hopkins, 1999-2000, pp.11-12).

O actual consenso entre os historiadores aponta para um reconhecimento de que efectivamente houve crescimento económico em algumas regiões e que, comparativamente com as sociedades pré-industriais, a civilização romana teria atingido níveis mais elevados de produção e produtividade, que não foram no entanto sustentáveis nem abarcaram a totalidade do império (Mattingly, 2006, pp. 286-287). Apesar disso, é hoje em dia indiscutível que a civilização romana efectivamente deixou uma rica herança na Europa, que influenciou o crescimento económico posterior (Greif, 2005, pp. 241-242).

Um dos indicadores mais fortes da presença de uma economia de mercado é o volume de transacções, expresso nas evidências de comércio e na presença de moedas. Neste aspecto o estudo da economia romana tem evoluído substancialmente e, embora tenham sido detectados períodos de escassez de moeda, globalmente a conclusão das várias análises tem apontado para um elevado nível de monetização e de integração da economia do império.

A oferta de moeda na civilização romana foi analisada por vários autores, que salientaram em primeiro lugar a dificuldade em estabelecer teorias e modelos baseados nas fontes arqueológicas conhecidas. Apesar disso foi possível chegar a algumas conclusões, nomeadamente sobre a prevalência de moedas nas cidades, em especial de moedas de bronze que seriam utilizadas nas transacções do dia a dia (Crawford, 1970, p.44). Por outro lado, a moeda era utilizada também em situações de crédito, como os empréstimos, sendo também difícil determinar a flutuação desses valores ao longo do tempo (Howgego, 1992, pp.14-15). A moeda era ainda utilizada não apenas para a troca de bens mas também para o pagamento de impostos, de rendas e de salários, o que indica um grau de sofisticação da economia romana relativamente elevado. O uso das moedas no pagamento destes montantes permitiu a respectiva circulação em todo o império, o que é um bom indicador da sua integração (Howgego, 1994, p. 20).

O comércio também desempenhou um papel importante na economia romana. Um dos materiais mais bem preservados, que permite observar a dispersão do comércio, é a cerâmica. Os materiais encontrados nas escavações arqueológicas geralmente referem-se a cerâmicas utilizadas nas refeições e no dia-a-dia, mas também no transporte de produtos como o vinho, o azeite ou os preparados piscícolas. A cerâmica era por vezes utilizada para preencher as cargas marítimas com produtos mais rentáveis, como se pode deduzir das evidências recolhidas em naufrágios, e daí a

dispersão de um grande número de materiais que não eram particularmente luxuosos (Gill, 1991, pp. 42-43). Uma análise quantitativa das cerâmicas e da sua origem permitiu determinar que, em especial em Óstia, uma elevada percentagem dos fragmentos encontrados tinha uma origem de fora de Itália (Fulford, 1987, p. 64).

Originalmente, e dados os elevados custos de transporte, pensava-se que o comércio se dedicava essencialmente ao transporte de bens de luxo (Mattingly, 2006, p. 296). No entanto, a avaliação das necessidades das principais cidades, nomeadamente de Roma, levantaram a possibilidade de a maior parte do comércio ser efectivamente de produtos alimentares. A ausência de vestígios de estruturas portuárias em muitas regiões foi explicada pela utilização de navios de pequeno porte, que poderiam ser facilmente descarregados com o uso de batéis nas zonas costeiras (Houston, 1988, p. 562). A *annona* (distribuição gratuita de alimentos) era uma das necessidades que exigia um papel muito importante por parte do comércio. Os cereais provinham de províncias férteis, como o Egipto ou a Sicília, já que a produção de trigo nas zonas limítrofes de Roma não era suficiente para prover as necessidades locais. Vários imperadores exprimiram a sua preocupação na organização do transporte de cereais, tendo Cláudio e outros imperadores posteriores desenvolvido o porto de Óstia para permitir uma mais fácil circulação dos produtos (Vitelli, 1980, p. 57).

A economia global do império baseava-se assim na exploração de recursos locais em função do mecanismo de Estado com cada província a contribuir com os bens que produzia melhor dadas as suas vantagens competitivas. Isso não significava que não fossem produzidos bens que se destinavam ao consumo local, mas no contexto da economia global, cada região desempenhava um papel complementar e crucial. Os estudos sistemáticos de evidências como as moedas e as cerâmicas permitiram ter uma imagem mais correcta do império romano como uma entidade global. Por outro lado, muita da produção destinava-se ao consumo local ou regional, emergindo padrões muito localizados. Assim, a actividade económica das províncias inseria-se em contextos globais mas também em contextos regionais.

As províncias do império desempenhavam diferentes papéis consoante as suas características específicas. As regiões ocidentais eram principalmente fornecedoras de matérias-primas. A Hispânia era tradicionalmente conhecida, desde os tempos do domínio cartaginês, como uma fonte de minérios, embora também as suas riquezas agrícolas fossem referidas abundantemente nas fontes antigas, em especial os produtos da Bética<sup>17</sup>.

A Lusitânia foi uma província que surgiu durante o reinado de Augusto, embora a cronologia

---

<sup>17</sup> Blázquez refere um conjunto vasto de autores que se dedicaram à fertilidade e riqueza da Bética como Estrabão, César, Varrão ou mesmo Cícero. Em algumas obras temáticas podemos ler descrições dos autores que visitaram a região ou então que a incluíram nos seus títulos descritivos. Vemos ainda a abundância de produtos da região nas entrelinhas das aventuras de autores que passaram uma parte da sua carreira na Hispânia. (Blázquez, 1978, pp. 45-46).

exacta da sua criação não seja conhecida. Ocupava sensivelmente a região actualmente portuguesa ao sul do rio Douro mas os seus limites não são totalmente conhecidos, em especial a fronteira oriental com a Bética. A formação da província surgiu na sequência da conquista da região, depois das campanhas de Augusto e o objectivo terá sido o melhor aproveitamento dos seus recursos mas também a pacificação da região, o que terá inclusivamente implicado deslocações da população como refere Estrabão em 3.1.6.

Os recursos naturais mais importantes da península eram os minérios, que se encontravam em grande abundância, quer nas montanhas quer nos cursos de água. A área mais importante em termos de exploração mineira era a actual zona do Alentejo, onde foram identificados vários vestígios de exploração da época romana, sendo de destacar a região de Aljustrel e de São Domingos, onde foram encontradas estruturas de minas mas também muitos vestígios da sua exploração através de objectos de uso quotidiano (Fabião, 2006, pp. 117-120). Nestas minas eram extraídos o cobre e a prata e em menor escala, o ouro e o ferro. Outros materiais importantes na região eram as rochas ornamentais utilizadas para a construção de edifícios e de conjuntos escultóricos, embora a sua utilização fosse essencialmente local.

A outra principal actividade económica com impacto global detectada na Lusitânia referia-se à confecção de preparados piscícolas. Embora as fontes literárias refiram essencialmente os preparados vindos da costa sul da Hispânia, a investigação arqueológica tem revelado a importância dessas actividades na actual costa algarvia e nos estuários do Tejo e do Sado, de que é exemplo o local de Tróia, onde foram identificados vestígios relevantes e extensos de cetárias utilizadas para a produção destes preparados de peixe. Estas regiões eram particularmente favorecidas com uma abundância de pescado de grande porte, característica do Atlântico, que não existia no Mediterrâneo, mas também com as condições naturais favoráveis à produção de sal, fundamental para a conserva do peixe e para a produção dos famosos molhos de peixe (Fabião, 1992, pp. 262-263). A análise dos restos das ânforas utilizadas no transporte destes produtos permitiu aferir a sua distribuição em todo o império romano, nomeadamente em Roma, onde os molhos de peixe eram considerados uma importante iguaria, referenciada no livro de culinária de Apício datado do século I d.C. (Fabião, 1997, p. 55)

Para além destas actividades relevantes para a economia do império, outras produções eram ainda efectuadas, quer ao nível agrícola quer ao nível das manufacturas. Sobre a produção agrícola não há muitas informações, dado que a maioria das investigações rurais efectuadas nas *villae*, as principais unidades de exploração agrícolas, têm-se focado nas zonas residenciais e não tanto nas zonas produtivas. Apesar disso, existem evidências de que se teria praticado a policultura sem a especialização em produtos de exportação como acontecia na região da Bética, famosa pelo seu

azeite (Fabião, 2006, p. 102). As *villae* caracterizavam-se ainda por juntar várias actividades, que se destinavam a suprir quase todas as necessidades do agregado, nomeadamente lagares, celeiros, adegas, fornos, teares ou estábulos.

Por outro lado, a presença de materiais provenientes de outras regiões mostra que a província também recebia produtos de zonas distantes como os vinhos da Campânia ou a *sigillata* itálica. A importação de produtos de outras regiões, como os bens de luxo, indica que existiam necessidades locais que eram satisfeitas com bens de importação, integrando-se assim na estrutura económica do império (Alarcão, 2002, pp. 148-151).

O município de *Olisipo* enquadrava-se neste esquema económico, sendo uma das cidades mais importantes da região. Embora poucas sejam as referências a produtos específicos da região, como veremos ao longo do trabalho, a sua posição de charneira na passagem para o Atlântico terá sido um dos aspectos que a tornou um ponto de passagem obrigatório na circulação naval romana. Por outro lado a arqueologia tem-nos dado uma percepção cada vez mais rica e pormenorizada das actividades proeminentes na região, permitindo-nos ter uma imagem cada vez mais clara de como seria o seu panorama económico.

Cada província e cada município inseriam-se assim numa economia global em que se por um lado os recursos locais eram explorados e aproveitados para a produção de bens que encontravam o seu mercado em qualquer ponto do império, também por outro lado eram consumidos produtos típicos de outras regiões formando assim um sistema global de trocas e de consumo.

### III – A geografia da península de Lisboa

Na época romana a cidade de *Olisipo* localizava-se numa das zonas mais remotas do império, sendo mesmo descrita como Finisterra<sup>18</sup>. A maioria dos autores romanos que se dedicaram às descrições geográficas cujos textos sobreviveram até nós, não chegaram a deslocar-se até esta região, mas dedicaram-se a enumerar as suas riquezas. A maior parte dos cenários que descrevem não seriam familiares a um visitante actual dado que as diferenças são hoje em dia muitas. Dois fenómenos essencialmente condicionaram as alterações da paisagem: o aumento de densidade populacional e o assoreamento das costas e margens dos rios.

A região de *Olisipo* regista um grande número de locais arqueológicos desde as épocas paleolíticas<sup>19</sup>, o que indica que a ocupação da península foi feita desde muito cedo. No entanto, a densidade de ocupação seria limitada às zonas mais aprazíveis junto às costas ou nos locais mais elevados onde surgiam as melhores condições de defesa. No Bronze Final era já evidente a utilização dos campos para a produção agrícola, vocação que será reforçada com a presença romana, que após a estabilização com o final da conquista, começa a ocupar as zonas mais férteis. A ocupação humana vai marcando a paisagem com a deterioração da cobertura vegetal da região e com a consequente depredação dos recursos que se tornam mais escassos. A ocupação das zonas rurais está atestada em unidades de maior vulto, que são denominadas geralmente de *villae*, ou através de explorações mais pequenas, que abrangeriam um território mais limitado, e que são caracterizadas geralmente como casais agrícolas. O estudo destes sítios arqueológicos é difícil dado que poucos vestígios sobreviveram, mas conseguimos ter algumas pistas para avaliar a ocupação do território.

A península de Lisboa recebe duas grandes influências que afectaram as condições geográficas e naturalmente as actividades que aí se desenvolveram. Por um lado, a costa atlântica marca as características geográficas, nomeadamente o clima, os ventos e marés que tornam a região mais húmida mas também mais fértil. Desenvolvem-se as actividades piscatórias, com a exploração de pescado de grande porte típico das águas mais frias do Atlântico, mas também a agricultura beneficiada com os climas mais propícios (Ribeiro, 1998, pp. 144-145). Do lado oriental da península de Lisboa a influência marcante do rio Tejo também condiciona a economia da região. Funcionando simultaneamente como meio de transporte e como fonte de alimento e de água para os

---

<sup>18</sup> Uma das abordagens recentes sobre a região de *Olisipo* na obra dos autores clássicos, e em especial na sua concepção de fim do mundo conhecido, pode ser encontrada nas Actas do Congresso “A Presença Romana da Região Oeste” (Guerra, 2006).

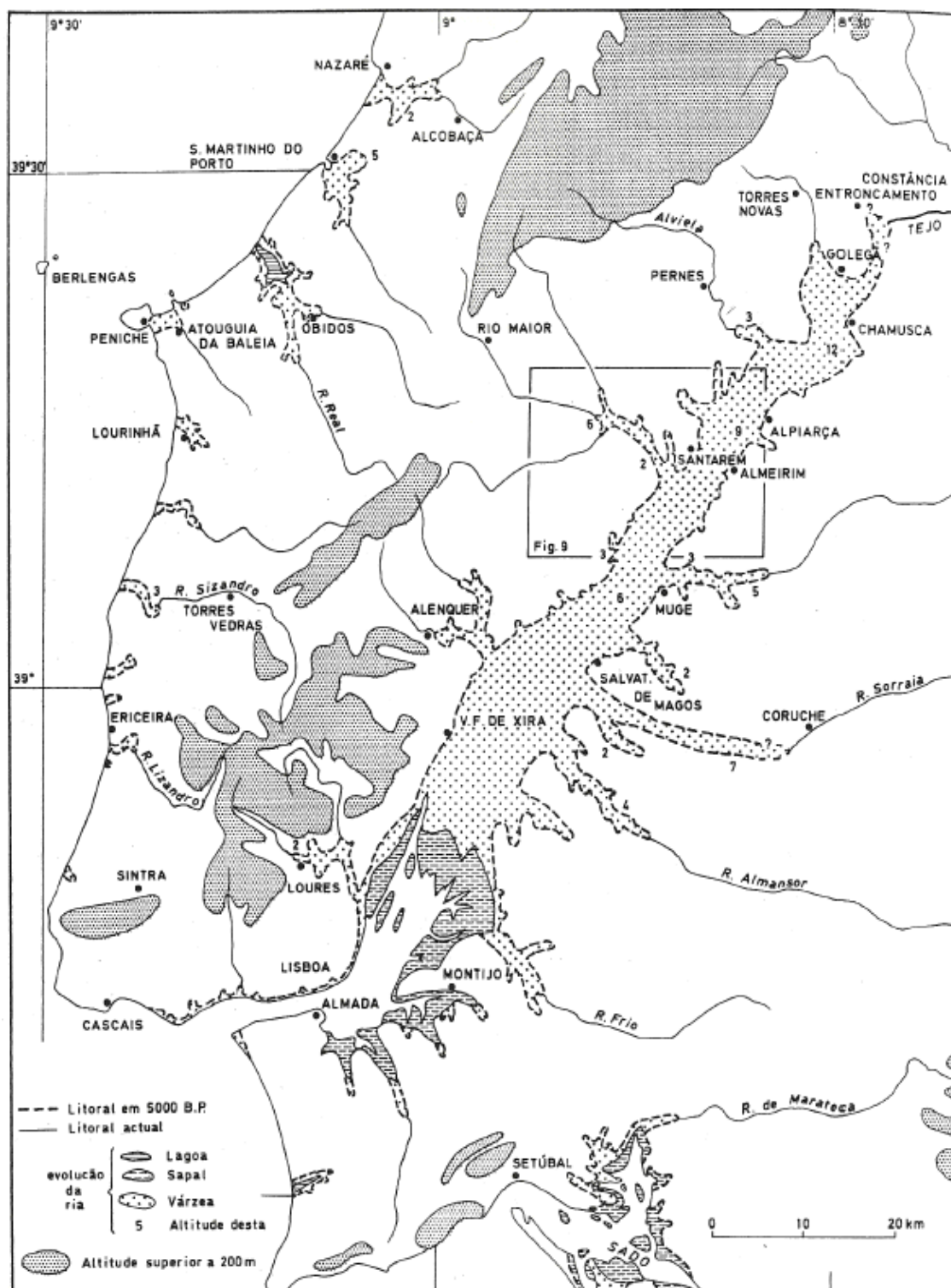
<sup>19</sup> Existem vários artigos que descrevem a ocupação pré-histórica da região de Lisboa (Cardoso, 1998) e da região de Oeiras (Cardoso, 2000) e que atestam a importância destas comunidades.

campos, alimenta a extensa rede hidrográfica da península e contribui de forma marcante para as actividades regionais.

Para além das influências do oceano Atlântico e do rio Tejo nas suas fronteiras, também existem várias regiões com características marcantes. O desenvolvimento da cidade de Lisboa foi em grande medida permitido pelas características geográficas da região, mas também pela sua abundância de recursos. Acessibilidade e matérias-primas abundantes foram assim os dois pontos fundamentais na evolução da região (Pereira, 2003, p. 47).

O fenómeno do assoreamento das costas e das margens dos rios na região portuguesa tem também sido estudado (Daveau, 1980) sendo uma das diferenças mais marcantes na evolução do território. Na zona da cidade de Lisboa existiam três esteiros, em Chelas, Alcântara e na Baixa (Castelo Branco, 1977, p. 50), sendo que esses cursos de água estão hoje em dia totalmente subterrâneos. Também nas regiões ribeirinhas por exemplo do concelho de Oeiras se registou uma expansão das margens que só foi interrompida pela construção artificial de barreiras nos últimos anos (Pereira, 1998, pp. 27-28). Suzanne Daveau assinalou três alterações que terão ocorrido na evolução da região da foz do Tejo: a acumulação de sedimentos que levou à formação de uma planície aluvial na região de Vila Franca de Xira; a existência de esteiros em ambas as margens do rio sendo que os de Oeiras sempre foram mais importantes; e a redução da dimensão dos esteiros perto da cidade (Daveau, 1994, p. 27).

No mapa seguinte é possível observar uma comparação da situação da costa actual com o seu traçado provável em 3.000 a.C. É notória a mudança provocada pelo assoreamento, que teve consequências para a navegabilidade dos rios e para a extensão das zonas cultivadas.



(Daveau, 1980, p. 26)



Estas alterações têm impactos muito profundos nas actividades económicas, porque a navegabilidade dos rios era muito superior e porque as zonas costeiras onde estavam implantadas várias actividades desde a pesca à extracção de sal ou à produção de preparados piscícolas passaram a estar muito afastadas da linha de água. Em certos locais ao longo do Tejo as alterações da cobertura vegetal contribuíram para agravar a erosão natural das margens, facilitando o assoreamento de certas regiões e tornando povoações que anteriormente se encontravam junto ao rio em localidades interiores. (Guerra, 2000, p. 35)

Tendo em conta as alterações geográficas que se efectuaram nos últimos 2 mil anos, podemos no entanto identificar algumas linhas gerais da geografia que condicionaram a ocupação da região. Como Orlando Ribeiro apontava, Portugal e mais especificamente a região central do país ocupava uma posição de fronteira entre a região Norte, de vertente atlântica, com elevada pluviosidade e acentuados relevos, e a região Sul, marcada essencialmente pelas influências mediterrânicas, com menores recursos hidrográficos e onde predominam as planuras (Ribeiro, 1998, pp. 140-144).

As características da região de Lisboa foram um dos pontos que condicionaram a sua importância estratégica e económica. A sua posição geográfica costeira e nas margens de um importante rio navegável levaram ao desenvolvimento das actividades comerciais. A fertilidade dos solos, a proximidade do Atlântico e os recursos naturais existentes na região condicionaram o surgimento de outras actividades económicas.

A região de Lisboa é caracterizada essencialmente por uma grande variedade de realidades. Nos arredores da cidade abundam os barros basálticos que dão origem a férteis campos de cultura de cereais; os calcários secundários permitem a criação de outras áreas com vocação pastorícia, enquanto os calcários terciários são dedicados à olivicultura e as zonas baixas argilosas são utilizadas para hortas. De cada um dos lados da região, a serra de Sintra e a Serra da Arrábida delimitam estas zonas e possuem características específicas. Em Sintra a humidade e a vegetação lembram as características do Norte enquanto na Arrábida a influência marcante do Mediterrâneo faz sentir-se na vegetação mais escassa e nas abruptas vertentes escarpadas (Ribeiro, 1998, p. 154).

A geografia de uma região pode ser descrita tendo em conta dois aspectos fundamentais: o relevo e o clima. Os estudos geográficos de Raquel Soeiro de Brito (Brito, 1993) e de Ana Ramos Pereira (Pereira, 2003) e mais recentemente de José Mattoso, Suzanne Daveau e Duarte Belo (Mattoso et al, 2010) permitem-nos esboçar uma imagem das principais características destes dois aspectos.

O relevo da península de Lisboa caracteriza-se por:

- existência de uma serra que atinge as altitudes mais elevadas da região (528m na Serra de

Sintra) e que se demarca consideravelmente do território à sua volta

- um conjunto de relevos baixos que parcialmente correspondem a cones vulcânicos desmantelados
- presença de plataformas litorais planas e encaixadas na rede hidrográfica abundante.

A serra de Sintra é uma das partes mais salientes da região já que possui características únicas a nível geológico, de clima e vegetação. Uma dessas características é a enorme variedade de tipologias petrográficas que espelham a evolução geológica da região. (Galopim Carvalho, 1998, pp. 81-83). À volta da serra de Sintra regista-se um conjunto de zonas planas. S. João das Lampas a norte e Cascais ao sul, caracterizam-se pelas planícies calcárias desgastadas pelas águas do mar, formando uma extensa zona de dunas na costa e de planícies mais no interior, recortadas pela extensa rede hidrográfica da região.

A formação da região de Lisboa foi ainda condicionada por vários episódios vulcânicos, dos quais resultou não só o surgimento de rochas basálticas em suaves colinas onde se localizavam os cones vulcânicos, mas também a formação de solos muito férteis. Exemplos destas colinas encontram-se à volta de Mafra, onde se localizaram inclusivamente sítios de ocupação pré-histórica que aproveitavam as suas características defensivas (Penedo do Laxim e Nossa Senhora do Socorro).

Por fim a influência das bacias hidrográficas dos vários cursos de água presentes na região levaram à formação de planícies sedimentares que conquistaram território ocupado pelos rios criando bons solos agrícolas como na bacia de Loures, na depressão da Granja do Marquês a nordeste de Sintra ou no vale de Colares. A planície aluvial do Tejo que se formou ao longo do principal rio da região é ainda uma das principais zonas de potencial agrícola da península de Lisboa (Pereira, 1998, p. 26).

A região de Lisboa caracteriza-se ainda pela diversidade litológica que permitiu ao longo do tempo a exploração económica destes recursos como as pedras ornamentais extraídas dos granitos de Sintra, os mármore de Pêro Pinheiro ou as argilas para a fabricação de materiais cerâmicos de construção. Por fim é ainda de assinalar, a abundância de recursos hídricos quer através dos rios principais, quer através de pequenas ribeiras que serpenteiam por toda a região e que permitem a riqueza agrícola da região e também o fácil escoamento dos seus produtos (Pereira, 2003, p. 57).

O clima da região de Lisboa é também condicionado pelo seu relevo. Nas zonas mais elevadas como é o caso da serra de Sintra e das colinas ao norte de Lisboa, a pluviosidade é relativamente maior, enquanto na maior parte do território, mais plano, a precipitação é inferior. A região é influenciada pelas correntes atlânticas, que aumentam a humidade das zonas costeiras e pela secura das zonas interiores protegidas pelas elevações e condicionadas pela sua baixa altitude

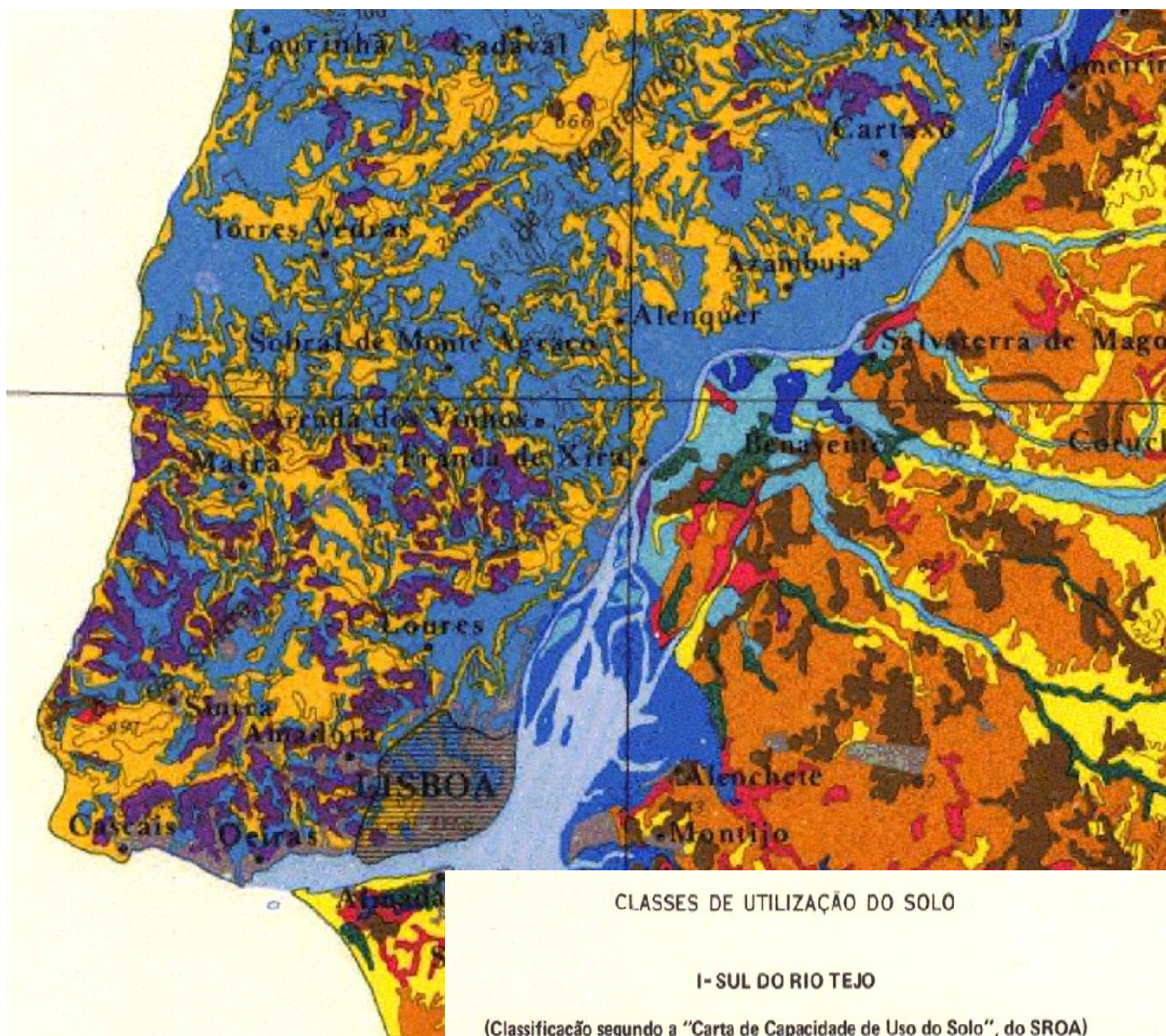
(Pereira, 2003, p. 60).

Os padrões das temperaturas repetem o mesmo tipo de dicotomia, atingindo as maiores variações no interior, que apresenta os Verões mais quentes e os Invernos mais frios. Na costa a temperatura é mais amena, temperada pelos ventos atlânticos. Por fim regista-se ainda a insolação que é bastante elevada, com um número de horas de sol muito superior aos dos restantes países europeus, atingindo valores médios de 3.000 horas anuais na região de Lisboa (Brito, 1993, p. 55). Estas condições meteorológicas são relativamente estáveis ao longo do tempo, no entanto, no período romano, há dois mil anos atrás, poderiam ser eventualmente diferentes, influenciando as actividades e populações da região.

A carta de capacidade do uso do solo de 1982 mostra que a região envolvente da cidade de Lisboa possui solos de tipo A ou D, os tipos com melhores potencialidades para o cultivo agrícola. Embora esta carta seja recente, o potencial da região seria semelhante na época romana. Outra indicação da riqueza dos solos e do papel fundamental para o abastecimento de produtos agrícolas à cidade é uma descrição de Luís Mendes de Vasconcelos de 1608 que comenta o intenso movimento entre o termo e a cidade, enumerando os produtos que provêm das regiões rurais: trigo, cevada, vinho, azeite, hortaliças, frutas, leite, cabritos, coelhos, perdizes. (Mattoso et al, 2010, pp. 526-527).

Quanto à utilização dos solos, a carta de 1985 elaborada pela Comissão Nacional do Ambiente mostra que na região de Lisboa existe um potencial agrícola elevado. A maior parte da região da península de Lisboa é de vertente agrícola, com a excepção da região de Sintra onde surgem algumas zonas de utilização florestal e de algumas áreas à volta de Lisboa onde abundam os incultos. As zonas rosa que representam as culturas arvenses, ou seja, as culturas de regadio, sequeiro, prados e pastagens. As zonas roxas, mais abundantes na região ao Norte da península dedicam-se essencialmente à vinha e as pequenas concentrações vermelhas correspondem a pomares. Temos assim um panorama agrícola diversificado e que permitiu ao longo dos tempos o aprovisionamento dos alimentos e matérias-primas à cidade de Lisboa. Na época romana a vocação dos solos seria certamente idêntica embora as utilizações possam diferir.

## CARTA DE CAPACIDADE DO USO DO SOLO - 1982






### CLASSES DE UTILIZAÇÃO DO SOLO



#### I-SUL DO RIO TEJO

(Classificação segundo a "Carta de Capacidade de Uso do Solo", do SROA)




#### UTILIZAÇÃO AGRÍCOLA

Classe A — Sem limitações .....	
„ B — Limitações moderadas .....	
„ C — Condicionada por limitações acentuadas .....	

#### UTILIZAÇÃO NÃO AGRÍCOLA (FLORESTAL)

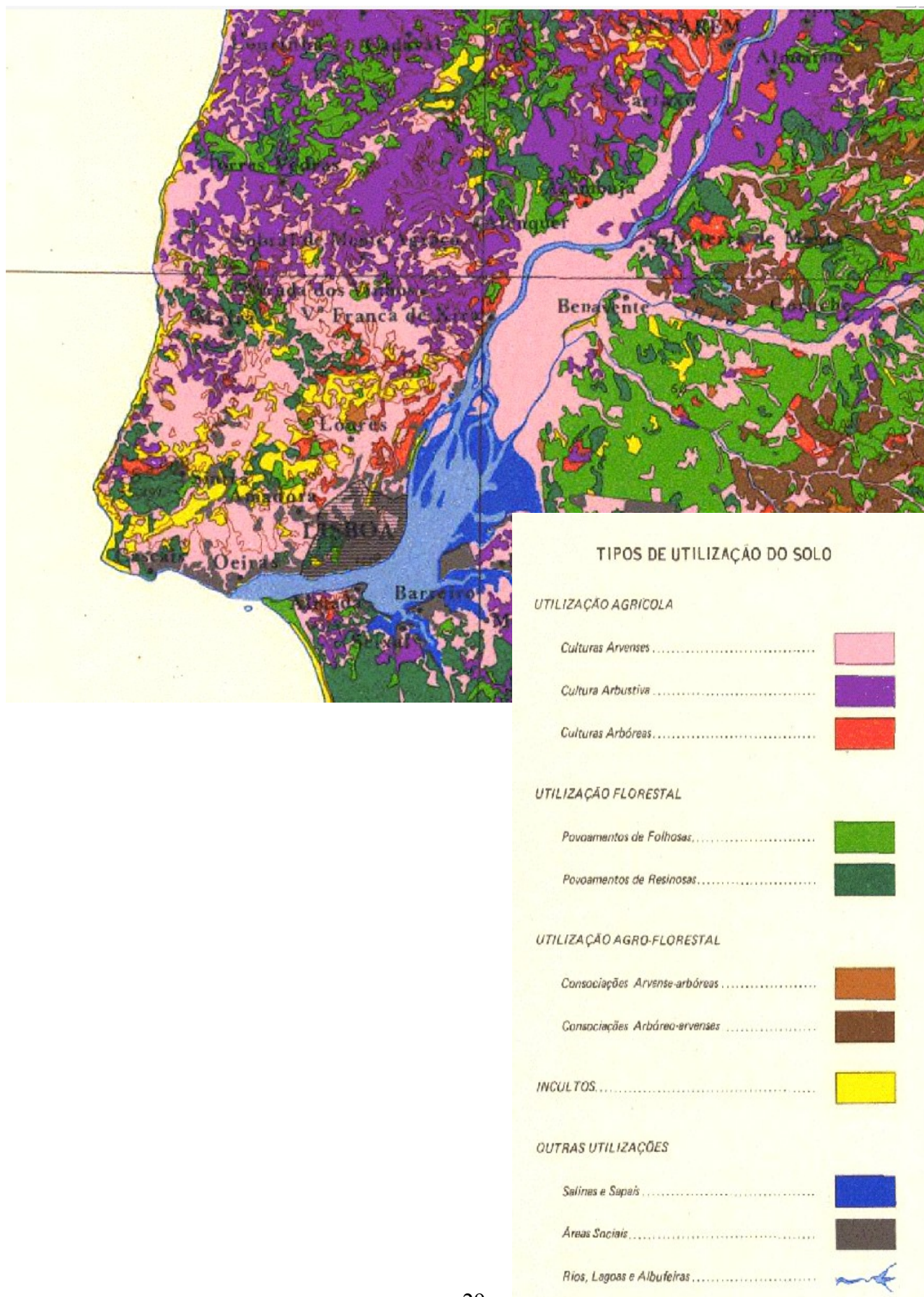
Classe D — Limitações moderadas .....	
„ E — Limitações severas .....	

#### COMPLEXOS

Classes A ou B + C .....	
„ A ou B + D ou E .....	
„ C + D ou E .....	
„ A + B → Classe B	
„ D + E → „ E	



## CARTA AGRÍCOLA E FLORESTAL - 1985



Globalmente podemos concluir que a zona de Lisboa possui uma certa variabilidade de elementos naturais que permitiram o seu desenvolvimento como uma das regiões mais ricas da Península Ibérica. Quer a sua posição geográfica ímpar com o melhor porto da costa atlântica quer o seu rio navegável até uma extensão considerável forneceram dois argumentos importantes para a fixação da cidade como ponto de passagem e comércio.

Mas o desenvolvimento de uma cidade pressupunha também a existência de um *hinterland* que lhe fornecesse as matérias-primas e produtos alimentares, e de construção para o seu consumo e que suportassem a sua vertente comercial. A península de Lisboa tinha todas essas características com uma costa rica em pescado, uma zona agrícola fértil criada pelos acidentes vulcânicos mas também pelo assoreamento das regiões limítrofes do rio e abundantes recursos minerais e argilosos que forneceram os materiais para a construção da cidade.

A posição central na costa permitiu assim o desenvolvimento de uma região intermédia, quer a nível de relevo, quer a nível de clima, que comportava elementos das regiões atlânticas e das regiões mediterrânicas, permitindo a evolução para uma zona geograficamente única com grande variedade de actividades económicas comprovada pela arqueologia.

## IV – A exploração agrícola

As actividades agrícolas desempenhavam um papel de destaque na economia romana. Primeiro porque eram fundamentais para a produção de bens alimentares de primeira necessidade, mas também porque a mentalidade romana cultivava o seu passado agrícola e pastoril, criando uma aura tradicional e respeitável à volta dessas actividades.

A posse de terras era o único investimento ao qual os escalões mais elevados da hierarquia se podiam dedicar, já que as actividades mercantis lhes eram vedadas<sup>20</sup>. Por outro lado, também as actividades económicas eram mal vistas aos olhos dos tradicionalistas, como Catão, um autor do século II a.C., que refere no prefácio do seu tratado de agricultura que a única actividade honrada é mesmo o cultivo dos campos, denegrindo quem se dedicava ao comércio ou a outros investimentos<sup>21</sup>.

O estudo das actividades agrícolas em termos genéricos na época romana está facilitado pela abundância de fontes literárias, já que nos chegaram quatro tratados de agricultura praticamente inteiros, o que nos permite ter muitos detalhes sobre todos os aspectos dessas actividades, como os produtos que eram cultivados, as técnicas mais utilizadas mas também a forma como a agricultura era encarada. No entanto, a maioria destes tratados foram elaborados por autores que se situavam na península itálica<sup>22</sup>, sendo por isso limitada a informação que temos sobre a agricultura nas províncias e em particular na Lusitânia. Encontramos apenas algumas notas dispersas, quer em Varrão, quer em Plínio que nos podem dar algumas pistas sobre aspectos mais regionais, mas globalmente a informação das fontes literárias é relativamente pobre. A arqueologia tem mais dificuldades em dar-nos pistas sobre estas actividades já que muitos dos materiais eram perecíveis, mas mesmo assim o estudo dos edifícios agrícolas e mesmo de algumas estruturas como os aquedutos ou as barragens permitem-nos obter alguns dados que complementam as informações dos

---

<sup>20</sup> Esta limitação foi instituída pela *lex Claudia* de 218 a.C. que estipulava que a classe senatorial não poderia possuir navios com uma capacidade de transporte superior a 300 ânforas (que corresponde a cerca de 26 litros, uma quantidade muito baixa). Na prática, a lei impedia os senadores de investirem em transportes de mercadorias.

<sup>21</sup> “É verdade que obter riqueza através do comércio era por vezes mais rentável, se não fosse tão arriscado, e também através do empréstimo, se não fosse tão desonroso. Os nossos antepassados tinham esta opinião e instituíam-na nas leis, explicitando que os ladrões deveriam ser penalizados duas vezes e os usurários quatro vezes; por isto podemos verificar que consideravam muito menos desejável um cidadão usurário do que um ladrão. E quando elogiavam um bom cidadão diziam: «bom cultivador, bom agricultor»; quem recebia esse elogio era considerado digno dos mais altos louvores. Eu considero o comerciante como um homem energético e disposto a ganhar dinheiro, mas como já disse, é uma carreira perigosa e arriscada. Por outro lado, é da classe dos agricultores que provêm os homens mais corajosos e os melhores soldados, a sua carreira é muito respeitada, o seu sustento é o mais assegurado e o mais respeitado, e os que a ela se dedicam são os que correm menor risco de se verem na ruína.” -*Praef - De Re Rustica - Catão*

<sup>22</sup> Apenas Columela, autor de um dos tratados mais tardios que chegaram até nós, era originário da Bética, tendo eventualmente colocado informação específica sobre essa região na sua obra.

tratados. Por fim também algumas técnicas recentes têm permitido obter cada vez mais dados sobre os locais analisados como a paleobotânica, que permite saber mais sobre as espécies cultivadas ou mesmo a fotografia aérea, que permite encontrar padrões e inferir sobre as eventuais utilizações do solo.

Para além do estudo dos materiais e das técnicas, há ainda um tema que deve ser previamente explorado para que consigamos ter uma imagem mais real do papel da agricultura na economia da região Olisiponense. Situando-se o *ager* junto a uma das cidades mais importantes da Hispânia, quais as relações que se estabeleceriam entre os habitantes dos campos e os da cidade? Uma relação de complementaridade certamente, mas em que moldes? Na primeira parte desta secção tentaremos deixar algumas pistas sobre estas relações, para explorar em seguida a produção agrícola da região.

## **Relações cidade-campo**

*Olisipo* era uma das maiores cidades da Hispânia. Junto à costa do Atlântico na foz de um dos rios mais importantes da província, ocupava um lugar de charneira entre o centro do império e as suas regiões mais distantes. Era também uma das cidades mais populosas da província da Lusitânia. Embora poucos autores queiram avançar com estimativas para a população da cidade, todos são unânimes em referir a sua importância no contexto do império<sup>23</sup>. Apenas Jorge Alarcão (Alarcão, 1990, p. 396) arrisca um número, apontando para uma população entre 30 e 40 mil habitantes baseando-se numa comparação com Conímbriga, que teria, segundo estimativas do autor entre 10 a 15 mil habitantes, cifra calculada tendo em conta o caudal do aqueduto e os consumos de água dos seus habitantes.

Sendo uma cidade importante e com um conjunto de actividades diversificado, na qual se destacava o comércio, o abastecimento de géneros alimentícios e de matérias-primas, estaria sem dúvida dependente de uma relação com os campos à sua volta, estabelecendo-se desse modo uma relação de nítida complementaridade. Hoje em dia torna-se difícil estabelecer os moldes em que essas relações se estabeleceriam, mas podemos apontar algumas pistas para caracterizá-las.

A produção de excedentes agrícolas nas regiões de influência da cidade seria essencial para

---

<sup>23</sup> Por exemplo, Vasco Mantas refere a importância da cidade no contexto dos transportes marítimos e do seu papel de destaque nas relações comerciais da região (Mantas, 1997, p. 20). Também Irisalva Moita (Moita, 1994, pp. 38-39) refere a importância da cidade considerada pelos autores antigos como o *oppidum* mais importante do ocidente peninsular e do Tejo, embora não desempenhasse o cargo de capital de sede de *conventus*. Segundo a autora a importância da cidade estava na sua função de entreposto comercial também comprovada pela presença de residentes de origem mediterrânica, registados pela epigrafia, revelando assim uma cidade cosmopolita e de referência.



o desenvolvimento de outras actividades económicas, que exigiriam o fornecimento dos géneros agrícolas. A região à volta de *Olisipo* era efectivamente muito fértil, em particular algumas zonas de Oeiras, Sintra e Cascais onde persistiam as vantagens naturais de um solo basáltico e com abundante água e as zonas ribeirinhas, fertilizadas naturalmente pelas cheias do rio<sup>24</sup>. Estas características eram conhecidas desde tempos mais recuados, altura em que se fixaram diversas comunidades nestas regiões, que registaram um uso intensivo dos solos (Cardoso, 1995, p. 93). Por outro lado, a descoberta de artefactos de origem oriental e da época fenícia nestas regiões levam-nos ainda a indicar a existência de relações comerciais<sup>25</sup> entre estas regiões e o extremo oriente desde uma época recuada (Arruda, 1994, p. 52)<sup>26</sup>.

Por outro lado, a região estava ainda servida por abundantes redes viárias e fluviais, que permitiam a circulação dos produtos facilmente. Embora pouco sobreviva dos caminhos romanos, a análise das fotografias aéreas e a própria localização dos achados arqueológicos permitiram elaborar algumas hipóteses do traçado da rede viária do município Olisiponense, que seriam relativamente densa, em especial se fossem tomadas em consideração as estradas secundárias que certamente ligavam casais e *vici* de pequena dimensão (Cardoso, 2004 e Byrne, 1992)<sup>27</sup>.

O próprio Tejo era uma importante via de comunicação, que permitia a circulação de bens das férteis planuras do rio. Na região de Vila Franca de Xira foram detectados vestígios da presença romana e do eventual aproveitamento agrícola da zona como na localidade de Povos, embora ainda sejam necessários estudos mais detalhados para perceber que tipo de géneros seriam aí produzidos (Guerra *et al*, 2000, pp. 39-40). Por outro lado, recolhas efectuadas no fundo do rio Tejo, perto desta localidade, revelaram restos de ânforas, quer de produção local, quer de importação, e que comprovam o frequente uso do meio fluvial para o escoamento de produtos (Diogo e Alves, 1998-1999, p. 230).

Assim, encontramos um panorama de um território fértil e produtivo, com uma implantação

---

<sup>24</sup> Sobre a riqueza e fertilidade da região envolvente da cidade de Lisboa, há vários autores que tratam a temática. De destacar a obra de José Mattoso, Suzanne Daveau e Duarte Belo que descreve em detalhe as várias regiões e os produtos com que abasteciam a cidade de Lisboa (Mattoso *et al*, 2010, pp. 526-532)

<sup>25</sup> Ainda a descoberta de um cepo de âncora recolhido na Berlenga de eventual origem púnica aponta para a precocidade da presença destes povos nas costas atlânticas (Cabral, 1990, p. 65).

<sup>26</sup> Existem inúmeras evidências dos produtos destas trocas comerciais, destacamos como exemplo a presença de ânforas de origem mediterrânica que remontam aos séculos VIII-VII a.C. que foram encontrados no cemitério de Oeiras nos inícios do século XX, mas recentemente estudados e que indicam a importância do comércio fenício nesta região (Cardoso, João, 1996, p. 364).

<sup>27</sup> Guilherme Cardoso estudou o traçado das vias no Sudoeste do município Olisiponense, na região de Cascais e Sintra e socorrendo-se da dispersão dos vestígios encontrados na região delineou uma proposta de traçado das vias que uniriam os principais centros existentes na altura.

Inês Byrne estudou a rede viária da zona Oeste do município Olisiponense, que corresponde aos concelhos de Mafra e Sintra e elaborou uma proposta de traçado viário baseada quer na análise da dispersão dos vestígios arqueológicos da região, quer na análise de fotografias aéreas que permitiram delinear quais seriam os caminhos existentes mais provavelmente na região e que em grande medida coincidem com os existentes e utilizados hoje em dia.

precoce de comunidades que se dedicavam à agricultura cujos produtos seriam utilizados não apenas para consumo local, mas provavelmente também exportados para outros pontos do império como veremos na secção dedicada às actividades comerciais.

Estabelecida que está a necessidade de abastecer *Olisipo* com os mais variados produtos e levantando algumas pistas sobre a proveniência dos mesmos, podemos tentar sistematizar um pouco as relações entre a cidade e o seu *hinterland* através de paralelos com outra localidade de destaque na altura e que tem sido amplamente estudada.

Neville Morley (1996) procurou estudar as relações entre o campo e a cidade de Roma. Identifica alguns dos principais aspectos da produção agrícola no centro de Itália e em particular o seu papel de abastecedor da grande metrópole. Morley procura aplicar o modelo de Von Thunen sobre a localização das actividades agrícolas, embora aponte algumas limitações do modelo, nomeadamente devido aos custos de transporte. O modelo procura teorizar a distribuição das produções agrícolas em relação ao mercado consumidor, neste caso, a cidade. Especifica que junto ao centro eram cultivados os produtos de maior rentabilidade e precariedade como os produtos hortícolas e à medida que os campos se afastavam da cidade, num esquema de círculos concêntricos, dedicavam-se à produção de culturas mais extensivas como os cereais.

Morley procura comprovar a aplicação do modelo em primeiro lugar nas fontes latinas. Argumenta que a transformação dos campos na península italiana, nomeadamente a sua concentração em propriedades de maior tamanho testemunhada por diversos autores latinos como Apiano foi uma consequência deste desenvolvimento da cidade.<sup>28</sup> Nos tratados de agricultura também encontramos evidências de que a produção das propriedades deveria ter em conta a sua localização. Catão refere na sua obra que a localização da sua quinta ideal deverá ter em conta as acessibilidades nomeadamente deverá ser perto de uma cidade<sup>29</sup> e embora o autor defenda que deve existir um certo grau de autonomia, muitos produtos deverão ser adquiridos nas localidades em redor.<sup>30</sup> Varrão é mais explícito, referindo mesmo quais os produtos que devem ser cultivados em locais perto das cidades e elaborando uma explicação extremamente racional sobre os custos de

---

<sup>28</sup> “Os cidadãos ricos apoderaram-se da maioria das terras não distribuídas, e ao longo do tempo começaram a sentir-se seus legítimos proprietários, ocupando ainda, por persuasão ou violência, as pequenas terras dos seus vizinhos mais pobres. Surgiram assim vastos domínios em vez de pequenas propriedades individuais, que eram cultivados por escravos para evitar que os homens livres se dedicassem à agricultura em vez de integrarem os exércitos.” - Apiano, *As Guerras Cívicas*, Livro I, 7

<sup>29</sup> “Se possível deverá estar no sopé de uma montanha e dirigida a Sul; a localização deve ser saudável, deve existir um bom conjunto de trabalhadores, deve ser bem irrigada e perto deverá existir uma localidade próspera, ou o mar ou um rio navegável ou uma boa e frequentemente utilizada estrada.” - *De Re Rustica* – 1,3 - Catão

<sup>30</sup> Catão refere explicitamente quais os melhores locais para comprar cada produtos, chegando mesmo a aconselhar determinados fornecedores. Na secção 135 da sua obra *De Re Rustica* enumera mesmo uma listagem de conselhos. Por exemplo, defende que as túnicas, togas, cobertores, capas e sapatos deverão ser adquiridas em Roma, mas as pás já devem ser adquiridas em Venafrum, assim como as cordas.

transporte e sobre os seus impactos para a rentabilização das explorações.<sup>31</sup>

Morley analisa ainda a evidência arqueológica obtida na península italiana que também suporta estas hipóteses uma vez que se registou uma densidade de ocupação muito elevada nas regiões suburbanas da cidade. Surgiram locais cada vez mais sofisticados onde foram registadas evidências de uma exploração agrícola cada vez mais intensa, como os aproveitamentos hidráulicos, as prensas de vinho ou azeite ou os celeiros. Embora não existam datas precisas para a constituição destes desenvolvimentos, as datações obtidas e as referências literárias existentes apontam para que tenham sido construídas a partir do século II a.C., coincidindo por isso com o desenvolvimento da cidade de Roma (Morley, 1996, p. 101).

Em Portugal foram também elaborados alguns estudos que permitiram ter uma imagem mais definida da interacção entre as cidades e o mundo rural circundante. Estes estudos permitiram detectar um padrão de distribuição das propriedades rurais à volta de *Pax Iulia*, mas apesar disso, as informações que temos hoje em dia ainda são muito escassas devido à necessidade de aprofundar as investigações arqueológicas que permitam determinar a real importância dos locais identificados, já que por defeito muitos são considerados *villae* quando podem tratar-se de simples casais rústicos<sup>32</sup> (Lopes, 2001, p. 143).

Em *Olisipo* o fenómeno poderá ter sido semelhante. Embora não tenham sido efectuados estudos sobre a ocupação dos territórios na época romana, existe um estudo elaborado tendo por base uma relação das propriedades em Lisboa, Sintra e Torres Vedras pertencentes a ordens militares no século XIII (Trindade e Gaspar, 1973/74). Embora o estudo seja limitado e o número de propriedades possa ser apenas considerado uma pequena amostra da região, foi possível detectar um padrão que se aproxima do modelo: junto às muralhas da cidade encontravam-se as culturas hortícolas, seguindo-se uma zona de vinhas e nas zonas mais afastadas encontravam-se os casais e as herdades, que, para além da produção para consumo próprio, dedicavam-se ainda aos cereais e aos derivados da pecuária.

Este seria o panorama no século XIII, uma evolução provável das actividades que estariam implantadas na época romana. Dada a natureza das actividades agrícolas, que não terá diferido

---

<sup>31</sup> “E assim é rentável ter jardins de uma escala elevada perto de uma cidade; por exemplo de violetas e rosas e de muitos outros produtos procurados na cidade; ao passo que não será proveitoso cultivar esses produtos numa quinta distante onde não há mercado para o qual os seus produtos podem ser transportados. Também, se existirem cidades ou vilas na vizinhança, ou mesmo terras e quintas bem fornecidas de proprietários ricos, das quais poderá comprar a um preço razoável o que é necessário para a quinta e aos quais também podem ser vendidos os excedentes como os postes ou as canas, a quinta será mais rentável do que se tiver de recolher esses bens de longe; por vezes isso é mais rentável do que se forem produzidos na nossa própria quinta.” - *De Re Rustica* – 1,16,3 - Varrão

<sup>32</sup> Já no final dos anos 80 tinha sido efectuado um estudo sobre a disposição dos achados romanos na região de Beja, tendo como objectivo caracterizar a zona rural envolvente da cidade. Embora com muitas lacunas pela falta de informação, foi possível identificar vários locais de referência e perceber que as *villae* estavam longe de ser os únicos estabelecimentos romanos na região (Mantas 1988, p. 208)

muito nesses séculos, somos levados a supor que também no período romano o panorama não seria muito diferente do existente na época medieval. António de Carvalho e Francisco de Almeida (1996) elaboraram um levantamento dos vestígios romanos da região de *Olisipo* e determinaram a existência de condições favoráveis à aplicação do modelo quer pelas características geográficas dos locais, quer pelos vestígios arqueológicos encontrados, apesar de escassos.

De referir ainda que se a actividade comercial de *Olisipo* era importante, tal se devia parcialmente às actividades de produção que decorriam nas zonas em seu redor. Mais à frente descrevemos em detalhe estas actividades nas secções dedicadas a elas, mas basta aqui referir que se localizavam ao longo da costa e já fora do âmbito da cidade, unidades de produção de preparados piscícolas, que seriam envasados em ânforas produzidas provavelmente nos fornos da Quinta do Rouxinol ou do Porto dos Cacos, situados da margem Sul do Tejo (Amaro, 1990b, pp. 47-50). Assim, muitas seriam as actividades complementares, estabelecendo-se relações frequentes e próximas entre os locais de produção da cidade e do campo à sua volta.

Mas voltando às actividades agrícolas, depois de estabelecidas as necessidades de produtos agrícolas e das suas relações, é necessário descrever o que se conhece da região. Essencialmente pelos vestígios arqueológicos podemos fazer uma primeira tentativa de interpretação da dispersão das unidades produtivas, de qual a sua relevância económica e eventualmente do seu papel no contexto global da economia olisiponense.

Teremos que começar esta abordagem por dois aspectos. Em primeiro lugar, referir que o que conhecemos é efectivamente pouco. Na base de dados de sítios arqueológicos do IGESPAR, também designada como Endovélico, estão classificados 251 locais de cronologia romana no âmbito dos concelhos que definimos como sendo pertencentes ao *municipium* Olisiponense. A densidade é mais elevada (se exceptuarmos é claro o de Lisboa, onde estava centrada a principal localidade da região e onde os vestígios se encontram dispersos em 40 sítios) em concelhos como Cascais e Sintra que representam 16% e 19% dos sítios identificados. Essa circunstância não se deverá talvez a um povoamento mais intenso desses concelhos, embora tal seja possível dada a sua aprazível localização junto à costa e aos seus férteis solos, mas também devido aos intensos esforços arqueológicos que foram realizados por esses municípios. Assim, as conclusões que podemos retirar dos dados disponíveis são limitadas<sup>33</sup>.

Uma segunda questão prende-se com a classificação dos sítios. Para nos assegurarmos do seu papel na economia da região, é necessário perceber se estamos perante um simples casal rural,

---

<sup>33</sup> A dimensão das várias propriedades e a sua consequente importância é difícil de determinar, no entanto, vários estudos têm sido feitos de forma a apurar os tipos de propriedades fundiárias existentes no território e sua evolução. A concentração de propriedade e a existência de uma realidade mais complexa do que os tradicionais latifúndios tem sido analisada através das progressivas investigações arqueológicas, mas ainda estamos longe de ter uma imagem clara do panorama fundiário lusitano (Kuznetsova-Resende, 2003, pp 121-122).

associado normalmente a uma propriedade de pequeno vulto ou se se trata de uma vasta *villae*, normalmente associada a um tipo de propriedade mais extenso e diversificado. As classificações presentes no Endovélico dão-nos algumas pistas mas devem ser encaradas com algum cepticismo dado que em muitos locais a informação encontrada é certamente pouca, muitas vezes apenas de achados de superfície<sup>34</sup>, para permitir uma classificação definitiva, em especial se estivermos perante a suspeita de um achado de vulto.

Por outro lado, é importante percebermos as diferenças de classificação de sítios. No Endovélico existem 9 tipos de classificações: *Villa*, Casal Rústico, Núcleo Habitacional, Estrutura, Necrópole, Complexo Industrial, Inscrição, Tesouro e Vestígios diversos. Nas zonas rurais podemos distinguir as potenciais explorações, as de maior vulto, classificadas como *villae* e as menores como casais rústicos.

Mas como distinguir um casal rústico de uma *villa*? Existem várias categorias, e vários autores se debruçaram sobre o tema<sup>35</sup>, mas existe uma certa unanimidade sobre quais os critérios que definem uma *villa*. Normalmente considera-se que seria necessário encontrar no registo arqueológico em primeiro lugar sinais da existência de uma exploração agrícola de vulto, quer seja pela existência de estruturas que comprovem essa vocação como os celeiros ou lagares, quer seja pela existência de contentores capazes de armazenar quantidades de bens agrícolas como os *dolia* ou as ânforas. Por outro lado esses locais também devem possuir sinais de que o seu proprietário possuía alguma riqueza novamente ao nível das estruturas como zonas residenciais decoradas com mosaicos ou termas e ao nível dos vestígios de bens de luxo como cerâmicas<sup>36</sup>, vidros, moedas ou inscrições que nos possam fornecer uma indicação não apenas do luxo da habitação, mas também do contexto ou mesmo a identificação do seu proprietário.

Do artigo de Conceição Lopes (Lopes, 2001, pp. 138-143), podemos identificar os três tipos de locais rurais:

<sup>34</sup> Muitas das classificações do Endovélico são de sítios para os quais foram apenas realizadas sondagens ou meras observações locais. Sem efectuar escavações é difícil compreender a vastidão dos sítios, a sua importância e por vezes mesmo o seu contexto. Também a ausência de publicações mesmo sobre os locais escavados tem dificultado o trabalho de análise e sistematização, já que de alguns locais que foram efectivamente intervencionados pouco se sabe para além do nome, classificação, cronologia e resumo muito geral dos achados.

<sup>35</sup> Refiro nomeadamente quatro. Jean-Gérard Gorges fez o primeiro levantamento de *villae* da Hispania e embora o seu estudo seja de 1979, possui ainda critérios e observações que seriam imprescindíveis como ponto de partida para qualquer tentativa de estudo do tema (Gorges, 1979). Jorge Alarcão num artigo de 1998 (Alarcão, 1998) tentava descrever a paisagem rural romana em Portugal. Embora não se tenha dedicado especificamente à região olisponense, os vários exemplos que recorreu do Alentejo e da zona de Idanha-a-Nova são interessantes e permitem estabelecer algumas analogias e conclusões cronológicas, que nos ajudam nesta definição de classificações. Mais sistemático, João Pedro Bernardes na sua obra dedicada à presença romana em Leiria dá-nos um conjunto de critérios e de análises que lhe permitiram classificar os achados romanos efectuados. Por fim Conceição Lopes, num artigo de 2001 apresenta uma classificação como ponto de partida para a sistematização dos vários locais romanos identificados na zona em redor da cidade de Pax Iulia (Lopes, 2001).

<sup>36</sup> Nomeadamente Terra Sigillata, um tipo de cerâmica de qualidade superior e que nos indicaria que naquela localização existiria uma componente residencial de luxo.

- *Villae* – apesar da eventual ambiguidade deste termo, que leva a que muitos dos locais identificados como romanos sejam imediatamente assim classificados, as *villae* são estabelecimentos rurais, que possuem um conjunto de edifícios, que podem assumir várias tipologias mas que incluem estruturas dedicadas a actividades agro-pecuárias e uma propriedade fundiária com uma extensão considerável;
- Casais rústicos – estas estruturas são geralmente unidades de exploração familiares cujos edifícios são normalmente mais pequenos e construídos com materiais de pior qualidade do que os das *villae* e cuja propriedade associada é geralmente de menores dimensões;
- Pequenos sítios – estes locais caracterizam-se pela existência de vestígios de ocupação mas sem que haja uma estrutura completa, ou seja, deviam servir apenas de locais de apoio no caso de propriedades de maiores dimensões, não possuindo estruturas residenciais mas apenas de função agrícola.

Tendo em conta estes critérios foram considerados os 42 sítios dentro da região que estão classificados no Endovélico como *villae*, sendo revelado que pelas suas características essa classificação é duvidosa. Primeiro porque num território relativamente pequeno esta parece ser uma concentração elevada. Por outro lado, em alguns locais a classificação parece ter sido sempre no sentido de que todos os locais com vestígios cerâmicos e estruturas de edifícios seriam *villae*, como por exemplo no concelho de Vila Franca de Xira, onde estão atestados 10 sítios com essa classificação. Alguns deles, como o Casal da Boiça ou o Monte da Igreja Velha apresentam poucos dados para além de um numisma encontrado no primeiro sítio e de estruturas de edifícios no segundo caso. À falta de maior informação estes locais dificilmente poderiam ser interpretados como *villae*.

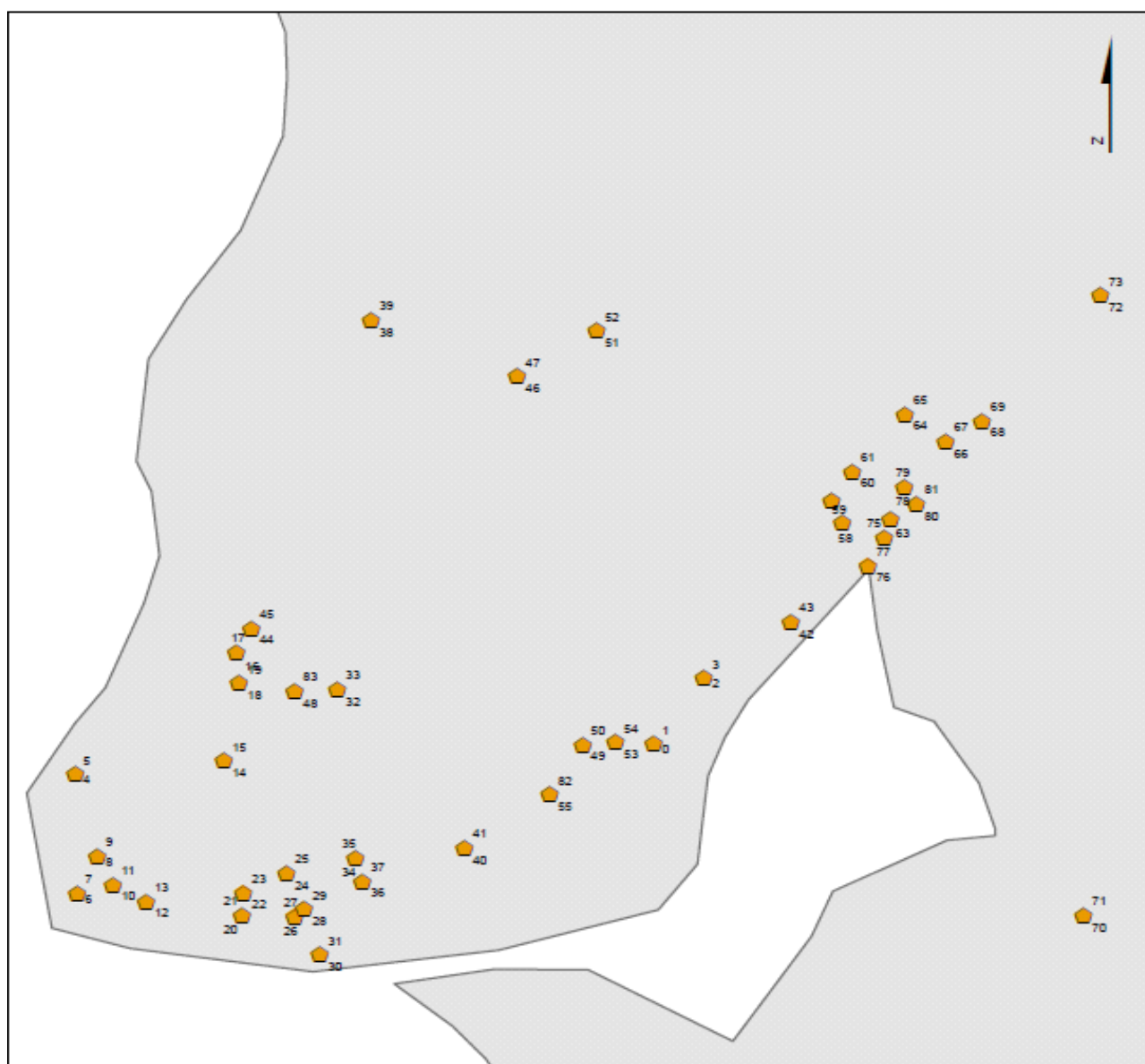
Detalhadamente os motivos de exclusão dos vários locais foram:

- em Oeiras, para além dos vestígios do mosaico encontrado na vila, há também o registo de achados de superfície em Leão, com registo de estuques pintados, mas sem uma bibliografia e investigação mais completa é difícil concluir que se trata de uma *villa*;
- em Cascais, um dos concelhos mais bem explorados a nível arqueológico do país inteiro, foram classificadas como *villae* seis locais, dos quais três foram intensamente explorados; os restantes, Casal do Clérigo, Miroiços e Vilares registaram achados de superfície mas são também pouco conhecidos em detalhe;
- na Amadora foi escavada uma *villa* na Quinta da Bolacha, tendo sido alvo de uma detalhada publicação de resultados;
- em Odivelas em Casas Velhas tinha sido referenciada uma *villa* por Félix Alves Pereira no

início do século XX mas à falta de informações actuais mais detalhadas não podemos concluir que se tratasse mesmo de uma estrutura com estas características;

- em Sintra foram identificados sete locais onde existiriam *villae* e sendo um dos concelhos com vocação rural na região, será fácil imaginar que efectivamente seria um local onde estes complexos seriam frequentes, mas sobre Barros do Casal Silvério, Pedrões e Vila Verde não temos informações suficientes para concluir que efectivamente seriam *villae*;
- em Loures no âmbito da construção de uma estrada na Quinta do Belo, foram identificadas estruturas do período romano que indicam uma estrutura habitacional e um tanque, o que é pouco para classificar como *villae*;
- em Vila Franca de Xira há actualmente 10 locais identificados como *villae*, alguns dos quais foram explorados tendo sido recolhida informação em vários locais como em Povos, mas em todos os casos subsistiram dúvidas sobre se não seriam apenas *vici* ou outro tipo de ocupação populacional;
- em Mafra foi identificada uma *villae* no Carvalhal, mas não existe informação sobre esse local que nos permita confirmar essa classificação;
- em Torres Vedras, nas três referências no Endovélico foram encontrados vestígios romanos dispersos, que são também pouco específicos para que essa classificação seja inequívoca;
- em Alenquer, no Aposento há uma informação oral que aponta para uma *villa*, mas sem confirmação arqueológica e na Quinta da Barradinha foram mais uma vez encontrados apenas achados de superfície;
- na Azambuja temos também um caso de informação oral apenas em Aveiras de Baixo e no Apeadeiro foram encontrados essencialmente materiais de construção vulgares presentes em qualquer tipo de construção do período romano;
- em Alcochete no Monte Laranjo registou-se mais um conjunto de vestígios dispersos com pouca informação associada.

No mapa seguinte podemos verificar a localização dos 42 locais identificados no Endovélico. A concentração em algumas regiões é notória, confirmando quer a atractividade de certas regiões (a costa e as margens do rio Tejo), mas também os locais mais habitados actualmente e também onde a pesquisa arqueológica foi mais intensa.



23	Leião	44	Estação arqueológicas de Frielas
24	Villa Romana de Oeiras	45	Quinta do Belo
25	Caparide	46	Bairro Gulbenkian II
26	Casais Velhos	47	Casal da Boiça
27	Casal do Clérigo	48	Monte da Igreja Velha II
28	Miroiços	49	Morgado
29	Vilares	50	Povos
30	Alto do Cidreira	51	Quinta da Carnota de Baixo
31	Freiria	52	Quinta da Torre / Bom Retiro
32	Miroiço	53	Quinta do Borrecho 1
33	Outeiro de Polima	54	Quinta do Casal
34	Villa romana da Quinta da Bolacha	55	Serra de Castanheira do Ribatejo
35	Casas Velhas	56	Carvalhal
36	Barros do Casal Silvério	57	Aldeia do Penedo
37	Pedrões	58	Quinta de São Gião
38	S. Marcos	59	Serra de São Julião
39	S. Miguel de Odrinhas	60	Aposento
40	Vila Verde / Abóbodas	61	Quinta da Barradinha
41	Granja dos Serrões	62	Apeadeiro de Vila Nova da Rainha
42	Santo André de Almoçageme	63	Aveiras de Baixo
43	Almoinhas	64	Monte Laranjo



Desta longa lista excluimos assim os locais para os quais a falta de investigação e de publicação tornam difícil a correcta identificação como *villae* rústicas. Certamente que existem mais propriedades deste género na região e certamente que vários dos casos que foram excluídos poderão vir a ser posteriormente re-analisados. Verificada a bibliografia publicada, as informações disponíveis e se estavam catalogadas na obra de Gorges e no Portugal Romano, apenas os 12 seguintes revelaram evidências de que se tratariam certamente de explorações de maior dimensão. (Das restantes teremos certamente mais alguns exemplos que se confirmarão também como *villae*, após a investigação arqueológica e publicação de que carecem.)

Nome / localização	Código IGESPAR	Portugal Romano	Villae hispânicas	Concelho	Descrição
Oeiras	217	271		Oeiras	Mosaico e vestígios de estruturas
Caparide	11267	262*		Cascais	Materiais cerâmicos, tesselas de mosaicos, estruturas e sarcófagos
Casais Velhos	5	249		Cascais	Estruturas, materiais variados, termas e evidências de actividades produtivas
Alto do Cidreira	1	257		Cascais	Materiais cerâmicos, termas, um aqueduto e mosaicos
Freiria	4035	266		Cascais	Estruturas, pavimentos em mosaico, termas, edifícios da <i>pars rustica</i> e abundante espólio.
Quinta da Bolacha	755	240*		Amadora	Estruturas, tanques para actividades produtivas e espólio incluindo <i>Terra Sigillata</i>
S. Marcos	14828			Sintra	Estruturas identificadas com uma <i>villa</i> e abundante espólio relacionado com actividades económicas e com algum luxo, como os exemplares de <i>Terra Sigillata</i>
S. Miguel de Odrinhas	659	192	PC09	Sintra	Estruturas com a presença de uma sala com mosaicos e diversas inscrições.
Granja dos Serrões	3245	209		Sintra	Estruturas e espólio variado como numismas e inscrição funerária.
Santo André de Almoçageme	3249	220/221		Sintra	Estruturas e espólio incluindo <i>Terra Sigillata</i>
Almoinhas	15762			Loures	Edifícios e estruturas produtivas como fornos e estruturas hidráulicas.
Frielas	11848			Loures	Edifícios e estruturas com estuques e mosaicos e espólio variado.

\* Apesar de estas localidades serem referenciadas no Portugal Romano, não há indicação de que se tratariam de *villae*.

Verificamos em primeiro lugar que, aquando da recolha de Gorges, apenas viria referenciado um local como *villa*, e seria o lugar de S. Miguel de Odrinhas. Na recolha efectuada por Jorge de Alarcão (Alarcão, 1998, pp. 92-94), surgiram quase todos os locais que serão provavelmente explorações de maior vulto, embora em alguns casos, como a investigação arqueológica não tinha

sido suficientemente profunda, não havia evidências concretas da importância dos locais. Apenas três sítios não tinham sido referidos em nenhuma das recolhas anteriores, o que não é surpreendente dado que todos eles foram apenas descobertos na década de 70 (no caso de S. Marcos) ou na década de 90 (no caso das duas *villae* de Loures).

Embora estes locais sejam apenas uma amostra do que teria existido no *ager* Olisiponense, podemos registar algumas observações. Os locais identificados como *villae* situam-se essencialmente junto às costas e aos cursos de água navegáveis, em zonas férteis e em localizações que seriam fundamentais para o escoamento dos seus produtos. Nos concelhos mais a norte o volume de vestígios de época romana é claramente inferior e como pela epigrafia sabemos que as populações rurais tendem a conservar os seus nomes indígenas, podemos assumir que nas regiões mais afastadas de *Olisipo* as propriedades seriam de menor tamanho, sendo essencialmente casais rústicos. No entanto, esta observação poderá também derivar de uma lacuna na investigação arqueológica nessas regiões. Apenas o continuar das explorações permitirá atingir conclusões com um maior grau de certeza.

Estabelecemos que existia assim uma provável relação de complementaridade entre a cidade de *Olisipo* e o seu *ager*, constituído pelos campos em seu redor. À frente abordaremos um pouco mais em detalhe alguns exemplos das propriedades que compunham esta região e da sua possível classificação e catalogação. Para reforçar a análise das relações entre a cidade e o seu campo gostaríamos ainda de referir as eventuais relações entre os proprietários das unidades de produção agrícola e as elites urbanas.

É necessário começar por referir que é muito difícil especificar com certeza a propriedade de uma determinada exploração agrícola. Na região da Lusitânia, com algumas honrosas exceções, ignoramos a maioria dos seus nomes. Apenas a epigrafia e alguns achados fortuitos nos permitiram apurar os eventuais proprietários de *villae* em território português. São muito poucos os nomes que surgiram associados a uma *villa* como acontece em Torre de Palma no Alentejo ou na *villa* Cardílio em Torres Novas. E mesmo nesses casos apenas temos um nome, que nos dá algumas indicações da família detentora das terras, mas pouco também sobre o seu contexto.

Na zona de *Olisipo* surgiu-nos apenas uma identificação clara. Em Freiria, no concelho de Cascais, no local onde se encontra uma *villa* que já foi amplamente estudada e da qual falaremos mais à frente, foi encontrada uma inscrição que poderá identificar o proprietário, segundo indica José d'Encarnação, um dos responsáveis pela intervenção no local. Trata-se de uma ara votiva, dedicada a uma divindade indígena, *Triborunnis*, mas cujo dedicante tem um nome romano, *T. Curiatius Rufinus* e datada provavelmente do século I d.C. (Encarnação, 1985, p. 3). Quem seria este personagem e qual a sua ligação com a cidade de *Olisipo*? O dedicante utiliza um nome de

família de origem latina, mas a escolha de uma divindade local aponta-nos para um descendente de habitantes locais<sup>37</sup> que teria sido “romanizado” assumindo agora os *tria nomina* latinos. Seria certamente um personagem importante na região, embora não tenhamos a confirmação que tenha desempenhado qualquer cargo público em Olisipo ou no município.

Outras epígrafes na região de Cascais permitem-nos entrever as relações entre as famílias da cidade com as residentes na zona rural. Se compararmos a listagem de magistrados de *Olisipo* com as inscrições encontradas por exemplo no concelho de Cascais o nome de *M. Gellius Rutilianus* surge em CIL II 197 e 5218 identificado como um duunviro da cidade, casado com uma flaminica da mesma cidade, *Caelia Vegeta* e a mesma família surge referida numa epígrafe de alguma importância que terá sido encontrada em Alcabideche, embora a sua localização actual seja desconhecida (classificada com o nº 19 no Roteiro epigráfico de Cascais). Encontramos também uma homenagem funerária a Lúcio Rútílio Severo, mandada fazer pela sua mãe Rútília. José d'Encarnação (2001, pp. 69-71) faz a ligação destas duas famílias, relacionando assim uma família que terá construído o seu memorial numa zona rural, e que estaria ligada a uma família de destaque político na cidade.

Da região de Sintra, onde existe uma notável colecção de epígrafes, chegam-nos também alguns exemplos interessantes. Uma das lápides funerárias que foi encontrada nas fundações da capela de S. Miguel de Odrinhas durante as escavações realizadas em 1956 refere um indivíduo designado como T. Cecílio Galo. Sem mais indicações para além do seu nome, poderemos no entanto relacioná-lo com o magistrado *C. Caecilius Gallus*, edil da cidade de *Olisipo*, homenageado pela sua mulher, *Petícia Tusca* (CIL II 192). Aqui fica mais uma potencial ligação entre um detentor de um importante cargo oficial e um habitante de uma zona rural das suas proximidades.

Não poderia terminar este conjunto de exemplos da região de Sintra sem referir um dos estudados em maior detalhe. A figura de *L. Iulius Maelo Caudicus* foi objecto de um estudo aprofundado por José Cardim Ribeiro, que num extenso artigo procurou sistematizar todas as referências a este cidadão. Através dos vestígios epigráficos é possível situá-lo no primeiro século d.C., pelos monumentos que ergueu (uma ara votiva a Iupiter e um fontanário provavelmente dedicado a Augusto) podemos apurar que possuiria recursos financeiros avultados e pelo cargo de *flamen Divi Augusti* que desempenhou, seria certamente um cidadão de destaque na sociedade

---

<sup>37</sup> A epigrafia permitiu-nos ter uma imagem da população das várias regiões do império. Em *Olisipo* o estudo das epígrafes revela o cosmopolitismo da região. Se encontramos um conjunto de indivíduos de nome latino (os que seriam até mais propensos a construir este tipo de monumentos), também surgem muitas referências em que se avolumam os cidadãos com nomes que traem a sua origem autóctone ou mesmo indivíduos de ascendência oriental. Em particular nas zonas rurais registou-se um maior número de epígrafes que se referiam a nomes tipicamente indígenas, o que levanta a hipótese de que nas zonas rurais a aculturação romana terá sido mais tardia ou menos profunda, tendo-se mantido as marcas culturais dos povos existentes na região antes da chegada dos latinos (Guerra, 2003, p. 141).

(Ribeiro, 1982-83, p. 400). Cardim Ribeiro associou ainda este indivíduo a diversas *villae* da região sintrense, argumentando que o seu nome teria perdurado também nos topónimos da região, nomeadamente na actual vila de Godigana, cuja designação teria evoluído do nome do eventual proprietário. Cardim Ribeiro estuda também as eventuais ligações entre a família desta figura e a cidade de *Olisipo*. Assim, foram encontradas duas epígrafes na cidade, uma de Licinia Maela<sup>38</sup> e outra de *Maela*, mãe de *Q. Caecilio Rufo* a quem ela teria mandando erigir um epitáfio (CIL II 4996). A presença destas duas referências na cidade indica-nos que poderiam existir ligações familiares entre a urbe e um dos mais destacados proprietários de terras na região de Sintra. A investigação arqueológica na região e as epígrafes encontradas apontam cada vez mais para a importância económica desta família na região. Para além das propriedades que seriam certamente exploradas para fins agrícolas, na Granja dos Serrões foram encontradas evidências de uma eventual actividade extractiva e de tratamento de pedra. Temos assim uma família com evidentes interesses económicos na região, explorando os recursos disponíveis. (Ribeiro, 1982-83, p. 399)

Em Loures também encontramos evidências epigráficas que fornecem pistas para esta ligação entre os proprietários rurais e as famílias mais importantes de *Olisipo*. Foi encontrada em Bucelas uma inscrição funerária em que é comemorado um edil *L. Iulius Iustus* embora não seja indicada a cidade onde teria desempenhado o seu cargo, dada a presença da epígrafe em pleno *ager* Olisiponense, seria de supor que o teria feito em *Olisipo*, também já muito próxima deste território. Esta inscrição refere ainda a filiação do comemorado já que os pais foram os dedicantes e ambos possuem nomes perfeitamente latinos e que indicam que o jovem edil, morto com apenas 28 anos, teria feito parte de uma das famílias mais importantes da região (Fernandes, 1998, pp. 75-77).

Uma outra inscrição encontrada em Loures refere-se a um liberto *Iulius Italicus*, e apesar de incompleta, existe a referência de que teria desempenhado o papel de *augustal*. Esses cargos destinavam-se a promover o culto imperial e eram geralmente reservados a ex-escravos abastados e proeminentes na sociedade. Assim, ficamos aqui com mais um exemplo de um habitante das zonas rurais com estreitas ligações à cidade, neste caso desempenhando não um cargo político mas sim um cargo religioso (Fernandes, 2003, pp. 42-43).

Também na região de Torres Vedras conseguimos encontrar alguns exemplos que nos indicam estas ligações entre os proprietários das explorações rurais e os mais importantes cargos urbanos. Na Quinta de S. Gião foi descoberta uma epígrafe funerária dedicada a *C. Caecilius Gaetulicus*, um jovem de 17 anos pertencente a uma das famílias mais importantes da região. Na Serra de S. Julião, ainda no concelho de Torres Vedras, encontramos mais um representante dessa família, neste caso o edil *Q. Caecilius Caecilianus* e o seu filho *M. Caecilus Avitus* (Mantas, 1982,

---

<sup>38</sup> Identificada por Vieira da Silva com o nº 7

pp. 71-78), que se encontram ali sepultados, tendo o seu monumento funerário sido erigido pela sua mulher/mãe. Este magistrado não indica onde teria desempenhado o seu cargo, mas a pertença à tribo Galeria e a abundância de referências a esta família na região de *Olisipo* indicam-nos que o mais provável é que tivesse sido nessa cidade. O seu filho apresenta ainda um nome que como já indicámos acima foi utilizado por um magistrado olisiponense, o que vem reforçar a ligação deste monumento a uma família proeminente da cidade. Encontramos ainda entre os edis de *Olisipo* outro membro dessa *gens*, *C. Caecilius Gallus* (CIL II 192), o que nos indica mais uma vez que existiriam ligações entre os habitantes mais abastados da zona rural e os detentores de cargos públicos na cidade (Mantas, 1982, pp. 17-21).

Outro exemplo surge em Torres Vedras, em Santa Maria do Castelo, na lápide dedicada ao seu filho por *Q. Bovii Marciani*. Temos novamente um nome relativamente vulgar na Hispânia e que pertence também a um *duunviro*, *T. Marcius Marcianus*, que desempenhou o seu cargo no reinado de *Trajano*, e que figura numa epígrafe dedicada à sobrinha do imperador, *Matidia Augusta* (CIL II 4993). Neste caso a datação da epígrafe é mais tardia, situando-se já no final do século II d. C., mas ainda assim estaremos provavelmente perante representantes da mesma família (Mantas, 1982, pp. 35-42). Outra epígrafe encontrada na região de Torres Vedras é o epitáfio de *Q. Coelius Aquila*, filho do *duuviro* de *Olisipo*, *Q. Coelius Cassianus* (CIL II 261), figura destacada da sociedade urbana e de provável origem itálica, demonstrando mais uma vez a proximidade entre as famílias rurais e as elites urbanas. (Mantas, 2000a, p. 136) Outro exemplo da região refere-se ainda a *Mascellius*, que se relacionaria com a família de *Coelia Mascellina*, identificada como *negotiatrix olearia* na região da *Bética*, o que nos dá uma dimensão económica às relações familiares entre as duas províncias. (Mantas, 2000a, p. 137)

A epigrafia das regiões de Cascais, Sintra, Loures e Torres Vedras permitiu-nos assim entrever as relações familiares estreitas que existiam entre os proprietários e moradores destas regiões de pendor essencialmente agrícola e os detentores de cargos municipais na cidade de *Olisipo*. Muitos autores latinos descrevem nas suas obras as propriedades que possuíam nas zonas suburbanas de Roma e o mesmo acontecia nas outras regiões do império. As elites urbanas presentes na vida da cidade dependiam das suas propriedades nos campos circundantes para o abastecimento de produtos de consumo mas também para as suas actividades de lazer e recreação e disso são exemplo as diversas propriedades que foram identificadas onde a uma componente de actividade económica está associada uma componente de luxo e ostentação.

Procurou-se pois fazer um levantamento dos elementos que possam contribuir para a compreensão do fenómeno das relações entre a cidade de *Olisipo* e o seu *ager*. A sua geografia, as necessidades alimentares e de matérias-primas, a evidência de relações familiares entre a sociedade

das zonas rurais e a elite urbana, tudo contribui para esboçar um panorama mais claro dos contextos socioeconómicos que se viviam na região há cerca de dois mil anos, embora, existam muitas incertezas que o constante labor arqueológico irá permitir clarificar cada vez mais.

## A produção agrícola

A produção das explorações agrícolas é um tema cujo estudo suscita algumas dificuldades. Por um lado as fontes literárias dão-nos algumas informações sobre o tipo de produtos disponíveis, mas não existem muitas referências à região específica de *Olisipo*. Por outro lado as intervenções arqueológicas facilitam o levantamento das actividades desempenhadas e os vestígios paleobotânicos recuperados de alguns desses contextos identificam algumas das espécies cultivadas, embora esse tipo de estudos não seja muito frequente. Através destes dois tipos de fontes faremos o levantamento da informação disponível para tentar desenhar uma imagem o mais clara possível do que era produzido no *ager* olisiponense.

No período romano a produção agrícola incidia sobretudo nos produtos alimentares e mais concretamente nos três produtos fundamentais: os cereais, a vinha e a oliveira. Os tratados de agricultura que sobreviveram referem-se explicitamente ao cultivo de vários produtos, sendo que todos os autores dedicaram capítulos mais ou menos longos à agricultura, em especial à vinha e à oliveira, descrevendo em detalhe o seu cultivo, mas também a sua transformação em produtos finais

<sup>39</sup>

Existem poucas dúvidas de que a actividade agrícola já teria dados os primeiros passos aquando da chegada dos romanos ao território. Dos textos clássicos, conseguimos respigar algumas referências que nos indicam que estes produtos seriam já usuais na região. Podemos socorrer-nos nomeadamente das descrições geográficas e botânicas de Estrabão e Plínio, mas também de uma referência de Apiano na sua obra histórica e de uma citação da obra de Políbio por Ateneu. Todas estas obras descreviam as principais características das várias regiões do império. Baseados em informações essencialmente escritas mas nos casos de Plínio e de Políbio também pela experiência pessoal, são uma das fontes mais importantes de que dispomos para avaliar as informações correntes sobre o potencial e as características principais das várias províncias. Embora limitadas pela forma como foram compiladas, estas obras servem como ponto de partida para a análise das actividades agro-pecuárias na região rural de *Olisipo*.

---

<sup>39</sup> Por exemplo Catão, o autor mais antigo que se dedicou ao tema da agricultura descreve exaustivamente o que é necessário para o cultivo da oliveira (*RR* – 1.10), para o cultivo da vinha (*RR* – 1.11) e para o lagar (*RR* – 1.12-13). Os autores mais recentes como Plínio-o-Velho (*NH* 14-15) também referem as características gerais destes dois cultivos.

A descrição da Ibéria por Estrabão, começa no volume três com considerações gerais sobre a região e a sua apetência natural para a principal actividade: a agricultura. A Hispânia tem essencialmente duas regiões: uma situada ao norte, que é descrita por Estrabão como sendo montanhosa e com solos pobres, e a outra parte no sul, que é particularmente fértil (Estrabão 3.1.1 e Estrabão 3.1.6)<sup>40</sup>. Esta divisão encontra-se também na Lusitânia, marcada pelo Tejo, já que a norte se encontra uma região geralmente descrita como inóspita e ao sul encontram-se as mesmas características de prosperidade pelas quais é conhecida a *Baetica*. *Olisipo* encontra-se assim na zona de fronteira entre estas duas regiões, mas a fertilidade da região é ainda comprovada com várias referências nomeadamente à ilha em frente a Moron, que estaria coberta de olivais e vinhedos (Estrabão 3.3.1).

Plínio-o-Velho, na sua obra enciclopédica, no volume 15 dedicado à oliveira e árvores de fruto refere que na Lusitânia existiria um tipo especial de azeitonas (15.4.17), que o autor descreve como sendo secas e doces como passas, mas muito raras, existindo apenas em África e na região de *Emerita Augusta*. Apiano, um autor do século II d.C., nativo de Alexandria, elaborou uma obra dedicada à história romana, da qual dispomos apenas de algumas partes, onde descreve as guerras lusitanas, referindo que o local que Viriato escolheu para o seu acampamento, perto do rio Tejo: um monte coberto de oliveiras, que se chamaria Monte de Vénus (6.11.64).

Assim temos um conjunto de referências que sugerem que a vinha e a oliveira eram produtos usuais e com um peso relevante não apenas em termos económicos mas também no imaginário romano.

A pecuária era ainda uma actividade a que vários autores antigos aludem. A referência mais repetida será certamente às éguas da região de *Olisipo* famosas por serem emprenhadas pelo vento, identificado como *Zéfiro*, ou *Favónio*, mas os seus potros viveriam apenas durante 3 anos. Esta história surge primeiro na obra de Varrão, (*RR* 2.1.19), mas vários outros autores posteriores a repetem como Columela ou Plínio (Fernandes, 1983-84, pp. 53-54). O gado equino da região seria assim um dos mais famosos no império, existindo várias referências menos míticas que nos permitem aferir a sua importância para as populações locais.

Na Tábula de Alcântara, uma placa de bronze em que são descritos os termos da rendição de um grupo de lusitanos a um militar romano, é referida explicitamente a obrigação de entregarem os seus cavalos e éguas, mais uma demonstração da sua importância para as comunidades nativas da província (Lopes Melera et al, 1984, pp. 265-267). A nível imagético também a temática dos cavalos encontrou uma concretização particularmente famosa num dos locais arqueológicos mais

---

<sup>40</sup> Esta descrição de Estrabão é efectivamente muito genérica e ao não identificar exactamente qual a região a que se refere deixa-nos na dúvida, já que a Hispânia é muito vasta e variada.

importantes da época romana no Alentejo: Torre de Palma. Numa das principais divisões da residência desta *villa* surge um mosaico onde estão representados cinco cavalos (Lancha e Belo, 1994, pp. 17-19). A representação é bastante detalhada com as características de cada um dos animais perfeitamente identificáveis e mesmo com a provável indicação dos nomes de cada um dos cavalos. Estes exemplares eram sem dúvida alguns dos mais importantes representantes da *villa*, que poderiam até dedicar-se à criação destes animais como uma das suas actividades mais relevantes<sup>41</sup>.

Todos estes exemplos indicam-nos a importância que os cavalos tinham na sociedade e na economia romana da Lusitânia. A tradição local dos cavalos está ainda viva hoje em dia em várias regiões como em Alter do Chão, no Alentejo, onde a coudelaria é celebrada como uma das mais antigas e de destaque em Portugal e no mundo. A tradição do gado equino lusitano persiste assim apesar de efectivamente termos poucas informações concretas das suas raízes romanas e pré-romanas.

Mas surgem ainda várias outras referências ao gado. Estrabão (3.2.4) descreve a amenidade e navegabilidade dos vários cursos de água da região, mas apesar dessas características positivas, estas regiões também podiam representar perigos para os marinheiros devido à violência das marés. O autor refere que por vezes algumas vacas eram apanhadas pela subida da maré e morriam ou ficavam presas em ilhas, o que nos indica que seria um animal frequente na zona. Por outro lado o autor grego refere ainda que a região da Turdetânia (3.2.6) era conhecida pelos seus têxteis de lã fornecida pelos famosos carneiros da região. Estrabão refere ainda a existência de gado de vários tipos e de animais de caça, como a lebre, cujo elevado número levou a que fosse considerada uma praga em várias regiões da Ibéria. Por fim também ao descrever a alimentação dos lusitanos refere que consistia, essencialmente, em carne de cabra (um animal típico das montanhas) e bolotas com as quais fabricavam um tipo de pão (3.3.6).

Outros autores também se dedicaram à descrição do gado que pode ser encontrado na região. Varrão refere uma embaixada que teria sido enviada ao imperador Tibério e que descrevia um porco de tamanho inusitado (*RR* 2.4.11-12), exemplo da qualidade superior dos animais da região. Por outro lado Tito Lívio na sua obra *Ab Urbe Condita*, descreve as guerras púnicas e uma das referências que lemos é a presença de tropas de lusitanos nos seus exércitos, que se caracterizavam pelo seu trabalho com o gado (35.1 e 21.43).

---

<sup>41</sup> Um estudo recente sobre o papel dos animais na economia rural foi elaborado tendo por base a análise osteológica realizada a uma lixeira de Torre de Palma. Embora o nº de ossos de equídeos fosse relativamente reduzido, vários argumentos, para além da existência do mosaico já referido foram levantados para consubstanciar a importância dos cavalos na *villae*: uma das estruturas encontrada durante as escavações apresenta semelhanças com os estábulos modernos tanto no piso como no tamanho das divisões; a proximidade de um hipódromo a este do local da escavação e o grande volume de dentes de equídeos. (Mackinnon, 1999-2000, p. 134)



Outro episódio que refere a existência de rebanhos na Lusitânia é a descrição na obra de *Dion Cassio*, *História Romana*, de um episódio passado durante o desempenho de cargo de pretor na Lusitânia por Júlio César (37.52). Numa das escaramuças entre os romanos e os habitantes locais, os lusitanos procuram desviar os soldados apelando à sua ganância ao colocarem os seus rebanhos na estrada enquanto fugiam. Apesar de terem sido obrigados a abdicar de um bem precioso, os homens de César não se deixaram seduzir, tendo atacado e vencido os autóctones.

Temos assim uma população que tradicionalmente se dedicava à criação de gado e que apresentava espécimes de grande qualidade quer ao nível dos cavalos, quer ao nível dos porcos. Existiam ainda referências a animais de pequeno porte como as lebres, as cabras ou os carneiros, cuja importância para a economia é destacada dada a presença de referências, apesar de fugidias, na literatura clássica que chegou até nós.

Embora menos frequentes, surgem também algumas indicações da produção de frutas. Estes produtos mais perecíveis seriam certamente vocacionados para o consumo local, mas ainda assim algumas espécies locais conseguiram atingir uma reputação tal que a permitia a sua exportação. Plínio, por exemplo, refere as cerejas da Lusitânia (15.30.103), que seriam as preferidas na região da Bélgica e que tinham a característica de possuírem três cores: preto, vermelho e verde, o que lhes dava a aparência de estarem sempre a amadurecer.

Mas a agricultura não se limitava ao cultivo dos produtos alimentares ou à criação de gado, fornecendo ainda as matérias-primas para a produção de tecidos. A região do Sul da Península, que se prolongava pelo sul da Lusitânia e pela província da *Baetica*, era conhecida como Turdetânia, embora as suas fronteiras não estejam claramente definidas. As exportações da região são enumeradas por Estrabão (3.2.6), incluindo produtos como os cereais, vinho, azeite, cera, mel e substâncias tintureiras. Também a descrição dos hábitos e vestimentas utilizadas pelos lusitanos permitem-nos entrever alguns dos materiais mais abundantes na região já que Estrabão descreve nomeadamente as túnicas de linho e as armas, algumas feitas de bronze (3.3.6).

Também Plínio se refere à produção de matérias destinadas à tecelagem. Em 8.43.191 descreve os principais tecidos de lã produzidos no império e mais especificamente na Hispânia. Da Lusitânia são destacadas as lãs da *Salacia*, recomendadas para tecidos axadrezados<sup>42</sup>. No volume seguinte é ainda destacado outro produto famoso que se encontrava na região de *Emerita* e que já tinha sido referido por Estrabão: a cochinilha da *Galácia* (9.65.141), usada para fabricar a cor vermelha muito apreciada na tinturaria. Este produto voltará ainda a ser referido no volume 22 (em 22.3.3) dedicado às propriedades das plantas e dos frutos, embora na realidade a cochinilha seja

---

<sup>42</sup> Também Estrabão se refere a aos tecidos desta região referindo não apenas os produzidos na *Salacia*, mas também as lãs de cor negra que caracteriza pela sua excelente qualidade (3.2.6).

extraída de um insecto que habita a casca dos carvalhos. Assim, existe um conjunto de referências que descreve a presença de matérias-primas e de produtos utilizados na confecção de tecidos, que não sendo uma das actividades mais reputadas da península, era certamente importante nem que fosse para o consumo local.

Embora a fertilidade da região já tenha sido enumerada abundantemente, uma última referência dá-nos ainda uma indicação de como era vista a produção económica agrícola da região mais ocidental do império. *Ateneu de Naucrátis* foi um filósofo grego que viveu nos séculos II e III d.C. que ficou conhecido pela sua obra *Deipnosophistae*, traduzida como Os Banquetes dos Sofistas e que descreve (em 15 volumes) a realização de três banquetes na casa de um rico mecenas, *Larensius*. Desta obra sobreviveram alguns fragmentos, sendo que um deles descreve a riqueza da Lusitânia (8.330), citando Políbio, que compara a abundância do banquete à existente na Lusitânia pois devido à amenidade do clima, tanto os homens como os animais são muito fecundos. Descreve a grande variedade de flores e frutos que se encontram ao longo de nove meses do ano, mas também os peixes abundantes em número e qualidade. Para além desta riqueza, os produtos são ainda muito mais baratos, com a carne de caça a ser até oferecida. Esta passagem dá-nos alguma indicação da riqueza da passagem original de Políbio, que infelizmente não chegou aos nossos dias e do carácter idílico que a região da Lusitânia tinha na mente romana.

As evidências arqueológicas descobertas na região de *Olisipo* permitem-nos confirmar que esta região seria uma zona extremamente fértil dada a abundância de vestígios que comprovam a actividade agrícola desde os tempos mais recuados.

Os vestígios de práticas económicas nas regiões rurais da cidade são evidência da precoce vocação agrícola local. Por exemplo no concelho de Oeiras os depósitos de materiais remontam ao Neolítico, aos quais correspondem pequenos núcleos junto aos cursos de água como o rio Jamor ou as ribeiras de Barcarena e da Lage onde foram descobertos materiais que comprovam essas actividades agrícolas como os moinhos manuais ou elementos de foice em silex (Cardoso, 1995, p. 88). Do período do Calcolítico surgem os primeiros núcleos fortificados como é o caso de Leceia onde para além da maior sofisticação dos materiais<sup>43</sup>, vemos ainda surgir alguns produtos de importação como os objectos de adorno em materiais não nativos desta região como as rochas verdes e os marfins, o que indica a necessária produção de excedentes que seriam trocados por estes objectos (Cardoso, 1995, p. 91).

Mais a norte, foi identificado um povoado calcolítico em Vila Nova de S. Pedro sobre o qual foram elaborados vários estudos que permitiram ter um melhor conhecimento das actividades

---

<sup>43</sup> Surgem neste período objectos de pedra polida como machados, enxadas ou sachos, que seriam importantes na exploração de campos agrícolas de maior vulto.

agrícolas e pecuárias. Quanto às primeiras foram identificadas sementes carbonizadas de várias espécies de cereais como o trigo e a cevada, mas também de algumas leguminosas como as favas, o que comprova a diversidade dos cultivos efectuados numa época relativamente recuada. Neste local foi ainda efectuado um estudo osteológico que permitiu detectar as principais espécies consumidas, os bovídeos e os ovi-caprídeos, embora fossem detectados alguns elementos de animais selvagens, o que apontaria para um recurso à caça como forma de complementar os recursos alimentares das populações (Correia, 1980, pp 3-5).

O cultivo das espécies tradicionalmente mediterrânicas na Península Ibérica deverá remontar à época da presença fenícia. O aproveitamento dos recursos agrícolas da Península tem sido também referido como um dos argumentos alternativos para a fixação fenícia na Península Ibérica<sup>44</sup>. Segundo o modelo desenvolvido por Carlos Wagner e Jaime Alvar, existiriam três modalidades agrícolas: a de exclusivo abastecimento das colónias, a com finalidade comercial e uma última destinada à alimentação de uma população cuja função principal não é o comércio e que teria surgido numa segunda fase de colonização, tentando replicar no local de acolhimento os hábitos originais da população (Alvar e Wagner, 1988, p. 170).

A existência de agricultura dedicada à exportação é difícil de identificar, mas é geralmente justificada pela presença de ânforas de tipologia fenícia fabricadas com materiais provenientes da Península e que são conhecidas como R1. Este tipo de produção só se justificaria se fossem produzidos excedentes localmente que teriam de ser escoados. Os produtos que necessitariam deste tipo de contentor seriam provavelmente o azeite, o vinho e os molhos produzidos com peixe (Alvar e Wagner, 1988, pp. 173-174).

No território português e em concreto na zona de Santarém, a análise de polens e sementes revelou a existência de um desenvolvimento da agricultura, nomeadamente do cultivo de cereais, vinha e oliveira, produtos tipicamente mediterrâneos, no período de ocupação fenícia, provavelmente com o intuito de alimentar a população local. A zona limítrofe de Santarém não teria no entanto a capacidade para alimentar toda a população, o que teria levado à fundação de casais agrícolas em regiões mais distantes, mas ainda sob a influência da povoação (Arruda, p. 216).

Assim, ainda antes da chegada dos romanos temos um panorama global em que avultam as práticas agrícolas tradicionais mas onde as influências exteriores se fizeram sentir quer nos materiais utilizados, quer nas culturas desenvolvidas. Assistimos no entanto a uma grande continuidade na maior parte dos locais, uma circunstância que se irá prolongar já nos períodos de influência romana, embora em moldes diferentes, já que em vez de pequenos núcleos habitacionais,

---

<sup>44</sup> O principal intuito da fixação das povoações fenícias seria a abundância de metais preciosos, cuja exploração terá fomentado os primeiros contactos com as populações locais.

vamos encontrar a produção concentrada em explorações de maior dimensão, das quais sairiam excedentes para abastecer a cidade mas provavelmente também regiões mais longínquas.

A influência romana começa a ser detectada nos finais do período republicano, altura em que se registam as primeiras movimentações de tropas na região. Com a pacificação da região a influência romana nos campos começa a aumentar, situação comprovada pelo aparecimento das primeiras epígrafes que documentam população de origem ou de influência latina<sup>45</sup>. Começam a surgir as propriedades de maior vulto, sendo que em alguns casos temos evidências de que já deveriam existir desde o século I a.C. como é o caso da *villa* de Freiria. No entanto a maior parte das estruturas identificadas apontam para que o principal período de utilização das *villae* teria decorrido entre os séculos II d.C. e III d.C. Com o progressivo desagregar do império, ainda vão subsistindo algumas destas unidades, sendo que em alguns casos surgiram evidências de uma ocupação bastante tardia, já nos séculos V.I. d.C.

A recolha de evidências de uma actividade agrícola na região a partir dos trabalhos arqueológicos pode ser feita a partir dos vestígios descobertos em vários contextos. A maior parte dos artefactos encontrados em qualquer escavação são as cerâmicas e por isso podemos começar pelas indicações que as mesmas nos permitem obter. Na maior parte dos locais classificados como *villae* foram documentados vestígios de *dolia*. Estes são recipientes normalmente de grande capacidade<sup>46</sup> que serviam para guardar azeite, vinho ou cereais sendo encontrados enterrados no chão ou colocados em celeiros e que normalmente estão associados a explorações agrícolas com alguma dimensão. Na região rural de *Olisipo* raros foram os locais em que não terão sido encontrados, e a sua presença está atestada por diversos exemplares em S. Marcos, em Santo André de Almoçageme, nas Almoinhas, em Frielas, em Freiria, no Alto do Cidreira ou mesmo em Povos em Vila Franca de Xira (Calais, 1992, p. 58).

O transporte dos materiais produzidos era feito essencialmente em ânforas. Em praticamente todos os locais explorados elas foram também encontradas em abundância. A proveniência dos contentores pode ser importante para determinar a eventual produção de quantidades significativas que permitissem a exportação dos excedentes. Muitas seriam utilizadas para a importação de materiais como o vinho, o azeite ou os preparados piscícolas. A sua ausência em determinados períodos foi por vezes associada a um acréscimo das produções locais<sup>47</sup>, que justificariam uma

---

<sup>45</sup> Na região de *Olisipo* foram documentadas várias epígrafes funerárias em que é frequente a junção de elementos latinos com elementos indígenas, o que aponta para a mais fácil aculturação entre os indígenas e os primeiros imigrantes latinos. Por outro lado José d' Encarnação (1995, p. 262) aponta também para um volume muito elevado de epígrafes que seriam datadas do século I d.C., atingindo a sua estimativa os 70%, o que documentaria a precocidade da implantação destes imigrantes e dos seus hábitos.

<sup>46</sup> A capacidade dos *dolia* encontrados é muito variável, mas os mais pequenos teriam uma capacidade de cerca de 400 litros enquanto os maiores podiam guardar quantidades que ascendiam aos 3 mil litros. (Pena, 2007, p. 20)

<sup>47</sup> O artigo de Carlos Fabião que analisa a evolução do consumo de vinho na Lusitânia ao longo da permanência

diminuição da importação desses bens. No entanto, a eventual reutilização dos recipientes e o desconhecimento de quais os produtos que encerravam, dificulta em muitos casos o esboçar de conclusões definitivas acerca da sua presença nestes locais e das eventuais inferências sobre a produção local. Na secção que se dedica ao comércio tentaremos sistematizar a informação relativa a estes contentores.

Outro tipo de vestígios que indiciam o cultivo de cereais é a presença de mós que se destinariam à fabricação de farinhas e posteriormente à produção de produtos panificados. Foram recolhidas várias mós<sup>48</sup>, algumas manuais e outras de maiores dimensões apontando uma produção mais industrial.

A análise das espécies cultivadas na região de *Olisipo* ainda é muito incipiente dado que desconhecemos resultados de eventuais estudos paleobotânicos que permitam determinar que tipo de sementes seriam utilizadas. No entanto, um achado fortuito em Cascais permite-nos ter um exemplo de uma espécie existente na região. Foi recuperado no Casal do Clérigo um tijolo com impressões vegetais impressas em negativo numa das faces, tendo sido identificada a espécie como trigo, um cereal usual no mundo romano. (Monjardino, 1997, p. 53)

Outra evidência da importância das actividades agrícolas nas regiões rurais é dada através das estruturas hidráulicas que serviriam para a acumulação e transporte dos recursos hídricos. Na região do *ager* olisiponense conhecemos uma dessas estruturas que se mantém num estado de conservação que nos permite avaliar a sua importância. O aqueduto de *Olisipo*, já identificado e descrito em 1969 por Fernando de Almeida datado provavelmente de III d.C (Almeida, 1969, p. 181). Tinha a sua origem na ribeira de Carenque e deveria abastecer de água não apenas a cidade mas também diversas zonas rurais por onde passava, como se comprova pela existência de canalizações de chumbo, caleiras de alvenaria e de fundos de tanques em várias regiões, como na Falagueira na Amadora, uma região rural com boa aptidão agrícola, onde deveriam existir campos cultivados e irrigados por esta estrutura (Viegas, 1996, p. 12). De menor escala mas também importante para explicar a irrigação dos campos agrícolas são as canalizações que foram encontradas em diversas *villae*, como acontecia no caso de Freiria, embora as estruturas estejam também nesse caso associadas ao complexo termal identificado na área residencial da *villa* (Cardoso e Encarnação, 1998, p. 181).

As actividades transformadoras relacionadas com os produtos agrícolas também nos

---

romana detalha a inversão da tendência de importação registada nos restos de ânforas vinárias a que se começou a assistir nos séculos I e II d.C. Apesar desta redução, é no entanto de referir que a importação de vinhos nunca terminou por completo, o que é coerente com o consumo de um bem que se podia caracterizar como de luxo, se nos estivessemos a referir a produções com elevada reputação (Fabião, 1998, pp. 193-4).

<sup>48</sup> Na região de *Olisipo* foram identificados fragmentos de mós por exemplo em Casais Velhos (Figueiredo, 1949, p. 310).

deixaram alguns vestígios. A produção de azeite e de vinho seria uma das actividades mais importantes da região<sup>49</sup>. A sua existência é comprovada pelos pesos de lagar que foram detectados em diversos locais, sendo de voltar a referir Freiria, mas também outros exemplos como o da localidade de Moroços também em Cascais onde foi encontrada uma laje com a função de empilhar as seiras num lagar de azeite (Encarnação e Cardoso, 1994, p. 207) assim como um pedestal funerário que se encontra no Museu Municipal de Torres Vedras proveniente da Quinta da Macheia, que teria sido eventualmente reutilizado como peso de lagar ainda na época romana, o que justificaria dois entalhes laterais que possui actualmente (Sepúlveda e Sousa, 2000, p. 12).

De referir ainda a existência de edifícios destinados a actividades agrícolas. Infelizmente não sobreviveram muitos exemplares de estruturas com este tipo de vocação ou então não foram totalmente explorados. A maior parte dos trabalhos arqueológicos tende a concentrar-se nas zonas residenciais das *villae* já que é nestes locais onde se encontra a maior parte do espólio mais valioso e onde se encontram também as estruturas com mais interesse tendo em vista a musealização dos locais (como os mosaicos ou os átrios em peristilo).

Apesar destas circunstâncias, foi possível identificar estruturas que teriam pertencido às componentes produtivas dos vários locais, sendo de destacar os lagares e o celeiro encontrado em Freiria. Desta última estrutura sobraram apenas os alicerces, mas os vestígios foram suficientes para apurar que se trataria de um edifício com condições de isolamento adequadas para armazenamento de cereais. Por outro lado, os responsáveis da escavação tentaram também determinar a abrangência da propriedade. Dada a capacidade produtiva do trigo e dimensão desta estrutura, ela poderia albergar a produção de um terreno com cerca de 185 hectares, o que já nos dá uma indicação do tamanho da propriedade a que estaria associada ou de que serviria para armazenar a produção de várias propriedades em seu redor, uma indicação de que seria certamente para mais do que o simples consumo local. Também o lagar descoberto em Freiria indica que se trataria de um edifício de algum vulto já que foram encontradas estruturas que apontam para a zona da prensa, tanques para a recolha do azeite, as zonas de esmagamento da azeitona e de armazenamento dos produtos. (Cardoso e Encarnação, 1999c, pp. 392-3).

Outro tipo de estruturas que também sobreviveram e que mostram evidências de uma produção em larga escala são os silos. Em Alenquer na Quinta do Bravo foi identificado um silo de grandes dimensões onde foi encontrado vários espólio de cerâmica, o que indica que existiria alguma

---

<sup>49</sup> Vários historiadores fizeram o levantamento das referências a estes produtos no actual território português nas fontes clássicas (Ponte et al, 1993) assim como dos vários lagares na Península Ibérica (Gonzalez Blanco, 1993). Jean-Pierre Brun fez também recentemente um ponto da situação dos conhecimentos sobre a vinicultura e oleicultura na Lusitânia (Brun, 1997) e António Carvalho recolheu as evidências arqueológicas da produção de vinho no território português (Carvalho, 1999). Todos estes estudos apontam para a importância das actividades agrícolas locais.

actividade agrícola de dimensão relevante na região (Barbosa, 1970, p. 27).

A evidência de vestígios de estabelecimentos rurais também se verifica nas regiões a norte da cidade. Na Castanheira do Ribatejo, uma escavação recente permitiu detectar um conjunto de vestígios que têm sido interpretados como fazendo parte de uma *villa*, já que foi encontrado um fragmento de mosaico ainda *in situ* assim como silos e cerâmicas que apontam para uma ocupação romana da estrutura e uma função agrícola (Batalha et al, 2006, p. 6).

Em Loures foram identificados vestígios de várias localizações romanas que se coadunam com a classificação de estabelecimentos agrícolas. Vários testemunhos orais apontavam para a existência de locais com estruturas significativas, embora apenas se tenham identificado duas com algum grau de certeza: Almoinhas e Frielas. Embora não tenham sido identificadas estruturas inequívocas de edifícios com fins agrícolas, a fertilidade dos solos locais e a sua proximidade de vias de acesso à cidade levaram os autores que se debruçaram sobre esta região a concluir sobre o papel agrícola que estes locais deveriam ter desempenhado (Oliveira, 1998, p. 37).

Para terminar a secção sobre os produtos agrícolas, uma referência especial à *villa* de Freiria. Este sítio foi alvo de várias campanhas de escavações que abrangeram a parte produtiva da *villa* permitindo uma análise muito detalhada das actividades económicas que seriam lá desempenhadas. Nesta *villa* foram encontradas evidências de produção cerealífera (guardada no celeiro identificado), de olivicultura (presente nos vestígios do lagar), viticultura (o lagar sul da *villa* seria dedicado a esta produção), mas também à pecuária (comprovada pela existência de dois bebedouros e de uma zona de nitreira, que seria utilizada para fertilizar os terrenos) (Encarnação e Cardoso, 1994, p. 60).

Verifica-se assim que a actividade agrícola está bem documentada no *ager* olisiponense e ocuparia uma parte significativa da mão-de-obra da região. A produção de cereais, vinha e oliveira e a consequente produção de bens alimentares como o vinho, o azeite ou o pão estão documentados em locais espalhados por toda a região. Temos, no entanto, alguma dificuldade em verificar se estas produções seriam exclusivamente para consumo local ou se, se destinavam à exportação, um tema a que voltaremos na secção sobre as actividades comerciais.

## V – Recursos marinhos

Uma das actividades mais importantes no contexto das sociedades antigas é sem dúvida o aproveitamento dos recursos marinhos. A par da agro-pecuária é responsável pela produção de importantes bens alimentares que formaram uma parte fundamental da dieta das populações. No caso da Lusitânia essa situação vai ser ainda reforçada pela existência de uma vasta costa marítima banhada pelo Atlântico, de características muito diferentes do Mediterrâneo e com excelentes condições de exploração desses recursos.

Existem inúmeras referências ao pescado em diversas fontes literárias. Quer seja nas obras de carácter mais didáctico, quer seja em obras de carácter literário, o peixe e os produtos marinhos têm uma presença constante. Apresentam-se aqui alguns exemplos destas referências que comprovam a sua presença na via quotidiana das cidades do império.

O consumo de peixes na sociedade romana seria algo habitual como o comprovam várias fontes literárias que chegaram até nós. Por exemplo era utilizado em diversas receitas que nos chegaram através do livro de culinária romana<sup>50</sup>. Este livro, destinado certamente a elaborar paladares dignos das classes mais abastadas do império dedicou dois capítulos às receitas de peixes e marisco. Este seria provavelmente um produto algo dispendioso mas usual na alimentação das populações romanas.

O peixe seria certamente um alimento importante na dieta romana já que Tito Lívio (40.51) nos deixou a menção à criação de um *Forum Piscarium*<sup>51</sup> dedicado exclusivamente à venda deste produto em 179 a.C. pelo censor *Marcus Fulvius*, sendo essa uma das obras principais a que se terá dedicado e que o autor considera como uma das mais úteis. Interessante é ainda a referência de que terá vendido esse mercado a particulares, indicando que esse tipo de comércio seria exercido fora do domínio estatal.

Temos ainda indicações de que algumas propriedades teriam devotado especial atenção aos peixes, situação descrita por Varrão no seu tratado de agricultura. O terceiro volume é dedicado exclusivamente a animais de pequena dimensão, sendo os peixes de viveiro tratados com algum detalhe (RR 3.17). O autor comenta que existem viveiros de água fresca onde se encontram os peixes mais vulgares e os viveiros de água salgada, geralmente propriedade das classes mais abastadas e nos quais são criados peixes requintados e com um alto valor. Assim estes peixes fariam

---

<sup>50</sup> Apício foi um gourmet do século I d.C. ao qual foram atribuídos alguns textos da obra *De Re Coquinaria* que é a principal fonte para a alimentação romana apresentando um vasto leque de receitas que seriam, no entanto, essencialmente consumidas em banquetes dada a sua complexidade e alguns ingredientes exóticos que referenciava.

<sup>51</sup> Em diversas cidades romanas foram identificados os *macellum*, nomeadamente nas mais bem conservadas como é o caso de Pompeia e Óstia, onde foi possível identificar os locais de venda destes produtos.



parte dos banquetes mais requintados e possuir um viveiro desta natureza era mais um sinal de riqueza e ostentação.

Também Catão refere diversas vezes o peixe salgado quer como alimento para os trabalhadores (*RR* 23.1) quer como componente de várias receitas e remédios. A referência tão frequente e o seu uso mesmo para a alimentação dos trabalhadores leva-nos a pensar que seria um alimento vulgar e de utilização normal mesmo em propriedades rurais afastadas do mar. Também Plínio-o-Velho dedica um volume inteiro aos peixes e outras criaturas marinhas, dedicando capítulos a temas tão diversos como as técnicas para apanhar determinado peixe (*NH* 9,59) ou a comentários sobre peixes muito dispendiosos (*NH* 9.31) ou mesmo sobre o consumo de peixes como o atum e sobre a salga de algumas das suas partes (*NH* 9.18). Plínio na sua obra enciclopédica ainda dedica um capítulo aos remédios produzidos com animais aquáticos onde encontramos, no entanto, muitas referências variadas como a de que o povo de Roma sempre consumiu peixe desde ao tempo da sua fundação (*NH* 32.10), mas também a existência de 176 diferentes espécies de peixes, que enumera também numa das entradas da sua obra (*NH* 32.53).

Também sobre a pesca na Hispânia surgem várias referências, sendo uma das mais antigas atribuída a Políbio (10.7.8) que refere os pescadores de Cartago Nova no ano de 209 a.C. que ajudaram a tomada da cidade por Cipião fornecendo informações sobre a costa. Por outro lado, Cádiz é ainda um dos portos de pesca mais referenciados nas obras, assim como a sua utilização nos preparados piscícolas desde tenra data (Blázquez et al, 1978, p. 52-56). Estrabão (3.2.7) refere ainda a importância das pescarias hispânicas nas costas da *Baetica*, já que indica que o Mediterrâneo é fraco em várias espécies, como os atuns, que eram abundantes na zona das Colunas de Hércules.

As investigações arqueológicas em vários locais revelaram também a grande importância deste produto. Em muitos locais são inúmeros os vestígios da presença dessa actividade, quer através dos pesos das redes<sup>52</sup> ou dos anzóis, utilizados na pesca. Também as frequentes representações de peixes em decorações um pouco por todo o império nos dá uma ideia da importância deste produto. Na Hispânia existem vários exemplos de mosaicos com representações de peixes, por exemplo em Conímbriga<sup>53</sup>, em Mérida e em Sevilha. Um dos mais famosos conjuntos de mosaicos com temática marinha na Lusitânia encontra-se ainda em Estói no Algarve, na decoração da *villa* onde se podem ainda ver com grande detalhe vários tipos de peixe, quer no peristilo, quer nas termas e mesmo no santuário (Hauschild e Teichner, 2002, p. 22-23; pp. 29-30 e pp. 50-51), A abundância de mosaicos com esta temática aponta para a importância do mundo

<sup>52</sup> Um eventual peso de rede foi identificado no Mercado do Monte da Caparica, uma zona costeira identificada com a actividade pesqueira (Santos, Sabrosa e Gouveia, 1996, p. 227).

<sup>53</sup> Apesar de não ser uma cidade marítima, para além destas representações foram identificados diversos anzóis conservados no Museu Monográfico de Conímbriga, assim como vestígios de conchas de bivalves, que confirmam a importância dos produtos do mar na dieta de uma importante cidade da Lusitânia.

marinho no dia-a-dia da estrutura e para a importância das actividades piscatórias na região.

Assim, temos um produto de grande importância para a dieta alimentar romana, referido abundantemente na literatura e que corresponderia a uma vantagem específica das costas atlânticas onde existiam espécies diferentes das habituais no Mediterrâneo e em grande abundância como referiam de resto os autores clássicos nas suas descrições da província (Trakadas, 2005, p. 69). Também as formas de conserva para permitir o transporte e armazenagem destes produtos perecíveis estavam já referenciadas nas fontes mais antigas. Analisemos um pouco mais em detalhe as informações de que dispomos sobre a pesca e as suas actividades subsidiárias na região de *Olisipo*.

### **Pesca e extracção de sal**

O tema dos recursos piscícolas registou pouco interesse por parte dos historiadores do período romano em Portugal e em particular na zona de *Olisipo*. As referências eram escassas e a maioria dos vestígios conhecidos relacionavam-se com a produção de preparados piscícolas na zona do Algarve. Apenas nas últimas décadas do século XX a zona da bacia do Tejo revelou a riqueza de vestígios que apontavam para uma importante actividade piscatória. Analisaremos em algum detalhe as referências literárias e os principais dados obtidos a partir das mais recentes investigações arqueológicas (Fabião, 2009b, pp. 556-557).

Existem diversas referências literárias às actividades marítimas na região de *Olisipo*. Esta era efectivamente uma região com uma clara vocação marítima. Para além da costa atlântica, a enseada do Tejo permitia uma fácil navegação e atracagem essencial para as actividades piscatórias. Estas características eram bem conhecidas na antiguidade, sendo que Estrabão é um dos primeiros autores que descreve as actividades que se desenvolviam na zona do rio.

A descrição da zona do estuário é instrutiva sobre a função da cidade de *Olisipo* e das suas condições naturais. A largura do rio é elogiada permitindo a navegabilidade até bastante longe e tornando este um ponto estratégico na distribuição dos mantimentos das suas tropas<sup>54</sup>. Estrabão aproveita este trecho para afirmar que o Tejo abunda em peixes e está cheio de ostras, descrevendo em seguida o seu percurso através da Hispânia.

Os produtos do mar da costa da Turdetânia, referenciada pelo autor como sendo situada na parte ocidental da Península Ibérica, também são elogiados pelo autor grego, que refere

---

<sup>54</sup> Estrabão (3.3.1) refere que Décimo Júnio Bruto terá fortificado a cidade de *Olisipo* para garantir o fornecimento de provisões. O general romano terá utilizado assim a cidade como ponto estratégico na sua conquista da região e terá encontrado eventualmente uma população que lhe seria favorável já que só assim seria explicável a construção das muralhas.

nomeadamente as ostras e outros tipos de moluscos, que existiam em grande quantidade e eram de grande dimensão. Estrabão menciona a grande variedade de peixes de várias espécies que se encontravam nas costas atlânticas como os atuns que se alimentariam de bolotas de carvalho marinho, o que lhes permitia atingir um tamanho superior ao dos peixes que se encontravam no Mediterrâneo (3.2.7)

Na região destacava-se ainda a construção naval, que usaria as madeiras da região, e que forneceria os navios necessários para o abundante comércio local. Estrabão refere ainda as minas de sal mas também a presença de ribeiros de água salgada utilizados também como salinas. Por fim, o autor grego refere as indústrias de produção de peixe salgado que localiza em toda a costa para além das Colunas de Hércules, na actual costa sul da península, mas também na costa atlântica (3.2.6).

É de referir ainda uma história contada por Plínio-o-Velho que descreve como uma embaixada de olisiponenses foi enviada ao imperador Tibério para lhe dar conta da existência de um tritão nas grutas junto à cidade, tendo também sido avistada uma nereide na mesma costa (*NH* 9.9). Esta história leva-nos a pensar que os contactos marítimos seriam frequentes na região, embora com alguma fantasia.

Assim, temos um conjunto de autores que nos apontam para a riqueza piscícola das águas da costa atlântica e para a riqueza dos recursos do estuário do Tejo, que ocupava ainda uma posição comercial estratégica. A exploração dos recursos piscícolas e do sal está assim comprovada nesta região, apesar de as fontes literárias não entrarem em grandes detalhes sobre a forma como se processariam essas actividades.

Resta-nos por isso encontrar mais pistas nos registos arqueológicos. Não sendo um tema muito aprofundado pelos historiadores, recentemente têm surgido várias obras que se dedicaram a este tema pouco explorado em particular associado a novas descobertas arqueológicas que vieram clarificar muitos aspectos de actividades, cuja importância era até então apenas intuída<sup>55</sup>. Existe no entanto um artigo de O. da Veiga Ferreira (1968) publicado no *Arqueólogo Português*, que apesar de algo datado nos indica um conjunto de evidências da importância dessa actividade desde tempos pré-históricos.

Essas evidências reportam-se aos períodos de influência púnica e romana, e consistem essencialmente materiais como os anzóis, que serviriam para a recolha de peixes no mar e nas zonas dos estuários. Registamos também agulhas que serviriam para reparar redes e pesos que seriam colocados na ponta das redes, e embora esses materiais apontem para um tipo de pesca de maior vulto, a sua interpretação não é inequívoca, já que estes artefactos poderiam ser utilizados para

---

<sup>55</sup> Por exemplo um dos textos mais completos sobre as actividades marítimas é o artigo de Carlos Fabião de 2009, “Cetárias, ânforas e sal: a exploração de recursos marinhos na Lusitania” que resume os actuais conhecimentos nesta matéria.

outros fins.

Por outro lado, também os vestígios dos peixes consumidos e as conchas de bivalves em várias regiões apontam para a importância dos peixes e moluscos na dieta. O. da Veiga Ferreira indica ainda um conjunto variado de peixes que foram identificados em Tróia, exemplares que não deveriam ser muito diferentes dos disponíveis mais a norte no estuário do Tejo.

Na região de *Olisipo* registaram-se também alguns destes materiais, que nos indicam a presença destas actividades. Por exemplo foi recolhido um exemplar de um anzol de bronze e de pesos interpretados como pertencentes a redes e restos de ostras na *villa* do Alto do Cidreira em Cascais, e em Casais Velhos, outra *villa* costeira do mesmo concelho foram recolhidas conchas de vários moluscos e dada a sua quantidade foi proposto que se deviam a uma actividade de tinturaria que existiria na exploração, comprovada também pela existência de tanques de *opus signinum*, cuja utilização ainda não foi esclarecida (Cardoso e Encarnação, 1990, p. 65).

Outra indicação da importância das actividades pesqueiras nas diversas localidades marítimas e portuárias é a presença de moedas locais decoradas com a imagem de peixes. Encontramos alguns exemplos em Alcácer do Sal, de períodos anteriores à presença romana, confirmados pelas inscrições em caracteres indígenas, onde as representações de peixes se cruzam com as de espigas, lembrando-nos a fertilidade da região<sup>56</sup> (Veiga e Veiga, 1971-72).

Os vestígios da salinicultura são muito mais difíceis de identificar no panorama arqueológico dado que essas actividades se realizavam em locais com características específicas onde foram praticadas até muito tarde e onde mesmo hoje em dia ainda se encontram salinas em produção. Por outro lado, é também uma actividade que não exige edifícios ou instrumentos não perecíveis, deixando assim poucos vestígios na paisagem.

Para tentar encontrar pistas para essas actividades é necessário recorrer a documentos e a referências de épocas posteriores que permitem determinar a eventual dispersão destas unidades no território costeiro português. A partir do século X começaram a surgir documentos jurídicos, em particular nas regiões do Norte de Portugal que descreviam as várias actividades económicas, inclusivamente as salinas. Os estudos da documentação medieval efectuados por Virgínia Rau sobre as salinas da costa portuguesa revelaram a existência de várias referências a esta actividade em ambas as margens do Tejo que, remontando ao século XIII, nos levam a pensar que esta seria

---

<sup>56</sup> Apesar de *Olisipo* ser uma cidade de importância comercial e económica, não possuímos nenhum exemplar de nenhum numisma cunhado na cidade (Marques, 2008, p. 10), situação que também se repete em *Scalabis*, mas já registamos moedas cunhadas em localidades de muito menor importância como é o caso de *Sirpens*, Serpa na época romana, o que nos leva a apontar que a ausência se deve mais a fortuidade da investigação arqueológica do que a uma efectiva ausência de oficinas de cunhagem de moeda. No território actualmente português são conhecidos exemplos de moedas das seguintes localidades: Elvas, Évora, Alcácer do Sal, Beja, Serpa, Mértola, Silves, Castro Marim, Tavira e Faro .

uma ocupação que já estaria presente nestas regiões em épocas mais recuadas (Rau, 1984, pp. 64-65).

Em toda a costa, a existência de salinas na época medieval parece ser coincidente com os locais onde na época romana foram encontradas cetárias que apontam para a produção de preparados piscícolas que exigiam vastas quantidades de sal como matéria-prima: toda a costa algarvia e pontos estratégicos no estuário de rios como o Sado, o Tejo, o Mondego e o Vouga. Esta localização não poderia ser coincidência apontando para uma presença de actividades extractivas que já existiriam na época romana e que continuaram a laborar em períodos posteriores.

Assim, temos um conjunto de evidências que apontam para a importância das actividades marinhas na região de *Olisipo*. Por um lado, as abundantes referências literárias que nos chegaram dizem-nos que essas actividades existiram, e eram importantes, pois só assim seriam suficientemente relevantes para serem referidas nas obras dos geógrafos que descreveram as principais características das províncias romanas. As obras indicam a abundância de peixes e moluscos na região apontando ainda para a importância do sal, embora estas últimas referências sejam muito mais limitadas.

Por outro lado também as evidências arqueológicas, apesar de escassas para este tipo de produtos, nos indicam que a costa da zona à volta de *Olisipo* deveria ter dado origem a um conjunto de explorações que potenciasses as suas riquezas naturais. A pesca e a salinicultura eram certamente actividades que ocupavam a população da região e que podiam até coexistir com actividades agrícolas como parece ter acontecido na *villa* de Casais Velhos, em Cascais, que se situa muito perto do mar e onde foram encontrados evidentes indícios de actividades piscatórias.

Com todas as matérias-primas necessárias e com condições favoráveis, não é surpreendente a descoberta de evidências para uma actividade de preparados piscícolas que pelo seu volume nas costas portuguesas e em particular no estuário do Tejo já foram até consideradas como actividades industriais. E dessas temos abundantes evidências e estudos, que nos permitiram reconstruir as características do que deveria ser um dos aspectos mais importantes da economia da Lusitânia.

### **Preparados piscícolas**

Dada a vastidão do império romano, o consumo de determinados bens perecíveis, aliado aos elevados custos e tempos de transporte deu origem à utilização de inovadoras formas de conservação. O peixe era um dos alimentos mais requisitados mas com um tempo de vida útil demasiado limitado. Sendo abundante nas costas mediterrânicas e nas costas atlânticas, era uma rara comodidade nas zonas mais afastadas e nas grandes cidades. Começaram por isso a surgir cada vez

mais formas de tratar e consumir o pescado. Se por um lado existiam as formas de conservar o pescado através de vários métodos de conservação como a salga ou a defumação<sup>57</sup> e que permitiam o seu transporte para regiões distantes, também se desenvolveu uma verdadeira indústria de produção de molhos de peixe que desempenhava um papel fundamental na confecção de refeições e na conservação dos alimentos. (Bugalhão, 2001, pp. 45-46)

Quanto à preparação de molhos de peixe, desde as técnicas mais simples da salga, a outras mais complexas, destinavam-se a aproveitar não apenas as partes mais nobres dos peixes mas também as suas entranhas e sangue. Estes subprodutos eram transformados com o auxílio do sal e de outros componentes, transformando-se em molhos de peixe<sup>58</sup>, muito apreciados na culinária e que atingiam avultados preços<sup>59</sup>. (Étienne e Mayet, 2007, pp. 5-7)

Este tipo de actividades de transformação exigia grandes quantidades de matérias-primas, nomeadamente o peixe e o sal. A província da Lusitânia com a sua vasta costa atlântica era um dos locais mais promissores para o desenvolvimento destas actividades por ter em abundância tanto pescado de maior vulto como regiões propícias à formação de salinas naturais. No entanto, apesar destas condições ideais, as fontes clássicas que descrevem elogiosamente todos os outros produtos em que a região é abundante, são totalmente silenciosas sobre este produto<sup>60</sup>. Cádiz<sup>61</sup> e a costa sul da península são referenciados profusas vezes como um dos principais fornecedores destes produtos<sup>62</sup>, mas a costa atlântica nunca é mencionada.

A investigação arqueológica das últimas décadas tem no entanto começado a levantar o véu

---

<sup>57</sup> Sobre estes produtos temos pouca informação sobre a sua produção e divulgação, mas temos algumas referências em Plínio, nomeadamente em NH 5, 18 o autor romano refere-se a peixes de grande porte e como poderiam ser conservados em sal e posteriormente transportados pelo império,. Refere ainda que consoante se tratava de uma parte do peixe mais perto da cauda ou mais perto do pescoço assim melhorava a sua qualidade.

<sup>58</sup> As fontes referem várias designações para este produto, não sendo ainda muito claro quais as diferenças entre os vários tipos. O mais reputado seria o *garum sociorum*, mas também existiam outros tipos como o *muria*, provavelmente feita apenas com atum, o *hallec*, resíduo da fabricação ou produzido através de pequenos peixes e geralmente considerado de pior qualidade. As fontes referem ainda o *liquamen*, sendo que desconhecemos qual seria a diferença em relação aos outros molhos, sendo que esse é o termo normalmente utilizado na Antiguidade Tardia pelos autores que se referem a este preparado. (Étienne e Mayet, 2007, pp. 5-6)

<sup>59</sup> Os preços que estavam presentes do Edito de Diocleciano, que é um dos melhores recursos para apurar o valor dos produtos na época romana, indicavam diversos valores para cada um dos tipos de molhos, nomeadamente o mais requintado *liquamen primum* e o *liquamen secundu* de qualidade inferior. Outras referências literárias ao valor deste tipo de produtos podem ser encontrados por exemplo em Marcial, que considerava o *garum* (ou o molho de sangue de cavala, como o descreve) como uma prenda cara (XIII, 102).

<sup>60</sup> Uma das justificações que foi avançada para esta situação seria o funcionamento de Gades como ponto de redistribuição dos produtos de toda a península. Assim, os preparados produzidos na costa seriam transportados para Gades, que os faria chegar aos mercados do império, onde seriam designados como produtos da Hispania sendo a referência o seu porto expedidor e não o seu local de produção (Mantas, 1998a e Étinne e Mayet, 2007).

<sup>61</sup> A presença de importantes unidades de produção de preparados piscícolas em Cádiz é uma eventual indicação da importância fenícia na introdução desta actividade, já que esta seria uma das principais cidades de implantação das comunidades orientais.

<sup>62</sup> Estrabão na sua descrição geográfica da península refere exactamente este tipo de produtos como sendo abundantes ao longo de toda a costa sul em localidades como Menlaria, Belo e Gades, sendo que esta última é essencialmente famosa pelos seus navegadores e pelo seu movimentado porto (3.1.8).

sobre esta actividade já que os vestígios têm sido descobertos em toda a costa e com tal volume que é difícil pensar que se trataria de produção apenas para consumo local ou regional. Para analisar a importância das actividades de preparados piscícolas na região de *Olisipo* é necessário coligir os dados que a arqueologia nos permitiu recolher das duas principais actividades associadas à produção de preparados: os complexos fabris onde eles seriam elaborados e as olarias onde seriam produzidos os recipientes necessários ao transporte destes molhos.

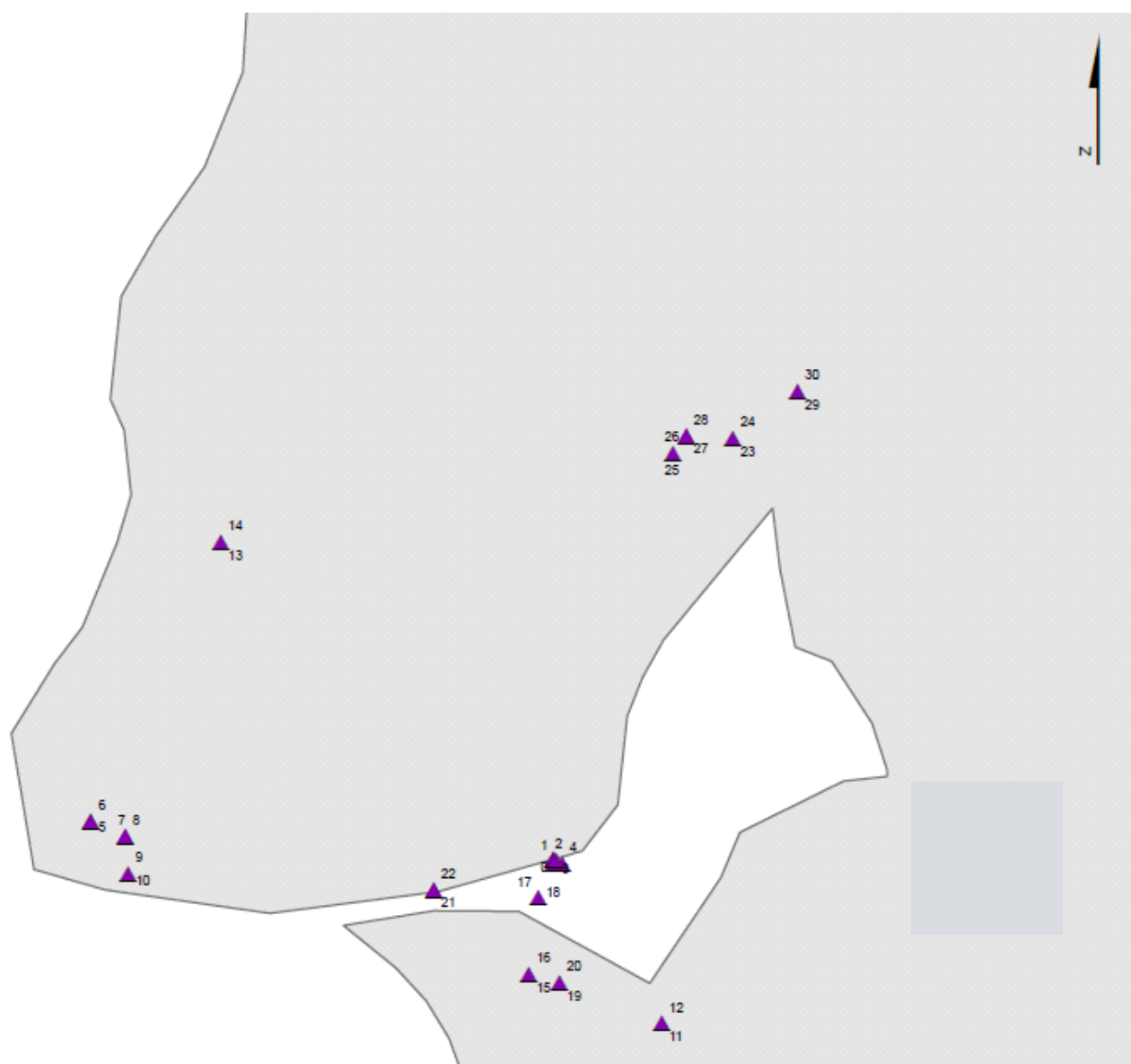
Da actividade de produção de preparados piscícolas normalmente sobrevivem vestígios de oficinas que juntavam conjuntos de números variáveis de cetárias, onde eram produzidos os diferentes tipos de molhos<sup>63</sup>. Estes tanques são bastante robustos geralmente constituídos por *opus signinum*, que lhes permitia a necessária impermeabilização. A sua robustez permitiu que subsistissem no subsolo, tendo sobrevivido diversos conjuntos praticamente intactos e muitas vezes ainda com vestígios dos produtos que neles seriam fabricados no final da sua fase de laboração. Normalmente a concentração de um conjunto de oficinas indica que estamos perante uma unidade produtiva de destaque, como acontece em vários locais do município olisiponense<sup>64</sup>.

No mapa seguinte estão identificados os locais onde foram detectadas actividades produtivas relacionadas com as actividades piscícolas segundo as descrições e classificações presentes no catálogo Endovélico. Entre oficinas de preparados piscícolas e fornos de produção cerâmica, verificamos que a localização destas explorações se localizava junto à costa em regiões onde abundavam as matérias-primas relevantes ou onde a proximidade das vias de comunicação permitia facilmente a circulação dos bens produzidos.

---

<sup>63</sup> As fontes referem alguns métodos de fabrico, sendo que a mais detalhada está no *Geoponica*, um tratado do século X que recolhe informação prática de várias actividades económicas da antiguidade, no qual é indicado que as entranhas e o sangue dos peixes deve ser misturado com sal e em alguns casos outros condimentos e deve ser deixado secar ao sol durante dois a três meses, mais uma condição preenchida pelas características da Lusitânia, especialmente nas costas mais a Sul.

<sup>64</sup> Na actual costa portuguesa o número de locais onde foram detectadas unidades de preparados piscícolas é relativamente elevado sendo que se concentram essencialmente em três locais: no estuário do Tejo, cujos vestígios analisaremos em pormenor, no estuário do Sado, onde se localiza uma das maiores instalações em Tróia e no Algarve, onde praticamente todo o litoral têm evidências desta actividade. Outros estuários podem ser também apontados como locais de produção de preparados piscícolas, já que têm condições geográficas favoráveis à sua implantação, mas até agora ainda não foram encontradas provas definitivas dessa situação (Fabião, 2009b, pp. 580-2).



- |   |   |
|---|---|
| 1 Casa do Governador - Torre de Belém             | 12 Forno P 12 (Quinta das Caldeiras)                      |
| 2 Casa dos Bicos                                  | 13 Forno 3 da Cova da Baleia                              |
| 3 Companhia Nacional de Navegação                 | 14 Quinta de Santo António                                |
| 4 Mandarin Chinês                                 | 15 Fábrica Romana de Salga de Peixe - Largo Alfredo Dinis |
| 5 Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (BCP) | 16 Foros da Catrapona                                     |
| 6 Rua dos Fanqueiros                              | 17 Vale de Gatos  |
| 7 Aldeia do Juzo                                  | 18 Quinta do Rouxinol                                     |
| 8 Bom Sucesso                                     | 19 Fonte da Raposa  |
| 9 Cascais - Rua Marquês Leal Pancada              | 20 Ponte da Caparica                                      |
| 10 Quinta da Granja 2                             | 21 Porto dos Cacos  |
| 11 Antas  | 22 Vale Simões  |



Na região de *Olisipo* as primeiras unidades foram identificadas na baixa lisboeta (mais concretamente na Casa dos Bicos) e em Cacilhas na margem Sul apenas no início dos anos 80. A zona da baixa lisboeta apresenta diversos problemas para as investigações arqueológicas, devido essencialmente à densidade de construções que apresenta. No entanto, a realização de obras em diversos bairros permitiram uma investigação mais detalhada em diversos pontos, que revelou a vasta exploração que se teria aí localizado. Foram encontrados vestígios de cetárias em locais como na Casa dos Bicos, na Rua Augusta (no Mandarin Chinês), na Rua dos Correeiros (Bugalhão, 2001, pp. 57-82), na Rua dos Fanqueiros, na Rua da Conceição, na Rua dos Douradores (Silva, 1997, pp. 50-51) e na Rua dos Bacalhoeiros (Fernandes, 2007, p. 62). Os vestígios descobertos apontavam, quando tal era possível, para uma cronologia entre o século I e o século III da nossa era e em alguns casos a sua utilização foi comprovada pela presença de restos de pescado.

Na Casa dos Bicos, as escavações de 1981 colocaram a descoberto um conjunto de cinco tanques e de estruturas que pertenceriam ao edifício fabril assim como uma caleira que deveria pertencer ao seu esgoto. No interior foram encontrados entulhos de época romana, nomeadamente uma ara e troços de uma coluna que foram identificados como sendo do século III e IV d.C., indicando a data em que as instalações já teriam deixado de laborar. O início da exploração foi datado do século I a.C. devido a fragmentos de cerâmica campaniense desse período. A cerca de 100 metros do local foram identificados os restos de um possível cais que deveria remontar ao período romano e que poderia estar associado ao escoamento da produção da unidade fabril, mas também às actividades piscatórias que decorreriam sem dúvida na região (Amaro, 1982, pp. 98-99 e Amaro, 2002, pp. 14-15).

O estudo mais aprofundado foi efectuado na Rua dos Correeiros, tendo dado origem a um trabalho de Jacinta Bugalhão no qual a actividade do núcleo produtivo é descrita com algum detalhe, permitido por uma escavação sistemática dos locais. As principais conclusões referem-se à cronologia dessas actividades que deveriam ter ocorrido entre I d. C. e V d.C. e à vasta área ocupada junto ao rio mas possivelmente já fora do núcleo da cidade, o que nos indicaria que esta seria uma actividade particularmente importante para a economia local (Bugalhão, 2001, pp. 51-56).

65

Na margem Sul do Tejo nos anos 80 foram também identificados vestígios de cetárias em Cacilhas e posteriormente em Porto Brandão (Santos, Sabrosa e Gouveia, 1996, p.229-230). O complexo de Cacilhas foi o primeiro identificado na margem sul do Tejo em sequência de uma obra

<sup>65</sup> A posterior análise de restos de peixes retirados de vários tanques da zona da Baixa, nomeadamente de alguns exemplares da Rua dos Correeiros e da Rua Augusta, permitiram determinar que o peixe utilizado nestas actividades era essencialmente sardinhas, peixes de pequenas dimensões que ainda são frequentemente apanhados e consumidos na região. Este tipo de estudos permite-nos ter uma informação cada vez mais detalhada desta actividade e dos moldes em que se processava (Assis e Amaro, 2006).

efectuada para substituição de esgotos e condutas de água. A escavação permitiu identificar as estruturas e recolher alguns materiais cerâmicos de época romana, nomeadamente restos de ânforas, de uma lucerna e de *terra sigillata* (Barros e Amaro, 1984-1985, p. 33).

Os locais investigados eram essencialmente junto à cidade. No contexto do *ager olisiponense* tinham sido já identificados tanques junto a uma *villa* em Casais Velhos no concelho de Cascais (Figueiredo e Paço, 1949, p. 309). A utilização destas estruturas não era muito clara, mas a sua localização junto ao mar fazia pensar que se trataria de uma estrutura para a transformação de produtos marinhos, sendo que foram avançadas duas hipóteses, ainda sem confirmação: molhos de peixe ou tecidos tingidos, aproveitando o abundante peixe da região ou os seus moluscos que seriam utilizados para a produção de tintas (Teichner, 2007, pp. 118-119).

Já no início dos anos 90 surgiram evidências desta actividade na vila de Cascais. As escavações que foram realizadas nesse local permitiram detectar um conjunto de tanques, mas também diversas outras estruturas datadas do período romano assim como materiais de construção que indicavam que na zona devia existir mais do que um simples complexo fabril, sendo de supor que existira ainda uma unidade residencial, embora a localização deste zona em pleno centro de Cascais dificulte o desenvolvimento de mais investigações arqueológicas. Foram ainda elaborados alguns cálculos sobre a capacidade produtiva das cetárias encontradas e as estimativas apontavam para uma capacidade acima da média, mas próxima da obtida numa das unidades de Tróia, o que indica que esta seria uma unidade produtiva de destaque na região (Cardoso, 2006, p. 149).

Por fim, o último local escavado sistematicamente na região de *Olisipo* onde foram encontradas possíveis oficinas localiza-se também na costa, fora do âmbito da cidade, na região de Belém, na chamada Casa do Governador (Filipe e Ferreira, 2006, p. 5). Nesse local foi encontrado um elevado número de oficinas<sup>66</sup>, mas não foram identificadas nenhuma estruturas residenciais como aconteceu noutros locais, o que poderá relacionar-se não com a sua inexistência mas sim com a área investigada. A cronologia deste local não difere no seu início dos vestígios de outros na área de *Olisipo*, sendo datável o início da sua ocupação do século I d.C. devido aos vestígios de *terra sigillata italica* encontrados, apesar de estes serem pouco relevantes. A data de abandono das instalações é mais polémica, já que as ânforas encontradas apontariam para o século IV ou V d.C., mas a descoberta de uma moeda do século VI d.C. numa zona de cetárias coloca algumas dúvidas sobre se neste período a unidade se encontrava ainda em laboração (Fabião, 2009a, pp. 25-26).

É possível que, com o continuar da investigação arqueológica, sejam descobertos novos

---

<sup>66</sup> A análise de vestígios de materiais dentro dos tanques permitiu também identificar a espécie mais frequente, que se revelou novamente ser a sardinha, à semelhança do que já tinha acontecido no estudo elaborado na Baixa Lisboeta, o que indicia que se trataria de um complexo fabril com o mesmo tipo de produção (Gabriel et al, 2009).

locais de laboração de preparados piscícolas<sup>67</sup>, já que a região da costa à volta de *Olisipo* teria certamente condições para a sua fixação. Noutras zonas foram encontrados vestígios que podem corresponder a novos locais de produção de preparados piscícolas, mas que poderiam ser utilizados para outras actividades. Por exemplo, na Vila das Almoinhas em Loures foi encontrado um tanque cujo interior estava forrado a *opus signinum*. Dada a proximidade de um conjunto de salinas exploradas até ao século XVI, levanta-se a possibilidade de se tratar de um local de produção de preparados piscícolas, mas tendo em conta os dados disponíveis, não são de excluir outras possibilidades como actividades de tinturaria (Oliveira, 1998, p. 36).

Temos assim um conjunto variado de cetárias, quer em termos de localização, quer em termos de tamanhos mas todas localizadas em zonas costeiras, algumas mais próximas e outras mais afastadas da cidade de *Olisipo*, mas sempre com boas acessibilidades. A única descoberta, até agora, no contexto de uma *villa*, apresenta muitas dúvidas sobre se seria utilizada mesmo para esse fim. Assim, pelas evidências somos levados a pensar que a actividade de preparados piscícolas se realizaria junto a localidades em zonas onde o seu escoamento seria facilitado. A produção em pequenas unidades artesanais não está excluída mas seria certamente a excepção e não a regra. Por fim em termos de cronologia nenhuma das unidades identificadas terá iniciado a sua laboração antes do século I d.C., embora o final da sua actividade seja mais polémico, já que, se em alguns locais se aponta para o século III d.C., noutros existem evidências de que se poderia ter prolongado até ao VI d.C.

O transporte dos preparados piscícolas era geralmente efectuado em ânforas. Como todos os materiais cerâmicos, a sua abundância em contextos citadinos e rurais permite obter dados fundamentais para estudar a dispersão dos produtos por elas transportados mas também identificar os pontos de consumo deste tipo de produto e a sua consequente importância no contexto da economia romana.

Para a análise é necessário estudar primeiro as olarias<sup>68</sup> localizadas na região de *Olisipo* e que nos ajudam a perceber as relações comerciais que se estabeleciam entre as várias zonas do município. Estes núcleos eram constituídos por diversos fornos que permitiam atingir as temperaturas necessárias ao cozimento do barro, que abundava nas regiões fluviais. Assim, até agora foi identificado um vasto leque de fornos nas regiões ao Sul do Tejo: Quinta do Rouxinol

---

<sup>67</sup> Em vários locais foram descobertos vestígios de tanques em *opus signinum*, mas a sem contexto e sem uma investigação mais aprofundada, não será possível determinar se seriam dedicados à produção de preparados piscícolas ou a outras actividades económicas. Por exemplo, em Caparide no Concelho de Cascais foi identificada uma destas estruturas, mas sem mais identificação não é possível apurar a que se destinaria a sua utilização (Cabral et al, 2002, p. 6)

<sup>68</sup> Estas olarias seriam certamente utilizadas para a produção de outros materiais cerâmicos, como iremos analisar na secção seguinte. Neste caso interessa-nos apenas um tipo de produção em concreto: as ânforas.

(Seixal), Porto dos Cacos (Alcochete) e Garrocheira (Benavente), embora existam indicações de outros no Monte dos Condes, Benavente, Vale da Palha e Olho da Telha (Fabião, 2004, p. 388).

Na Quinta do Rouxinol situada na freguesia de Corroios existia uma exploração agrícola. Na sequência de obras de saneamento foram descobertos vestígios arqueológicos que foram explorados mais aprofundadamente nos anos 80, tendo resultado na descoberta de um forno. Campanhas arqueológicas posteriores permitiram detectar ainda outros fornos assim como um local de despejo de materiais que se coadunavam com uma olaria de produção cerâmica de grande dimensão. Os vestígios das peças encontradas permitiram obter uma cronologia de funcionamento entre o século II d.C. e o século IV d.C. Nestes fornos eram produzidas ânforas dos tipos Almagro 50, Almagro 51 e Lusitana 9<sup>69</sup> que se enquadravam nas tipologias utilizadas habitualmente para o acondicionamento de preparados piscícolas (Duarte e Raposo, 1996, p. 240).

A olaria do Porto dos Cacos em Alcochete foi detectada e estudada nos anos 90, tendo sido encontrados vestígios de diversos fornos, de estruturas associadas ao complexo fabril e de uma necrópole, que indicava que existiria um núcleo populacional associado a esta actividade. A cronologia deste complexo é mais longa, tendo laborado entre o século I d.C. e possivelmente o século VI d.C. E pelos vestígios cerâmicos, conseguiu-se apurar que produzia cerâmica comum e ânforas de vários tipos, nomeadamente Dressel 14, Almagro 50 e Almagro 51. Nesta olaria foi encontrado um espaço onde se encontravam alinhadas 46 ânforas do tipo Dressel 14, para as quais ainda não foi encontrada uma justificação. Este tipo de produção está novamente associado à produção de preparados piscícolas que seriam os materiais preferencialmente transportados por este tipo de contentores (Raposo e Duarte, 1996, pp. 251-254).

Por fim na Garrocheira, em Benavente, numa localização mais afastada da cidade de *Olisipo*, foi localizada uma olaria já nos anos 60, quando na construção de um canal e foi destruído um forno circular. Nos anos 80 foram efectuadas investigações no local que permitiram detectar ainda mais estruturas de forno, que apontavam para um complexo fabril de grande vulto. Os materiais produzidos neste local, que deram origem aos vestígios cerâmicos encontrados são

<sup>69</sup> É impossível ter certeza quanto aos materiais transportados pelas ânforas. No entanto, algumas pistas permitem-nos supor que as tipologias indicadas, as Almagro 50 e 51 e as Dressel 14 seriam utilizadas essencialmente para o transporte de preparados piscícolas. No caso das Dressel 14, as inscrições pintadas nas ânforas indicavam o seu conteúdo e apontavam para preparados de peixe. Este tipo de grafitos não foi encontrado nas ânforas de tipologia Almagro que permitisse o mesmo tipo de identificação inequívoca. A análise dos restos de peixe em vários contextos arqueológicos permitiram a identificação da função dos seus contentores. Por fim a forma das ânforas e os seus locais de produção, coincidentes com regiões onde a produção de preparados piscícolas tem uma importância relevante na economia leva-nos a pensar que seriam elaboradas para o transporte desses molhos e não para o transporte de vinho ou azeite, outros produtos da região, mas para os quais ainda não existem evidências de que tivessem desempenhado um papel relevante na economia local. A continuação do estudo dos restos anfóricos encontrados em várias localizações, assim como a descoberta de mais evidências da relevância da produção do vinho e azeite na zona de *Olisipo* irá permitir um maior grau de certeza, em especial se for possível elaborar estudos mais detalhados recorrendo a outras ciências que forneçam dados mais concretos (Etienne, 1990 e Fabião e Guerra, 1993).

relativamente limitados e por isso o período de laboração da olaria foi estimado entre os séculos I e II d.C. (Amaro, 1990a, p. 91).

Estes três locais correspondem a exemplos do tipo de estruturas que existiriam no estuário do Tejo. Foram ainda encontrados vestígios noutros locais mas sem investigações mais profundas é impossível comprovar se eram olarias com o mesmo tipo de importância. A análise dos vestígios anfóricos encontrados nestes locais, assim como a os restos do interior dos contentores e as inscrições existentes em alguns permitiram identificar a sua provável função para o transporte de preparados piscícolas.

Temos assim um conjunto claro de evidências que nos permitem ter uma ideia da importância da fabricação de preparados piscícolas na época romana. O número e vastidão de instalações dedicadas à produção de molhos de peixe, a existência de várias olarias com capacidade para a produção de ânforas necessárias ao transporte e como ficou indicado anteriormente a potencial existência de salinas, todos estes factores fazem do estuário do Tejo um local privilegiado para o desenvolvimento de uma actividade que deveria ter sido a mais importante da região ao nível do império.

O volume de produção que os vestígios das unidades produtivas nos fazem supor não era consistente com uma mera utilização local em especial de um produto que era muito valorizado tanto em Roma como noutros locais onde os materiais piscícolas não eram tão facilmente explorados. Assim, esta seria uma produção com nítido potencial para exportação e que rapidamente terá sido integrada na economia global do período romano.

## VI – Actividades extractivas

A riqueza mineira da Península Ibérica é bem conhecida desde os tempos mais remotos. Mesmo antes do surgimento da escrita, a presença de artefactos em contextos funerários pré-romanos em particular nas regiões do norte demonstra a existência de uma actividade de ourivesaria relevante<sup>70</sup>. Os exemplos destas peças são muitos e variados, desde torques a colares, passando por braceletes e arrecadas (Silva, 1986, p. 231-244). Um dos mais famosos é o tesouro de Baião, que inclui diversas peças de grande qualidade que ainda hoje podem ser apreciadas no Museu de Arqueologia.

A presença fenícia na Península Ibérica pode ser explicada em primeiro lugar pela abundância de recursos naturais, nomeadamente os metais. A exploração de prata, ouro, cobre e ferro começa desde cedo na Turdetânia, assim nos dão conta as fontes antigas<sup>71</sup>. A presença romana na região não foi indiferente a estes recursos<sup>72</sup>. Afinal a Hispânia foi a primeira província romana fora da região da Itália e a exploração dos seus recursos minerais foi certamente um dos principais motivos da precocidade da sua conquista.

A região olisiponense, embora não fosse referida como uma das zonas de maior concentração de riquezas, estava enquadrada no complexo de exploração dos recursos das regiões mais interiores da península, servindo muitas vezes como porta de saída dos metais explorados, mas possuía também recursos que ao longo do tempo foram explorados pelo seu próprio valor. Temos evidências, por fontes clássicas, de diversos produtos que provinham da região, e também existem vestígios da sua extracção e utilização.

Podemos detectar essencialmente dois tipos de recursos que seriam explorados na região olisiponense. Por um lado, e de resto como em quase todo o mundo romano, os materiais de construção para os imponentes edifícios que caracterizavam as cidades de traço clássico, eram

---

<sup>70</sup> As análises metalográficas realizadas aos vários exemplares revelam que o ouro utilizado continha estanho na sua composição e era proveniente de jazidas secundárias, nomeadamente de areias fluviais, já que neste período a tecnologia extractiva não estava tão avançada como no período romano.

<sup>71</sup> “Praticamente toda a Hispânia está coberta de minas de chumbo, ferro, cobre, prata e ouro; a Hispânia Citerior tem também minas de mica; na Bética abunda o vermilhão também. E há ainda pedreiras de mármore.” - Plínio-o-Velho *NH* 3.3

Estrabão na Geografia menciona ainda na sua descrição da Ibéria a presença de metais preciosos como a prata na região da Bética (3.2.3) e vários metais como a prata, ouro, cobre e ferro na Turdetânia (3.2.8) descrevendo o aproveitamento metalúrgico que estes metais têm na região.

Diodoro (5.35) descreve ainda a abundância da prata na Ibéria que seria até como a causa da formação de colónias no local.

<sup>72</sup> Claude Domergue tem realizado um trabalho aprofundado no levantamento das evidências das actividades extractivas romanas na Hispânia. Desde a evolução das várias explorações ao longo da presença romana na Península Ibérica até aos detalhes dos vários metais e técnicas de exploração, podemos ter uma noção da importância que estas actividades desempenharam na região (Domergue, 1990).

geralmente de origem local. A extracção das pedras de melhor qualidade era uma actividade que deveria ser comum em todo o mundo romano. A região de *Olisipo* não foi excepção e desde os mais simples calcários até aos imponentes mármore rosa, várias são as espécies que podem ser encontradas na região<sup>73</sup>. A sua exploração mas também a sua transformação foram actividades económicas sem dúvida com uma grande importância no município, quer nas obras públicas, quer nas obras privadas.

Por outro lado, a região de *Olisipo* era ainda conhecida pelas pedras e metais preciosos. Quanto às primeiras temos apenas uma pequena referência de Plínio, mas o suficiente para nos indicar que deveria ser de monta. Quanto à presença de ouro na região, esse é um tema que tem sido tratado abundantemente. Quer nas inúmeras referências literárias, quer em artigos que discutem a importância deste recurso, o tema da riqueza aurífera tem sido amplamente discutido. Sem dúvida que não seria a actividade económica mais relevante da região mas era certamente importante e não apenas para a economia local.

### **Extracção de mármore**

A exploração e utilização de materiais de construção na época clássica está abundantemente documentada. Para além de todos os vestígios que chegaram até nós e das constantes descobertas arqueológicas que confirmam a variedade e regularidade da sua utilização em todas as construções e períodos, temos ainda muitas referências nas obras clássicas. Plínio-o-Velho, na sua obra de referência, dedica um extenso livro à história natural das pedras, no qual as informações sobre o mármore são abundantes e detalhadas, contendo informações que vão desde o histórico (por exemplo quando começou a ser explorado (NH 26.5) ao mais prosaico descrevendo quem o utilizou primeiro para decorar as paredes da sua casa em Roma (NH 26.7)<sup>74</sup>.

Plínio é o único autor que nos deixou uma referência à exploração de mármore na Península Ibérica, embora, neste caso, seja bastante lacónico. Indica unicamente, no capítulo dedicado à Hispânia Citerior, a existência de pedreiras de mármore na província quando descreve as riquezas da região. Apesar da curta referência, a sua existência numa síntese dos materiais de destaque leva-nos a pensar que a sua qualidade seria suficiente para garantir a exportação (NH, 3, 4). Sobre outras regiões da península, nomeadamente da Lusitânia, os textos coevos não possuem

---

<sup>73</sup> Ainda hoje em dia a exploração das pedreiras é uma das actividades mais importantes da região de Pêro Pinheiro, demonstrando a importância e qualidade dos materiais que já era reconhecida na Antiguidade.

<sup>74</sup> O autor dessa façanha teria sido Mamurra, um *equites* que pertenceria ao séquito de César na Gália, local onde teria obtido a riqueza que lhe permitiu tais exhibições de sumptuosidade na sua residência romana. Plínio cita Cornelio Nepos como sendo o autor desta informação, mas refere ainda que o poeta Catulo numa das suas obras também já se tinha referido aos seus hábitos de ostentação.

qualquer indício da sua importância ou existência. No entanto os materiais de construção não são um tópico geralmente utilizado em obras literárias, o que explicaria a sua ausência das fontes.

A qualidade dos materiais utilizados na construção não era efectivamente indiferente, sendo que os materiais mais valiosos eram os que provinham da Grécia ou de Itália<sup>75</sup>. No entanto, os custos do transporte de um material tão pesado e as abundantes necessidades locais tornavam a sua importação um luxo inabarcável para os habitantes de uma região distante como seria o município lisiponense. A riqueza geológica da península de Lisboa é ainda hoje atestada pela existência de abundantes pedreiras e ao longo da história a necessidade de materiais de construção foi suprida em muitos casos pela pedra local<sup>76</sup>.

Os vestígios de pedreiras cuja exploração remonta à antiguidade são difíceis de apurar, em grande medida porque em muitos locais as explorações continuaram ao longo do tempo, destruindo as evidências que possam existir de trabalhos de extracção de época romana. No entanto, no município lisiponense foi encontrada uma estrutura arqueológica em Colaride, onde foram detectadas evidências de que se trataria de um local de extracção de calcário, a abundante pedra local. Durante as prospecções foram identificados degraus, num dos quais foram detectadas duas cunhas que serviriam para o corte de blocos, que seriam talhados na rocha aproveitando os declives geológicos do local. No interior da pedreira foram ainda encontrados vários exemplos de blocos que seriam resultado dos trabalhos de exploração. (Coelho, 2002, 289-290)

As escavações em Colaride permitiram ainda identificar, junto à pedreira, uma estrutura composta por um telheiro e onde foram ainda encontrados outros materiais que indicavam que provavelmente se trataria de uma oficina de apoio à extracção onde os blocos eram tratados e preparados. A cronologia do local, determinada pelos materiais recuperados, aponta para uma ocupação entre os séculos I e III d.C. Foi ainda detectado um pequeno núcleo habitacional e embora a exploração fosse relativamente pequena, este é certamente um exemplo de produção de materiais para o município lisiponense. (Coelho, 2002, 306-307)

Para além da extracção da matéria-prima, também a sua transformação seria eventualmente

---

<sup>75</sup> Ainda hoje em dia os famosos mármore de Carrara provenientes da zona da Toscana, são referenciados como um dos melhores em todo o mundo. A sua utilização em inúmeras esculturas e edifícios famosos (como o Panteão em Roma) tornou-o um produto muito requisitado não apenas na época romana mas também no Renascimento.

<sup>76</sup> Foi publicado pela Câmara de Municipal de Lisboa um levantamento recente à pedreiras do concelho de Lisboa que comprova a sua abundância e a sua variedade. Foram identificados locais de exploração onde eram extraídas diversas variedades, sendo o mais frequente o lioz ou o vidro, que embora mais frágil, pelo seu brilho permitia ser empregue como mármore. Todas estas explorações estão hoje em dia encerradas, devido ao crescimento da zona habitacional da cidade, que não se coaduna com este tipo de actividades. No entanto, aqui temos uma indicação do potencial que teria sido explorado na região e que já existira na época romana. (Pinto, 2005, pp. 49-53)

Um trabalho mais antigo elaborado por João Luís Portela em 1986 e dedicado ao potencial das actividades extractivas do mármore em Portugal destaca a zona de Pêro Pinheiro como sendo a segunda mais importante no território nacional tendo sido as suas reservas estimadas em 15 milhões de toneladas brutas de material (a primeira, a famosa região de Estremoz, terá uma reserva total de 20 mil milhões de toneladas). (Portela, 1986, p. 13)



realizada na região. A qualidade da pedra local indica-la-ia essencialmente para a formação de blocos de construção e dado que seriam poucos os materiais de maior qualidade, não é de surpreender que não tenham sido até agora encontradas evidências de oficinas de escultura no município. Embora as análises petrográficas em materiais recolhidos no território nacional sejam ainda poucas, temos um pequeno exemplo publicado por Maciel Justino e Helder Coutinho que pretendeu exemplificar a origem das rochas ornamentais utilizadas na construção. Das amostras recolhidas em Tróia (Justino e Coutinho, 2001, p. 36) foi possível apurar que o lioz de Pêro Pinheiro era utilizado essencialmente para materiais de construção (*opus sectile* e *opus quadratum*) e em lápides sepulcrais, enquanto os elementos arquitectónicos que exigiriam uma maior competência escultórica seriam provenientes de Estremoz<sup>77</sup>. Assim, estamos perante uma actividade muito específica e que teria até um mercado para além do próprio território do município.

A ausência de actividade escultórica não implica, no entanto, a mesma conclusão para outras actividades decorativas, como a confecção de mosaicos. A variedade de mosaicos encontrados tanto na cidade<sup>78</sup> como no *ager* olisiponense descritos por Maria Teresa Caetano demonstram a popularidade desta forma de decoração. Embora praticamente todos os mosaicos conhecidos na região sejam simples, de tipo geométrico (apenas o mosaico da *villa* de Oeiras contem um elemento figurativo – Gomes, Cardoso e André, 1996, p. 378-386), a sua produção exigiria a existência de matérias-primas e de oficinas locais<sup>79</sup>. A comprovar esta existência de produção local de mosaicos, na escavação da *villa* da Granja dos Serrões foi detectado um compartimento onde se encontrariam muitos milhares de tesselas brancas ainda em fase de preparação, assim como um conjunto de blocos de calcário por cortar e de lascas de pedra e de um escopro utilizado nessa actividade. Estaríamos portanto perante uma oficina de cantaria que prepararia a pedra local para ser utilizada como matéria-prima pelos artífices noutros locais do município. (Caetano, 2006, p. 31 e Caetano, 2007, p. 65)

Outra evidência da importância das matérias-primas extraídas no local é a utilização de tesselas de lioz nos mosaicos da Vila do Rabaçal (Caetano, 2007, p. 63), o que nos indica que poderia existir uma indústria de algum relevo no *ager* olisiponense que abastecia as regiões circundantes até uma distância considerável. Ainda outra pista que aponta para a importância desta

---

<sup>77</sup> Esta situação foi também detectada por Luís Gonçalves na sua obra dedicada à escultura romana em Portugal e na qual descreve um largo conjunto de obras escultóricas encontradas em várias locais do território nacional, cuja origem foi analisada. As que não provinham de outras províncias tinham sido praticamente todas produzidas com mármore de Estremoz e nenhuma delas tinha origem no município olisiponense. (Gonçalves, 2004, pp. 942-943).

<sup>78</sup> Em Lisboa foram ainda identificados muito poucos mosaicos, mas alguns dos mais importantes encontram-se na Baixa Pombalina (Caetano, 2001, p. 70)

<sup>79</sup> Na Lusitânia existem algumas evidências da existência de oficinas em vários locais. Em Conimbriga foi encontrada uma epigrafe inacabada assim como um cinzel e outras ferramentas associadas a cantarias e que sugerem a existência de uma oficina local, situação que certamente aconteceria noutros locais da província (Alarcão, A. 1994, p. 25)

indústria é a descoberta, num navio naufragado junto às Berlengas, de um conjunto de tesselas, que estariam a ser transportadas para uma zona ainda mais distante (Caetano, 2007, 66). Temos assim um conjunto vasto de evidências que apontam para uma relevância não apenas local mas também regional desta actividade.

A análise de elementos arquitectónicos encontrados na cidade de Lisboa tem ainda levantado a possibilidade da existência de oficinas locais, quer na cidade quer junto às pedreiras de exploração. A análise de alguns capitéis e aras elaborados com lioz local e encontrados na Casa dos Bicos ilustra essa hipótese e, embora os modelos decorativos indiquem influências importadas, a sua execução menos apurada poderá indicar que se tratam de obras de produção local. (Fernandes, 1999, pp. 134-135). Não temos, no entanto evidências concretas da existência destas oficinas no município de *Olisipo*.

Para além dos locais de exploração, as evidências da importância da actividade de extracção podem ainda ser detectadas nos contextos arqueológicos. Uma das utilizações mais frequentes para este material que sobreviveu até aos nossos dias, era a elaboração de lápides funerárias. Feitas exactamente com o propósito de preservar a memória das pessoas, tanto quanto os seus recursos financeiros o permitissem, são uma das janelas mais importantes para a sociedade romana. Em todo o país se encontram numerosos exemplos nas colecções arqueológicas locais.

Na região de Lisboa, para além da abundante colecção reunida no Museu Nacional de Arqueologia, existem duas colecções que foram estudadas em detalhe. A da região de Cascais, estudada por José d' Encarnação (Encarnação, 2001) cuja obra versou não só as mensagens que as inscrições nos transmitem mas também os seus materiais, na sua esmagadora maioria lioz da região. Também a segunda colecção, patente no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas e também alvo de extensa publicação (Cardozo, 1956), mostra evidências de uma utilização quase exclusiva de pedra local.

Também noutros sítios bem mais afastados da região foram encontradas lápides funerárias cuja proveniência indica que se trataria de obras de oficinas olisiponsenses. Já referimos os exemplos de Tróia, que não sendo uma região muito distante, teria alguma dificuldade em encontrar na região matéria-prima de qualidade para esse fim. Mas existe ainda uma inscrição que foi encontrada em Arouca, muito a norte do território nacional e cujo material de construção seria o lioz da região olisiponense. Como se tratava de um indivíduo proveniente de *Olisipo* e sendo um caso isolado, não sugere de todo um comércio de materiais de construção a uma tão grande distância, mas indica que a qualidade e requinte da produção seria suficiente para motivar o seu transporte a tal distância. (Lambrino, 1960, P. 13)

Esta abundância de evidências vem comprovar a existência de uma actividade local de

produção de inscrições e lápides funerárias de alguma importância que encontraria os seus clientes entre as famílias de maiores recursos da região e que seria certamente uma relevante parte da economia local e regional.

As pedras da região de *Olisipo* eram no entanto utilizadas também para outros fins, nomeadamente a construção de edifícios como já referimos. Um dos exemplos mais notáveis do contexto urbano é o teatro. Um edifício fundamental numa cidade de prestígio como seria *Olisipo*, teria tido origem ainda no período republicano, sendo nessa altura construída uma primeira versão do edifício. No entanto o crescimento da importância da urbe levou a que os seus edifícios mais imponentes tivessem sido remodelados. A instrumentalização do Teatro de Lisboa teria sido elaborada em 57 d.C., ano em que a *orchestra* foi pavimentada e o *proscenium* foi remodelado recorrendo a vários tipos de mármore ornamental nomeadamente um tipo de calcário margoso de cor rosa proveniente da região de Sintra. A presença destes materiais indica que a sua exploração não seria apenas para consumo local mas que a sua qualidade justificava uma actividade com um mercado mais alargado.

Mas temos evidência de que os materiais construtivos da região teriam viajado ainda um pouco mais longe. Também no teatro de Mérida a análise petrológica confirmou que foram utilizados calcários rosas e amarelos da região de Sintra para a decoração da *orchestra*. (Fusco e Romero, 2006, p. 30) Mais uma vez vemos a qualidade e a distinção de materiais de *Olisipo* a ser utilizados na capital da província, incorrendo nos custos de transporte de materiais pesados a várias centenas de quilómetros.

Temos assim um vasto conjunto de evidências mostrando que a extracção de pedra e a sua transformação em materiais de construção era uma actividade relevante no município de *Olisipo*. Quer estejamos a falar de simples blocos de construção utilizados em qualquer edifício local, quer estejamos a falar de elaborados mosaicos ou elementos decorativos, certo é, que uma parte da população, em particular das regiões interiores, onde se encontrava a matéria-prima, estaria dedicada a esta produção. Dificilmente podemos quantificar o volume desta actividade e o seu peso na economia local, mas todas as pistas que levantámos nos indicam que se trataria certamente de um sector em que a população do município olisiponense estaria activamente ocupada e representaria algum peso no contexto da província da Lusitânia, embora certamente não num mercado mais vasto já que não há qualquer evidência da exportação de materiais para fora da província nem a qualidade dos materiais o poderia sequer sugerir.

### **Ouro e outros recursos minerais preciosos**

Os recursos minerais na região de *Olisipo* não se limitavam à pedra extraída para as actividades de construção. Temos evidências, quer literárias, quer arqueológicas que existia outro tipo de recursos mais preciosos que também seriam explorados e com alguma importância na economia local.

Plínio refere, em várias passagens da sua vasta obra, a riqueza mineral da Hispânia, uma província que ele conheceu pessoalmente ao desempenhar o cargo de procurador da Tarraconense. Os recursos minerais seriam abundantes, embora não refira explicitamente a região de *Olisipo*. No entanto este autor descreve a existência de carbúnculos (interpretados como rubis ou granadas) na região de *Olisipo* (37.25), embora a extracção dessas pedras exigisse muito esforço devido à natureza argilosa do terreno onde estão implantadas. O autor indica-nos ainda que esta informação foi recolhida nos escritos de Cornélio Boco, uma importante figura da sociedade romana da Lusitânia, que se terá ocupado também de temas de história natural, embora os seus escritos não tenham chegado até nós.

A localização referida por Plínio é um pouco vaga, mas os geólogos que se dedicaram ao estudo dos recursos naturais portugueses detectaram um local que seria muito provavelmente o indicado pelo autor romano<sup>80</sup>. Na zona de Belas, mais especificamente em Suímo existia um local onde se concentravam granadas vermelhas, que se encontravam em condições de exploração. Embora a actividade tenha sido abandonada há muito tempo, ainda foram detectados no início do século indícios da sua exploração, que deveria ter sido por isso relevante para a região na época romana (Azevedo, 1918, pp. 158-159). Ao longo da história surgiram ainda outras referências, como no período medieval, à extracção de pedras preciosas na região que teriam sido utilizadas para a ourivesaria. A abundância de recursos na região revela pois a importância que teria tido para a economia da região (Cachão et al, 2010, p. 4).

As escavações arqueológicas realizadas em vários locais da região têm permitido mais alguns dados sobre a exploração de outros recursos naturais existentes. Por exemplo, na Quinta da Bolacha, na Amadora, foi explorada uma zona muito perto da localização da *villa* onde se detectaram afloramentos de calcedónia, um mineral raro utilizado em adornos decorativos, e que poderia ter sido uma das actividades desenvolvidas no contexto da *villa* (Miranda, 1998, p. 3). Tal como neste caso, outros recursos seriam extraídos localmente, embora fossem certamente explorações de pequeno volume.

Mas o recurso mineral de maior destaque da região de *Olisipo* era o ouro. Geógrafos, historiadores e poetas da antiguidade foram unânimes nos seus louvores ao rio Tejo. Todos referiam

---

<sup>80</sup> Paul Choffat foi o responsável por estes estudos tendo publicado um artigo intitulado “Les mines de grenats du Suímo” no volume X das Comunicações do Serviço Geológico de Portugal datado de 1914 descrevendo as características da região e os indícios da sua exploração.

a abundância das suas areias, quer para descrever a riqueza dos recursos da província romana, quer como artifício literário para enfatizar as suas composições. Uma recolha de Fernandez Nieto (1970-71, pp. 248) identificou 22 autores e 46 citações sobre a riqueza do Tejo. O volume de referências faz pensar que se trataria de um tema relativamente famoso na literatura coeva, a tal ponto que se teria tornado mesmo um lugar-comum.

A primeira referência surge no século I a.C., num poema de Catulo (29,18-20) que é interpretado como uma crítica feroz a Júlio César e às suas campanhas em várias regiões que teria delapidado. A referência em concreto é «*paterna prima lancinata sunt bona, secunda praeda Pontica, inde tertia Hibera, quam scit amnis aurifer Tagus*» que poderá ser traduzida como: «Primeiro esbanjaste a tua bela herança, depois espoliaste o que levaste do Mar Negro, a seguir, o da Espanha, como o testemunha o ouro das águas do Tejo».

A partir dessa data começam a surgir informações sobre o ouro do Tejo, em várias obras. As de carácter mais técnico como a de Estrabão (3.2.8) ou a de Plínio (33.21), já referidas, descrevem a existência do ouro aluvial que seria recolhido facilmente nas margens do Tejo e dos seus afluentes. Outros geógrafos como Pomponio Mela (3.6), na sua obra *De Chorographia* referem ainda a riqueza em ouro e gemas presente na região de *Olisipo* no estuário do rio Tejo. Nenhum dos autores cita explicitamente as fontes que utilizou sobre este tema. Apesar disso, a veracidade dessas informações é comprovada por estudos geológicos que confirmam na actualidade a presença de jazidas auríferas em várias regiões montanhosas do nosso país, que poderiam ser responsáveis na antiguidade pelo surgimento de resíduos auríferos no Tejo (Edmonson, 1987: 29).

Os poetas latinos foram sem dúvida os autores que maior divulgação fizeram quanto ao tema do ouro no rio Tejo. Começamos por Ovídio<sup>81</sup>, um autor que se dedicou a vários temas, embora as suas obras sobre o amor se contem entre as mais conhecidas. É exactamente na sua obra *Amores* (em I, 15, 33-34), um poema que descreve a paixão por uma rapariga chamada Corinna, que surge mais uma vez a referência à abundância do ouro do Tejo. Também na obra *Metamorfoses*, que narra a história da criação do mundo em 15 volumes, surge a referência: «Ferve o Alfeu, inflamam-se as margens do Esperqueu, e o ouro que a corrente do Tejo transporta flui liquefeito pelas chamas»<sup>82</sup> (2.251).

Marcial, um poeta nativo da Hispânia do século I d.C. refere em vários dos seus epigramas o ouro do Tejo. Por exemplo em 1.49.15 escreve «Hás-de mitigar o calor dos dias de sol no aurífero Tago», em 10.96.3 refere a sua saudade do Tejo aurífero e em 12.3 indique que é originário da zona produtora de ouro do Tejo. Outras referências com um pendor mais irónico são por exemplo as que

<sup>81</sup> Poeta que viveu entre 43 a.C. e 17 d.C. coincidindo com a maior parte do reinado de Augusto, que o expulsou de Roma em 8 d.C., embora não tenham ficado clarificadas as razões do seu exílio.

<sup>82</sup> Tradução de Paulo Farmhouse Alberto

encontramos em 6.86 onde lembra as águas do Tejo quando o médico o proíbe de beber vinho; ou em 7.88 na qual o poeta diz que prefere ser lido em regiões distantes a possuir o ouro do Tejo; ou por fim em 8.78, quando descreve os jogos em honra de Domiciano e comenta que nem todo o ouro do Tejo seria suficiente para celebrar a vitória do imperador (Pimentel, 1997, p. 192).

Sílio Itálico, outro autor do século I d.C., escreveu um longo poema sobre a guerra púnica em 17 volumes denominado *Punica*. A obra dá alguma importância aos guerreiros hispânicos que combatem ao lado de Aníbal e descreve também a região e as suas riquezas, que foi um dos palcos da luta (1.228-238). Na linha 155 do primeiro livro quando descreve a crueldade de Asdrúbal sobre um habitante local, de nome Tagus, refere que teria recebido a designação devido ao aurífero rio.

Estácio é um autor do século I d.C. de origem napolitana que se estabeleceu em Roma, dedicando-se à profissão de poeta. A sua obra compreende vários tipos de poemas com destaque para os épicos embora tenha deixado algumas das suas obras incompletas. As *Silvae* são colectâneas de poemas de ocasião dedicados muitas vezes aos homens novos da cidade. Ao longo dos vários poemas surgem várias referências ao Tejo e às suas areias amarelas (1.2.127; 1.3.108 e 3.3.89).

Sêneca foi um outro autor latino de destaque no século I d.C., filósofo e político, ficou conhecido para a posteridade por ter sido tutor e conselheiro de Nero, que o afastou e foi responsável pela sua morte. Deixou-nos uma vasta obra, composta por ensaios filosóficos, cartas e várias tragédias, tendo marcado profundamente o pensamento da Renascença. Também ele referiu o ouro do Tejo como sinal da abundância em três das suas tragédias: *Hercules Furens* (1325), *Hercules Oetaeus* (624-6) e *Thyestes* (353-6).

Juvenal foi um autor do final do século I d. C., mas da sua vida sabemos muito pouco. Deixou-nos 16 sátiras que retratavam temas da vida corrente, mas sem deixar de olhar para ela com um tom poético e por vezes irónico. Na Sátira III, dedicada à despedida de Umbrício que parte de Roma para viver no campo, encontra-se uma crítica feroz aos hábitos da sociedade romana e à inveja, que surge na passagem em que afirma que nem todo o ouro do Tejo vale o preço que se paga por viver na cidade (3.54-55). Na Sátira XIV dedicada a Fuscina critica a família como geradora dos vícios morais e no final, refere que nem todo o ouro do Tejo contentaria o personagem (14.289-9).

No *Appendix Vergiliana*, uma colectânea de textos que tem sido atribuído ao período juvenil de Vergílio, mas sobre a qual existem muitas dúvidas quanto à autoria, surge também um poema que refere o ouro do Tejo. Na colectânea *Catalepton*, o poema IX é um panegírico a *Messalla Corvinus*, um general e poeta romano, sendo elogiada a sua carreira de letras e de armas com uma referência novamente ao ouro do Tejo (52).

Prudêncio é um autor hispânico do século IV que se dedicou à advocacia, mas que no final

da vida se retirou da actividade pública escolhendo hábitos de abstinência e contenção. Nessa fase dedicou-se à escrita de várias obras, como os dois volumes dos *Libri contra Symmachum*, nos quais se opunha à proposta do senador Symmachus de restaurar o altar à Vitória no Senado. E mais uma vez surge uma referência ao rio Tejo associado a outros grandes rios do império e com o epíteto de aurífero (2.605).

Rútilio Namaciano foi considerado o último poeta pagão de Roma, tendo vivido no século V d.C., filho de uma família aristocrática da Gália, que começava a ser devastada pelos ataques godos. A única obra que se conservou deste autor, intitulada *De Reditu Suo*, descreve o regresso de Namanciano à sua terra natal a contragosto. A sua obra demonstra a crença na eternidade de Roma, mas descreve um mundo em desagregação. Ao passar junto a umas famosas minas da Toscana considera que o ferro extraído delas é mais valioso do que o ouro do Tejo (1.355).

Cláudio Claudiano foi outro dos poetas do século IV d.C. que preservou a tradição literária clássica nas suas composições. Até nós chegaram mais de 10 mil versos do autor abarcando as mais diversas temáticas. As referências ao ouro do Tejo surgem em sete poemas: *Panegyricus de Quarto Consulatu Honorii Augusti* (127-8), *Panegyricus dictus Probino et Olybrio consulibus* (48-52), *Panegyricus dictus Manlio Theodoro consuli* (286-7), *De Consulatu Stilichonis* (2.228-30), obras dedicadas a vários políticos romanos, *In Rufinum* (1.101.3), contra um político que se opunha a Estilício, *Fescennina* (2.31-2), em honra do casamento do imperador Honório e *Laus Serenae* (70-1), uma obra incompleta, o único panegírico que dedicou a uma mulher.

*Anicius Manlius Torquatus Severinus Boetius*, um escritor romano do século V e VI d.C. é um dos últimos autores clássicos a referir mais uma vez a riqueza do rio Tejo. No seu *De consolatione philosophiae*, procurou demonstrar que a procura da sabedoria e de Deus levará à felicidade humana. Esta obra está repleta de referências aos autores antigos, que procurava reavivar. Assim, no volume III, na parte X encontramos um poema em que fala da ganância humana que não trará a verdadeira luz, referindo-se à impossibilidade das areias douradas do Tejo trazerem esse conhecimento.

Estes são alguns exemplos de referências ao ouro do Tejo entre os vários autores e estilos literários e que nos dão uma indicação da sua importância na economia e no imaginário do império romano. Desde os tratados mais factuais, aos poemas mais apaixonados, épicos, narrativos ou satíricos, poucos foram os autores ao longo de um período de quase 600 anos a conseguir escapar ao fascínio do aurífero rio.

As referências abundantes na literatura e até o volume de produção que Plínio atribui à região<sup>83</sup> indicam-nos que o ouro seria uma actividade importante na Lusitânia. Na região de *Olisipo*,

---

<sup>83</sup> O autor refere que as províncias hispânicas seriam responsáveis pela produção anual de 20 mil libras de ouro,

no entanto, temos poucas evidências da sua exploração. Essa falta de vestígios pode, no entanto dever-se mais à forma de exploração, já que se tratava de ouro de aluvião recolhido das margens do rio, sem necessidade de recorrer a técnicas extractivas mais agressivas que teriam deixado marcas mais significativas no terreno, mas também porque a região de Lisboa se encontra densamente povoada e urbanizada, o que poderá ter levado à destruição de eventuais vestígios.

Apesar disso, temos no entanto algumas pistas que nos apontam para essa exploração. Na margem Sul, na Adiça existem indicações sobre a exploração de ouro que já existiriam no período romano e posteriormente<sup>84</sup>. A região encontrava-se ainda na abrangência de *Olisipo* e desconhece-se os volumes de produção, mas seria certamente de alguma monta para justificar as referências publicadas e a sua exploração tardia. É no entanto discutível se a origem deste ouro recolhido seria o subsolo local ou se a fonte se referia a uma recolha de ouro aluvião que seria trazido pelas correntes do Tejo.

Também na topologia se podem encontrar algumas pistas para as actividades extractivas da região de *Olisipo*. O topónimo Oeiras poderia estar relacionado com uma actividade de recolha de ouro nas ribeiras da região, embora hoje em dia não sobrevivam quaisquer evidências dessa actividade no concelho. No entanto dadas as abundantes referências às riquezas minerais da região em particular relacionadas com os recursos hídricos, é de todo provável que o nome da localidade estivesse de facto relacionado com uma das principais actividades locais. (Guerra, 2009, p. 597)

Actualmente estão referenciados dois locais no catálogo Endovélico na região de Lisboa como complexos mineiros romanos, um nos Foros da Catrapona e outro no Vale de Gatos, no Seixal. Dado que não foram publicados estudos sobre as escavações efectuadas em ambos os locais, temos apenas a informação de que se tratariam de complexos mineiros da época romana, uma indicação que essa actividade poderia ter alguma relevância na região.

As actividades extractivas na época romana despertaram até recentemente pouca atenção por parte dos historiadores em particular na província lusitana. Em parte porque existem poucas evidências arqueológicas mas também porque a sua relevância na economia romana seria relativamente pequena, em especial na região de *Olisipo* onde a preparação de conservas de peixe assumiria um papel bastante mais relevante.

No entanto, a exploração dos recursos naturais característicos de cada uma das províncias era um dos objectivos da expansão romana e nesse sentido o potencial mineral de *Olisipo* não foi certamente esquecido. Por outro lado, alguns recursos eram fundamentais para o próprio desenvolvimento local e nesse sentido a sua exploração também não foi negligenciada.

---

embora refira que a maior parte provinha das Astúrias. (NH 33.21)

<sup>84</sup> A exploração aurífera da Adiça é referida por um autor islâmico, Edrisi, o que aponta para uma actividade de alguma importância e que teria sobrevivido à época romana.



Temos então um conjunto de actividades extractivas, que terão desempenhado um papel de relevo quer na economia local quer eventualmente num contexto mais global com a exportação de pedras preciosas ou de ouro recolhido nos aluviões do Tejo. Esta é assim uma área na qual posteriores investigações poderão dar-nos uma indicação mais precisa do volume e da importância destas actividades na época romana.

## VII – Outras Actividades Produtivas

No contexto rural olisiponense desenvolviam-se as actividades económicas de maior importância, nomeadamente a agricultura e em alguns casos a produção de preparados piscícolas, aproveitando os recursos naturais locais e satisfazendo as necessidades mais imediatas da população. No entanto, para além destas, existia ainda uma miríade de pequenas actividades subsidiárias que eram fundamentais ao quotidiano da população. A tecelagem, a olaria ou a metalurgia são apenas alguns exemplos de actividades que seriam desempenhadas quer no contexto das grandes *villae* rurais, quer nos pequenos *vici* que se encontravam no interior do município.

As referências literárias a estas actividades na região de *Olisipo* são praticamente inexistentes. No entanto, pelos tratados de agricultura sabemos que no contexto das *villae* era recomendável produzir um conjunto de bens necessários ao funcionamento da exploração, embora em alguns casos os autores também recomendassem que alguns produtos fossem adquiridos nas cidades ou então que os artífices fossem contratados durante uma temporada para satisfazer essas necessidades<sup>85</sup>.

### Actividades têxteis

A tecelagem era uma actividade doméstica tradicional. Era uma das principais funções das mulheres no lar e alguns dos mais destacados romanos orgulhavam-se mesmo de apenas envergarem trajes confeccionados pelas suas esposas. Assim, são raros os locais explorados da época romana que não contêm indicações de actividades têxteis. O material mais vulgarmente encontrado são os pesos de tear, geralmente fabricados em cerâmica e com orifícios, que serviam para segurar os fios principais dos teares manuais. Desde Alenquer, onde foram encontrados mais de 40 exemplares de pesos de tear na necrópole de Paredes (Barbosa, 1970, p. 29), passando pelos vários pesos encontrados no Chegadinho em Almada (Santos, Sabrosa e Gouveia, 1996, p. 228), até aos mais modestos exemplares encontrados em Unhos, Loures (Silva, 2007, p. 161), os exemplos sucedem-se ao longo de todo o município. Mas seria esta uma simples actividade complementar ou em alguns casos poderia desempenhar um papel mais importante na economia da região?

Quer em contextos urbanos quer em contextos rurais, foram encontrados pesos de tear de várias formas e tamanhos. Um dos locais mais estudados e publicados no contexto do município

---

<sup>85</sup> Varrão, por exemplo, recomenda que sejam contratados por um determinado período trabalhadores específicos, como por exemplo médicos ou pisoeiros mas também ressalva a importância da localização das *villae* junto a localidades para que possam ser adquiridos os materiais necessários à gestão da propriedade (*RR*, I, 16).

olisiponense é a *villa* do Alto do Cidreira. Os materiais arqueológicos foram estudados por Jeannette Nolen, que nos deixou uma descrição bastante exaustiva dos oito exemplares de pesos de tear encontrados no local<sup>86</sup>. Nesta *villa* foram encontrados no entanto outros materiais que apontam para este tipo de actividades como é o caso de um fragmento de uma tabuinha de tecelagem, assim como separadores de tear e agulhas em osso, que indicariam que se trataria de uma actividade com algum grau de sofisticação. Apesar disso, o baixo número de exemplares de pesos de tear encontrados, a sua variedade e as várias marcas encontradas em alguns deles apontam para que se trataria de uma actividade caseira destinada a suprir as necessidades do agregado familiar (Nolen, 1988, pp. 67-68 e 133-135).

Na *villa* de Freiria também foi encontrado um vasto espólio que mais uma vez aponta para uma actividade de tecelagem de fundo caseiro e que se desenvolveria no contexto das actividades quotidianas do local. É de destacar nomeadamente um conjunto de agulhas muito diversificado, com vários formatos e feitios e também de vários materiais, nomeadamente bronze e osso, o que nos indica que existiria uma actividade têxtil relativamente diversificada. Neste local, onde foram efectuadas extensas escavações na *pars fructuaria* da *villa*, foram identificados ainda bebedouros de animais, que estariam associados a uma eventual actividade de criação de gado, que forneceria a matéria-prima fundamental para esta actividade têxtil (Cardoso e Encarnação, 1995, pp. 58-60).

Se nestes dois locais encontramos evidências de uma actividade têxtil relacionada com as necessidades domésticas, noutros locais existe alguma evidência de que se trataria de uma actividade económica mais importante. Em Casais Velhos, uma importante *villa* em Cascais, foram encontrados tanques revestidos a *opus signinum*<sup>87</sup>. Embora seja hoje em dia difícil apurar quais as funções a que se destinavam estes tanques, estariam associados certamente a uma actividade económica relativamente importante e não apenas à produção de bens para consumo doméstico. A localização desta *villa* numa zona junto à costa onde abundavam moluscos utilizados para a produção de tintas, cujas cascas foram encontradas entre os vestígios das estruturas, levanta a possibilidade de estes tanques formarem parte de um complexo de tinturaria. Vários autores se referiram a este local exactamente com essa finalidade, apontando para uma actividade que deveria ser de alguma monta (Teichner, 2007, pp. 117-119)<sup>88</sup>.

---

<sup>86</sup> Os pesos encontrados correspondem a três tipos de formas diferentes, dois são paralelepípedos de secção rectangular enquanto outros dois são paralelepípedos de secção quadrada enquanto os restantes são de forma trapezoidal. A maioria dos exemplares tem apenas um orifício enquanto os restantes têm dois. Num dos pesos foi ainda encontrada uma marca M que poderá corresponder a uma oficina que forneceu vários exemplares encontrados em Conímbriga e que foram datados do período Claudio-Flávio.

<sup>87</sup> Esta descoberta remonta às primeiras escavações efectuadas no local ainda nos anos 40 quando foram identificadas e exploradas as primeiras estruturas no local (Figueiredo, 1949)

<sup>88</sup> A outra hipótese de utilização destas estruturas seria para a produção de preparados piscícolas, para os quais certamente também haveria abundância de matérias-primas na região. A discussão sobre qual destas actividades teria sido desenvolvida em Casais Velhos também é válida para outros locais como Cerro da Vila no Algarve, já que os

No contexto do município olisiponense surgiram outros locais onde poderia ter sido desenvolvida uma eventual actividade têxtil. Na *villa* das Almoinhas em Loures na campanha de 1997 foram encontrados vestígios de tanques que mais uma vez apontam para uma actividade produtiva relevante. Não foram encontrados vestígios do que se produziria no seu interior, mas a presença de pesos de tear e outros instrumentos associados à indústria têxtil permitem apontar uma eventual utilização destas estruturas para actividades de tinturaria, embora na região também se localizem zonas de salinas, o que poderia sugerir também a actividade conserveira (Oliveira, 1998, p. 36).

Assim temos um vasto conjunto de evidências de que a tecelagem e fiação seriam actividades perfeitamente enquadráveis no dia-a-dia das localidades da época romana, quer se tratasse de uma simples produção doméstica destinada à confecção das roupas dos habitantes da casa, quer se tratasse de uma actividade com maior volume que pretendesse utilizar os recursos animais e marinhos da região. Poderá ainda ser levantada a hipótese de que, consoante a época, se desenvolvessem diferentes actividades económicas nas mesmas estruturas. A produção de preparados piscícolas estava limitada aos períodos em que era possível a pesca. Durante o Inverno os tanques de salga podiam eventualmente ser utilizados para outras actividades como a tinturaria, aproveitando assim ao longo de todo o ano as estruturas produtivas. A investigação arqueológica poderá, com a descoberta de mais dados, validar ou não esta possibilidade.

### **Actividades cerâmicas**

A prevalência de vestígios cerâmicos em todos os locais arqueológicos do período romano aponta não só para a capacidade de sobrevivência deste tipo de materiais, mas também para a importância que desempenhavam no dia-a-dia das comunidades. Desde os vulgares materiais de construção como os tijolos, os *imbrices* e as *tegulae*, até aos mais simples recipientes utilizados na confecção dos alimentos ou no seu armazenamento, a cerâmica estava presente em todos estes locais.

Embora alguns materiais fossem de importação, como é o caso da *terra sigillata*, utilizada muitas vezes como um dos indicadores mais fiáveis da datação da ocupação de um local, muitas cerâmicas vulgares eram de produção local, apontando para uma actividade económica que mais uma vez se podia revestir de um carácter doméstico ou, em alguns casos, podia atingir proporções verdadeiramente profissionais.

---

vestígios descobertos não permitem determinar qual o tipo de produto fabricado. Qualquer uma das hipóteses, aponta, no entanto para uma produção destinada ao consumo local e não apenas doméstico, aproveitando os recursos naturais disponíveis na região.

Recorrendo mais uma vez à publicação dos achados do Alto do Cidreira, temos um exemplo muito completo do tipo de materiais cerâmicos que poderia ser encontrado numa típica *villa* rural. Dentro da tipologia das cerâmicas comuns, encontram-se exemplares de vários materiais como as painéis, tachos, almofarizes<sup>89</sup>, pratos, travessas, bilhas, jarros, cântaros e dólios. A análise destes materiais e os paralelismos com materiais recolhidos no Alentejo indica que se trataria de uma produção regional embora não necessariamente local. Por não terem sido encontrados fornos no âmbito da escavação, eventualmente estes materiais seriam adquiridos, mas dada a sua pouca qualidade e elevado peso certamente não seriam transportados a grandes distâncias (Nolen, 1988, p. 92-93).

Num contexto mais urbano encontramos também algumas evidências da relevância das actividades de produção cerâmica. Um estudo publicado sobre as lucernas encontradas nas escavações do teatro romano de Lisboa permitiram obter importantes pistas sobre eventuais olarias na região. A maioria dos fragmentos de lucernas recuperados seriam de produção local, com uma cronologia desde o século I d.C. até aos séculos IV e V d.C. e com a presença de marcas de oleiro em alguns exemplares (Diogo e Sepúlveda, 2001, pp. 229-230). A produção de lucernas seria uma actividade que exigiria um nível de complexidade relativamente alto e a existência de um volume de produção local tão elevado indica-nos pois que esta seria uma actividade com alguma importância.

No município olisiponense existem vários registos de materiais de construção com marcas específicas que podem eventualmente apontar para uma produção local. Estes materiais foram recuperados mais recentemente em Freiria (Cardoso e Encarnação, 2002, p. 7), mas existe um registo mais antigo de tijolos romanos com uma marca de oleiro recuperados na zona entre o Terreiro do Paço e o Cais do Sodré (Cardoso, 1981, p. 139). Assim, temos evidências da utilização de materiais de construção, cuja produção seria suficientemente relevante para terem sido impressas marcas, o que nos dá uma indicação de que se trataria de uma produção de algum volume. Dados os custos de transporte deste tipo de material, seria de supor que a sua produção não deveria ser muito longínqua, o que apontaria para uma actividade económica relevante e regional.

Em Freiria foi no entanto descoberto um vestígio que aponta para a existência nesta localização de uma actividade cerâmica mais elaborada, embora seja cronologicamente datada da Idade do Ferro. Trata-se de uma matriz, com uma decoração bastante elaborada e que serviria para imprimir uma decoração de rosáceas em peças cerâmicas (Cardoso e Encarnação, 1996, p. 197). Estas evidências permitem-nos inferir que a tradição da produção de materiais cerâmicos já existia

---

<sup>89</sup> A abundância dos almofarizes e alguidares encontrados neste local levam ainda à autora a apontar para a existência de uma pequena unidade artesanal de preparação de pescado, uma hipótese que se coaduna com a localização da *villa* e de eventuais actividades subsidiárias às principais tarefas agrícolas.

na região, sendo de supor que seria uma actividade que continuou certamente a ser praticada em épocas posteriores.

Para além dos vastos materiais cerâmicos encontrados em quase todos os locais, podemos ainda analisar as estruturas de fornos que foram encontradas em vários locais do município e que nos dão uma indicação segura da existência de olarias, algumas até com grande capacidade produtiva. Na secção dedicada aos recursos marinhos foram referidas as olarias localizadas na margem sul do Tejo, nomeadamente a da Quinta do Rouxinol e do Porto dos Cacos. Estes seriam certamente complexos associados à produção de ânforas para o transporte dos preparados e conservas piscícolas, que eram uma das actividades económicas mais importantes da região. No entanto, mesmo nesses locais foram encontrados vestígios de que seriam produzidos outros tipos de cerâmicas e até algumas mais artísticas como os jarros, taças e tigelas encontradas na Quinta dos Rouxinóis (Duarte, 1990, p. 99).

Para além destes dois fornos de grande capacidade, encontramos ainda referências a mais seis fornos encontrados nos limites do município olisiponense no catálogo Endovélico. No Núcleo da Rua dos Correeiros foram encontradas evidências da existência de fornos cerâmicos, tanto da II Idade do Ferro como posteriores, já do período islâmico (Bugalhão, 2001, p. 28 e 33), o que aponta para uma actividade de produção que registaria alguma continuidade. Esta era uma zona já fora do perímetro urbano de *Olisipo* onde potencialmente se localizava uma das áreas produtivas mais importantes da região. A actual densidade de ocupação desta zona da cidade inviabiliza uma investigação mais sistemática que nos permitiria ter uma imagem mais detalhada destas actividades.

Em Loures, nas Almoinhas, uma intervenção recente na sequência de obras de construção no local permitiu identificar um conjunto de três fornos de produção cerâmica (Valera et al, 2006, p. 148). Em intervenções anteriores já tinham sido identificadas estruturas que seriam consistentes com uma *villa* que dado o contexto fértil e de acesso facilitado à cidade de *Olisipo*, deveria ter uma importante componente agrícola. Estamos portanto perante uma actividade produtiva cerâmica complementar mas que se revestiria de alguma importância dado o número de fornos detectados.

No concelho de Arruda dos Vinhos algumas intervenções de emergência levadas a cabo na sequência de obras públicas permitiram-nos conhecer a existência de dois complexos que incluíam fornos cerâmicos. Em Antas (registo no Endovélico 5.200) e na Quinta das Caldeiras (registo no Endovélico 22.342) foram escavadas estruturas complexas interpretadas como sendo fornos quer de cerâmica de construção, quer de produção de louça. O contexto desta produção não foi no entanto apurado já que se desconhece se estes fornos estariam associados a alguma localidade próxima ou a outro tipo de estrutura habitacional.

Em Mafra (Cova da Baleia – registos no Endovélico 746 e 30.897) e em Alenquer (Quinta

de Santo António – registo no Endovélico 22.963) foram também encontradas estruturas consistentes com fornos de produção de materiais cerâmicos e mais uma vez as estruturas bem preservadas permitiram detectar que se trataria de locais de produção com alguma importância, embora novamente sem o contexto de uma localidade ou *villa* nas proximidades que justificasse a sua dimensão. Poderiam estar por isso enquadrados tanto em unidades agrícolas de produção rural como poderiam produzir materiais para fornecer um *vicus*.

Identificamos assim com base nos vestígios dos artigos finais e com base em estruturas de produção que existia uma forte actividade na área da cerâmica que assim ocuparia uma posição importante embora complementar no conjunto da economia do município olisiponense. A produção de materiais de construção, de recipientes cerâmicos e de contentores de transporte eram as principais finalidades desta actividade. Embora tenham resistido poucas evidências do volume e da sua importância, os vestígios que subsistem indicam que seria uma actividade importante, embora os materiais produzidos localmente fossem quase certamente para consumo local e de qualidade relativamente baixa.

## **Metalurgia**

Uma outra actividade de alguma importância no contexto dos habitat romanos seria certamente a metalurgia. Embora não tenham sido encontrados vestígios de ferramentas agrícolas na região de Olisipo, foram recolhidos materiais de bronze e de ferro, que teriam certamente uma produção local. Desde pregos a dobradiças e outros vestígios de aplicações metálicas os materiais recolhidos indicam que estes seriam materiais frequentes na construção de edifícios e de ferramentas. A produção destes materiais seria certamente executada a nível local ou regional dado o seu pouco grau de especialização, utilizando os materiais mais frequentes em cada região.

São vários os exemplos de instrumentos metálicos encontrados ao longo de toda a região: na *villa* de Freiria foram identificadas sovelas de ferro e uma agulha em bronze (Cardoso e Encarnação, 1994, p. 60); na pedreira de Colaride foi recolhido um grampo em ferro interpretado como fazendo parte da estrutura do telhado da unidade de preparação das pedras extraídas localmente (Coelho, 2002, p. 304); na *villa* das Almoinhas em Loures foram recolhidos achados em ferro (essencialmente pregos) e em bronze (argolas com espigão e outros ainda não identificados) (Oliveira, 2001, p. 83) e da necrópole de Paredes em Alenquer foram recolhidos mais de 40 fragmentos de ferro e 35 de bronze entre os quais se encontram objectos como pregos, restos de fechos, fivelas e pinças (Barbosa, 1970, p. 28).

Na região olisiponense, até ao momento, foram apenas encontrados objectos e ainda não

foram identificados locais de fundição<sup>90</sup>. Certamente que esta seria uma actividade praticada localmente para a produção dos materiais necessários ao funcionamento de cada estrutura habitacional. Não sendo uma actividade produtiva relevante, era certamente vital para o quotidiano das *villae* e *vici* do município.

Temos assim um conjunto vasto de actividades complementares que se desenvolveriam no contexto das explorações agrícolas e da própria urbe e que funcionariam como fornecedoras dos bens para consumo local. Trata-se de uma dinâmica que não se esgotaria nas ocupações tradicionalmente mais importantes como a agricultura e a produção de preparados piscícolas, mas que encontrava também uma forma de aproveitar os recursos locais para desenvolver produções que podem ter em alguns casos atingido volumes relevantes.

---

<sup>90</sup> Por exemplo, em Alcochete o levantamento da Carta Arqueológica revelou a existência de escórias de ferro associadas a materiais cerâmicos romanos em Sorrexão, o que apontaria para uma eventual pequena fundição no local (Correia, 2005, p. 131).



## VIII – Actividade comercial

Vinho de Falerno, especiarias orientais, amuletos egípcios ou estátuas de mármore grego são alguns dos produtos provenientes de vários pontos do império romano que poderiam ser encontrados nas habitações mais luxuosas dos cidadãos destacados, ainda que situadas numa província periférica como a Lusitânia. O modo de vida romano era uma das características mais marcantes da sociedade de há cerca de 2 mil anos. A manutenção deste modo de vida dependia em grande medida de um constante fluxo de produtos, ideias e pessoas que mantinham a coesão do império. Nesse sentido, a actividade comercial era um dos pilares da sociedade. Permitia que os recursos dos pontos mais recônditos do império estivessem disponíveis facilitando a sua efectiva exploração, mas permitia também uma efectiva exportação do modelo de vida romano. Rotas comerciais marítimas, fluviais e terrestres desenhavam-se ao longo do vasto mundo romano .

A província da Lusitânia e o município de *Olisipo* enquadravam-se neste panorama, desempenhando um papel imprescindível. Situada sensivelmente a meio da costa mais ocidental do império, banhada pelo Oceano Atlântico, *Olisipo* era um ponto de passagem obrigatório para atingir as costas do norte mas também um local de confluência dos ricos recursos da península, que mais facilmente poderiam ser escoados pela via marítima. O papel da cidade e da região no âmbito do comércio global seria certamente importante mas paralelamente verificamos que também dentro da própria região se registavam intensos fluxos comerciais como o comprovam a densa rede de estradas do município e ainda a abundância de vestígios destas trocas. Seria difícil quantificar o número de indivíduos dedicados a essas actividades ou mesmo a sua relevância na economia da região, mas podemos tentar caracteriza-las revendo os abundantes indícios da sua presença.

Os contactos comerciais entre as províncias seriam provavelmente regulares e em alguns casos de alto valor. As fontes literárias que chegaram até nós mencionam frequentemente os produtos que se encontravam em Roma referindo a sua proveniência, sendo alguns deles considerados verdadeiras especialidades. As exportações da Turdetânia<sup>91</sup> são referidas por Estrabão (3.2.6), que nos dá uma ideia da variedade de produtos que esta região forneceria: cereais, vinho, azeite, cera, mel e substâncias tintureiras como o *kermes* ou o *miltos*<sup>92</sup>.

Na região destacava-se ainda a construção naval, que usaria as madeiras da região, e que

---

<sup>91</sup> A região da Turdetânia referida pelo escritor situa-se efectivamente numa região mais ao sul que não incluiria *Olisipo*. No entanto os produtos disponíveis na região e os pontos de contacto não seriam significativamente diferentes no contexto da Península Ibérica.

<sup>92</sup> Estes materiais eram especialmente importantes na Antiguidade dado que ambos permitiam tingir tecidos com a cor vermelha que era considerada uma cor distinta utilizada nos trajes militares e dos mais altos magistrados romanos. A extracção destes produtos era muito difícil o que os tornava produtos disputados nos mercados romanos. No édito de Diocleciano o seu valor atingia os 1.500 denários (Daremberg et al , 1877-1919: 1265).

forneceria os navios necessários para o abundante comércio local, as minas de sal e a produção de peixe salgado. A região da Turdetânia era também conhecida pelos seus têxteis, quer de lã (fornecida pelos famosos carneiros da região), quer de tecidos mais delicados produzidos na *Salacia*. Estrabão refere ainda a existência de gado de vários tipos e de animais de caça, como a lebre, cujo elevado número levou a que fosse considerada uma praga em várias regiões da Ibéria. Os produtos do mar da costa da Turdetânia também são elogiados pelo autor grego, que refere nomeadamente as ostras e outros tipos de moluscos, que existiam em grande quantidade e eram de grande dimensão (3.2.7). Estrabão menciona a grande variedade de peixes de várias espécies que se alimentariam de bolotas de carvalho marinho, o que lhes permitia atingir um tamanho superior ao dos peixes que se encontravam no Mediterrâneo.

Temos assim um vasto conjunto de produtos que são transportados da Lusitânia para todos os pontos do império. Estrabão também descreve com alguma minúcia a configuração das costas ibéricas e os seus principais rios e estuários, que são descritos essencialmente como vias de comunicação. Na região de *Olisipo* destaca-se naturalmente o estuário do Tejo (3.3.1), descrito como pouco largo, mas muito profundo, permitindo que barcos de grande calado subissem o estuário chegando para lá de Móron<sup>93</sup>, uma cidade situada a 500 estádios da costa e onde Brutus teria fundado o seu acampamento na guerra contra os lusitanos. Ficamos assim com a referência de que até nestas águas navegariam barcos de algum vulto, sem dúvida no âmbito de uma importante rota comercial.

O desenvolvimento da cidade de *Olisipo* teria sido impossível sem a proximidade das duas principais vias de circulação: o Atlântico e o rio Tejo. Na Antiguidade a circulação de produtos através dos rios era crucial dada a rapidez e menores custos que implicava. No caso de *Olisipo*, embora não seja possível enumerar os produtos que eram transportados no Tejo, temos diversas evidências da existência de importantes localidades ao longo do curso do rio<sup>94</sup> que nos indicam a sua relevância em termos comerciais. (Guerra et al, 2000, pp 31-32) Por outro lado, a investigação de vestígios anfóricos no interior do rio apontam já para um volume de comércio razoável. Até ao momento, a maioria dos elementos recolhidos aponta para o transporte de preparados piscícolas, o que é também consistente com as descobertas efectuadas em Povos, Vila Franca de Xira, o que revela a importância desta actividade na economia da região mas também para o seu transporte para outras regiões. (Guerra et al, 2000, p. 34)

A importância comercial do Tejo e dos seus portos fluviais é demonstrada, como aponta

---

<sup>93</sup> A posição geográfica desta localidade tem sido disputada por várias regiões, mas será com grande probabilidade Chões de Alpompé, perto de Santarém, pois nessa região foram identificados vestígios arqueológicos militares romanos.

<sup>94</sup> Por exemplo Povos em Vila Franca de Xira, cujas escavações já revelaram tratar-se de um sítio de dimensões razoáveis com uma longa ocupação desde o século I d.C. até ao século V d.C. (Calais, 1992, p. 51)

Maria Luísa Blot, tanto pelas evidências de objectos de importação em locais ao longo do curso do rio como na Villa Cardilio ou em centros urbanos como *Scalabis* ou *Sellium*<sup>95</sup>, como pela própria permanência dos portos, dado que alguns se mantiveram em actividade até ao século XVIII. Em ambas as margens do Tejo encontraram-se evidências incontestáveis da importância comercial da região. (Blot, 2003, p. 118-119) Nomeadamente na margem esquerda do Tejo, junto ao Rio das Enguias, foram efectuadas sondagens arqueológicas que revelaram um conjunto de vestígios (muros e plataformas) que têm sido interpretados como estruturas portuárias associadas aos fornos de Porto dos Cacos ou da Herdade de Rio Frio (Amaro, 1990b, p. 48).

Outros autores latinos como Plínio, Varrão ou Pompónio Mela referem-se nas suas obras de carácter geográfico ou enciclopédico a esta região do império destacando acima de tudo os produtos que provinham da zona, em particular os alimentares e os recursos naturais, amplamente referidos por todos, sem no entanto acrescentarem muito mais informação. Ficamos assim com a ideia de que esta seria uma província distante mas com valor no conjunto do império e apesar de as informações disponíveis serem de certa forma genéricas, existiria certamente um importante contacto comercial que fomentaria as trocas de produtos.

*Olisipo* é referenciada explicitamente como uma das mais importantes cidades da região, já que se encontrava num ponto estratégico junto à foz do Tejo no que seria um local de passagem obrigatório. Na própria cidade encontramos várias referências ao culto a Mercúrio, um deus associado ao comércio e aos viajantes, certamente uma divindade de destaque numa região que teria como uma das principais actividades as trocas de produtos e que seria um ponto de passagem da província. Encontramos nomeadamente três lápides<sup>96</sup> dentro da própria cidade que se referem a dedicatórias ao deus, efectuadas por vários indivíduos, sendo inclusivamente um deles um Augustal (Garcia, 1991, pp. 428-9). Estas inscrições foram encontradas na região mais central da cidade, no Castelo de S. Jorge, na Porta do Sol e na Rua da Madalena, locais onde se situaria a cidade romana. Estas dedicatórias não comprovam a existência de comerciantes já que se referem apenas ao culto do deus e são feitas em nome individual e não por um conjunto de indivíduos, mas a sua presença indicia uma comunidade que dava importância aos rituais religiosos e que escolhia uma divindade associada a uma actividade económica muito específica, certamente importante para os dedicantes.

A existência de trocas comerciais na região é ainda comprovada por outro tipo de vestígios. A arqueologia subaquática, apesar de pouco explorada, tem revelado alguns indícios da circulação de navios de grande calado na época romana<sup>97</sup>. Os mais importantes são os cepos de âncora de

<sup>95</sup> Na época romana a navegabilidade do Tejo permitia que os abastecimentos a regiões que hoje consideramos interiores fossem feitos através do rio, já que permitia a passagem de barcos de grandes dimensões e até bastante longe tal como o próprio Estrabão já tinha afirmado.

<sup>96</sup> As três lápides estão classificadas com os números 405, 406 e 407 no catálogo de José Manuel Garcia.

<sup>97</sup> Todos os achados registados até agora devem-se essencialmente a achados fortuitos de mergulhadores amadores e só

chumbo que nos permitem ter uma ideia do tipo de barcos que percorriam os mares e rios locais. Toda a costa atlântica até à zona de Peniche possui registos de vestígios de âncoras, que comprovam a frequência da navegação na época romana (Alves et al, 1988-1989 p. 116). Na zona de *Olisipo* foram encontrados exemplares na costa ao largo de Cascais, exemplares esses que se encontram no Museu do Mar em Cascais. Um deles foi descoberto junto da vila de Cascais enquanto o outro se localizava já mais perto da foz, na região da Guia. Apesar de serem poucos os exemplos encontrados, as mudanças registadas na costa e a densidade da ocupação na zona dificultam a investigação e tornam estes dois exemplares um relevante indício da navegação na região.

Outro dos principais vestígios que comprova a importância das relações comerciais na região é a abundância de ânforas descobertas em praticamente todos os contextos arqueológicos do período romano e com as mais diversas proveniências. A ânfora era o contentor por excelência, utilizado no transporte dos principais produtos alimentares e agrícolas e geralmente nas maiores deslocções. Vinho, azeite e preparados piscícolas eram alguns dos principais produtos transportados e armazenados nestes contentores, cujos vestígios sobreviveram em grandes quantidades. Várias análises e estudos foram efectuados nos últimos anos para aprofundar os nossos conhecimentos quer dos produtos transportados, quer da origem do que chegava à Lusitânia, quer ainda dos locais onde eram consumidos os produtos originários da região. Sem entrar nos detalhes de uma discussão longa e muito detalhada, que deu até mote à realização de uma conferência<sup>98</sup>, surgiram recentemente alguns artigos que sistematizaram as principais informações que temos hoje em dia sobre esta temática.

Sobre as ânforas de produção local na zona do rio Tejo, que apontam para uma produção local relevante e com intenção de exportação, os vestígios mais antigos indicam que teriam sido produzidas apenas no período imperial<sup>99</sup>. A actividade produtiva estabilizou-se entre os séculos I d.C. e III d.C. atingindo o seu apogeu nos dois séculos seguintes, o que nos indica o momento em que os produtos exportados da região teriam a maior aceitação em vários pontos do império. O final da produção é novamente mais difícil de caracterizar já que foram encontrados na cidade de *Olisipo* vestígios de ânforas de produção local datados do século VII d.C., o que sugere que a produção teria continuado bem para lá da data de desagregação do império romano (Fabião, 2008, p. 519).

Por outro lado a análise das ânforas encontradas em contextos romanos dão-nos uma ideia

---

alguns exemplares recolhidos foram fruto de projectos de investigação sistemáticos, o que condiciona as potenciais conclusões genéricas e globais que se possam retirar dessas descobertas.

<sup>98</sup> As Jornadas de Estudo realizadas em Conimbriga em 13 e 14 de Outubro de 1988 deram origem à publicação das suas actas em 1990, reunindo um vasto conjunto de informações sobre o comércio na Lusitânia.

<sup>99</sup> Noutros locais como no estuário do Sado há evidências de uma produção mais precoce, e dadas as dificuldades na datação de alguns vestígios, é possível que existisse uma actividade de produção de ânforas mais contemporânea também na região do estuário do Tejo.

da proveniência dos produtos consumidos localmente. Por exemplo, a análise das ânforas encontradas no Castelo de S. Jorge permitiu obter um conjunto de observações interessante. A ocupação da região teria sido precoce na história da cidade e a maioria dos achados são mesmo da época republicana (Pimenta, 2005, p. 115). A relativa ausência de vestígios de épocas mais recentes faz pensar que o núcleo urbano da cidade teria sido localizado no morro nos primeiros tempos e posteriormente se teria deslocado para as zonas mais ribeirinhas onde se concentravam as actividades económicas, deixando aquele local de acumular o tipo de vestígios associados ao quotidiano da cidade (Pimenta, 2005, p. 131).

Os fragmentos mais antigos de ânforas referem-se ao período republicano e tratam-se essencialmente de contentores usualmente utilizados no transporte de vinho. Estes dados vêm confirmar observações noutros locais que indiciam que a vinda do exército romano era acompanhada por um fluxo de produtos de origem itálica, nomeadamente o vinho. Por outro lado, os contentores tipicamente de transporte de azeite, outro produto fundamental na época romana, são muito escassos, levantando várias hipóteses para a justificação do seu número como a utilização de outro tipo de contentores para o seu transporte ou mesmo a produção local que preencheria as necessidades do consumo. Quanto ao terceiro produto usualmente transportado em ânforas, os preparados piscícolas, foram ainda encontrados vários contentores que apontam para uma origem hispânica destes produtos, o que indicaria que desde cedo a região se impôs como o grande produtor deste tipo de bens, conseguindo exportá-los para outras províncias (Pimenta, 2005, pp. 130- 131 e Pimenta, 2007, p. 230).

A análise das ânforas provenientes de Povos, na região de Vila Franca de Xira dá-nos um panorama diferente mas consistente com os achados de *Olisipo*. Regista-se por um lado uma relevância inicial das ânforas vinárias de importação itálica, que se referem a uma primeira fase em que a produção local não tinha suficiente qualidade ou quantidade para responder ao consumo local. No entanto, com o passar do tempo os vestígios destas ânforas desaparecem, assumindo-se que a produção local corresponderia às necessidades da população. Quanto aos contentores para o transporte de azeite, a presença de exemplares vindos da Bética ao longo de todo o período de ocupação do local indica a importância desse produto e das relações com essa região (Banha, 1992, p. 59). Por fim, as ânforas destinadas ao transporte de preparados piscícolas encontradas no local são de fabrico local e abarcam um período de produção desde o século I d.C até ao século V d.C., comprovando a importância do comércio de produtos de produção regional e a sua preferência no consumo das populações do município (Banha, 1992, p. 62-63). Esta evolução registada nos contentores aponta-nos para uma dinâmica regional intensa em que os produtores e consumidores foram evoluindo nas suas preferências mas também nos seus contactos com os vários pontos do

império, revelando uma vasta complexidade económica.

O estudo dos materiais anfóricos depositados no Museu de S. Miguel de Odrinhas em Sintra revela um panorama em tudo semelhante ao de Vila Franca de Xira. Temos um conjunto de ânforas vinárias itálicas datadas dos séculos II a.C. e I a.C., que posteriormente desaparecem, sendo provavelmente substituídas já que a produção local é armazenada noutro tipo de contentores. O azeite é novamente proveniente da Bética em particular nos séculos I d.C. e II d.C., sendo a ausência subsequente deste tipo de contentores justificada também pela produção local. Os preparados piscícolas provinham essencialmente de produções lusitanas, nomeadamente do estuário do Sado<sup>100</sup> (Pimenta, 1982-83, pp. 145-147).

Temos assim vários exemplos de locais ocupados no período romano na região de *Olisipo* que demonstram contactos comerciais com várias regiões do império e com uma diversidade de produtos e de contentores só possível numa economia em que as trocas comerciais eram já um dos aspectos mais marcantes. Não se tratariam certamente de contactos esporádicos e se o seu início pode ser associado às forças militares e ao seu abastecimento, a sua permanência comprova que se estabeleceram laços comerciais profundos que iriam influenciar a economia da região nos séculos seguintes.

A importância dos bens locais nas exportações da região está demonstrada pela presença de ânforas de produção olisiponense em várias regiões de todo o império. Foram até agora encontrados vestígios destas ânforas em vários locais essencialmente à volta do Mediterrâneo, desde a Galécia, passando pelas Baleares, Córsega e Sicília, e até vestígios tardios, o que comprova a duração desses mercados (Fabião, 1996, p. 335).

A existência de portos em *Olisipo* ou na região de Cascais tem sido também debatida pelos historiadores. Se na principal cidade da região seria impensável não existir um porto, a importância económica da região de Cascais e a sua costa abrigada, mas também a existência de importantes actividades económicas comprovadas pela descoberta de cetárias na região, também levantam a possibilidade de que possuísse uma estrutura portuária. Um dos cepos de âncora recolhidos em Cascais foi considerado, pelos técnicos que o analisaram como tendo pertencido a um navio que teria perdido a sua âncora numa zona de ancoradouro, o que apontava para a existência de um porto no local (Alves et al, 1988-1989, p. 120). Por outro lado nenhum vestígio foi ainda encontrado na localidade que indicasse a existência de um porto, mas várias prospecções com a sua abundância de vestígios identificados revelam que a na época romana Cascais seria já uma região de destaque

---

<sup>100</sup> A análise de restos anfóricos no concelho de Cascais permitiu detectar ainda que na região seriam utilizadas cerâmicas produzidas tanto nos estuários do Tejo como nos estuários do Sado, apontando para uma dinâmica regional que incluía as duas zonas e que aponta para um comércio intenso entre elas (Cardoso et al, 1996, pp. 195-6).

(Cardoso e Encarnação, 1990, p. 72). Nomeadamente nas escavações no Castelo de Cascais foram descobertas estruturas de produção, moedas e vestígios cerâmicos (Cardoso e Cabral, 2001, p. 19) que apontam para a existência de uma localidade com actividades económicas relevantes, que justificariam a eventual existência de uma estrutura portuária.

Na cidade de *Olisipo* não foram até agora encontrados vestígios de estruturas que pudessem ser interpretadas como pertencendo ao porto da localidade<sup>101</sup>. Se por um lado a actual construção no local poderá ter destruído quaisquer tipo de vestígios, também os materiais eventualmente perecíveis de que seria construído não deixaram vestígios que permanecessem até aos nossos dias. Vários locais foram no entanto sugeridos, sendo que o mais provável seria a zona a sul da área urbana da cidade, prolongando-se as instalações portuárias pela Baixa até à zona do Rossio<sup>102</sup>, já que na época romana existia uma bacia onde se juntavam duas ribeiras formando uma zona natural abrigada propícia a actividades portuárias. Com o desenvolvimento de projectos arqueológicos na Baixa lisboeta certamente que será possível comprovar esta hipótese. (Mantas, 1997, p. 28).

Sabemos no entanto que a existência de um porto em Lisboa não pode ser objecto de dúvidas. Por um lado a descoberta de vestígios de origem fenícia nas escavações efectuadas na Sé de Lisboa indicia que os contactos comerciais já estariam estabelecidos desde o século VIII a.C.. Por outro lado, também a posição estratégica ocupada pela cidade quer em termos das rotas fluviais, quer em termos das rotas terrestres<sup>103</sup> indicam que *Olisipo* seria o ponto de partida e chegada de numerosas rotas comerciais que traziam para a Lusitânia os produtos do império e levavam para o Oriente os recursos naturais locais (Mantas, 2004a, p. 438). As próprias referências clássicas à cidade não deixam margem para dúvidas sobre a sua importância estratégica no contexto do império romano (Mantas, 1996, 353-355).

Para além destas estradas principais que faziam de *Olisipo* um ponto de contacto fundamental, existia ainda uma rede de vias locais e regionais que interligavam os vários pontos da província e do município. Foram publicados estudos de várias zonas que detalham os possíveis traçados destas vias, desde a obra de Mário Saa dos anos 50 e 60 que descreve não só os diversos caminhos mas também os vestígios romanos identificados à altura. Mais recentemente foram

---

<sup>101</sup> As prospecções realizadas na Sé de Lisboa vieram complementar a imagem da cidade romana, revelando uma via que faria a ligação entre um potencial forum comercial e as estruturas portuárias, que se coadunavam com as estruturas de cetarias encontrados na zona (Amaro e Matos, 1996, p. 219).

<sup>102</sup> Nessa zona da cidade situa-se uma famosa estrutura subterrânea que tem sido interpretada como um criptopórtico que sustentaria um *forum* corporativo, fazendo da zona um inegável centro comercial e religioso (Ribeiro, 1994b, pp. 194-195)

<sup>103</sup> De *Olisipo* partiam várias estradas principais. Duas que se dirigiam a *Scallabis* e posteriormente à capital da província em *Emerita Augusta*, e uma terceira que saindo através de *Salacia* se dirigia também à capital. Existia ainda um percurso importante que se dirigia a *Ossonoba*, passando novamente por *Salacia*. Estes circuitos atravessavam as principais regiões da província da Lusitânia, através das quais circulava um volume considerável quer de pessoas, quer de mercadorias.

elaborados traçados da região de Mafra e Sintra (Byrne, 1992), da região de Cascais (Cardoso, 2004), da região de Loures (Mantas, 1998b) e da região de Torres Vedras (Mantas, 2000b). Todos estes trabalhos revelam uma complexidade de caminhos e de percursos que ligavam os vários pontos do município e que permitem entrever a relação de trocas que existiria a nível local, comprovada ainda pela presença de bens com origens distantes.

O estudo das vias romanas pode ser feito através de diversas fontes, nomeadamente as literárias como é o caso do Itinerário de Antonino, as epigráficas essencialmente através dos miliários que marcavam as vias, e os vestígios arqueológicos que sobreviveram desses traçados. Todos estes dados permitem-nos esboçar um mapa dos principais percursos existentes na província e no município e embora a sua interpretação não seja sempre inequívoca, hoje em dia vários estudos permitem-nos ter uma imagem de conjunto relativamente segura das principais vias. *Olisipo* era um dos pontos principais nessa rede viária, que se estendia a *Bracara*, *Emerita* e a *Ossonoba*. De *Olisipo* partiam vias importantes<sup>104</sup> para cada um destes destinos, que confirmam a importância económica e social que a urbe teria. (Mantas, 2004b, p. 457-458)

Já vimos através dos contentores que os principais produtos transportados seriam os produtos alimentares. O vinho, o azeite e os preparados piscícolas representavam um importante volume no fluxo de produtos, assim o confirmam as ânforas que foram recolhidas de todos os locais com presença romana. Podemos no entanto detalhar um pouco mais cada um destes produtos e a sua importância nos fluxos comerciais do município.

O vinho é provavelmente a importação mais importante da época romana. Como já vimos pela análise das ânforas encontradas no Castelo de S. Jorge (Pimenta, 2005, p. 131), a importação de vinhos itálicos remonta ao primeiro período da presença romana na região. Apesar dos poucos exemplares de ânforas vinárias de origem itálica registadas na região de *Olisipo*, as descobertas, em especial nas regiões do sul de Portugal, permitiram registar que os principais locais de importação e consumo desses bem seriam não só as bases militares (como foi o caso de *Olisipo*) mas também as principais localidades de fundação romana. (Arruda e Almeida, 1999, pp. 336-337). As evidências em particular da produção de ânforas localmente para este tipo de produto parecem indicar que após uma primeira fase em que predominava a importação dessa bebida, que ela começou a ser produzida e transportada localmente em grande escala<sup>105</sup>. Apesar destes indícios, a produção e

---

<sup>104</sup> Vários troços das principais estradas que saíam de *Olisipo* foram já investigados confirmando a importância da cidade através da qualidade das vias que a serviam, como aconteceu na escavação realizada no Museu do Neorealismo em Vila Franca de Xira (Pimenta e Mendes, 2007, p. 221-223).

<sup>105</sup> Existem evidências de que mesmo em época pré-romana e provavelmente sob influência fenícia teria existido produção vitivinícola na Lusitânia. Para o território português a informação é relativamente escassa mas foi feito um esforço de datação para os pólenes da vinha e para as grainhas recolhidas em Almaraz na foz do Tejo, que apontam para o seu plantio no século VII a.C.. A produção de vinho não fica demonstrada contudo dado o seu consumo regular entre as populações orientais existe certamente a possibilidade da sua produção local (Arruda, 2003, pp. 208-



comércio do vinho local é um tema que ainda poderá ser aprofundado com a descoberta e análise de mais dados arqueológicos que nos permitam clarificar a imagem ainda parcial que temos hoje em dia (Fabião, 1998, p. 193).

O azeite era também um produto importante mas a sua produção local e regional tornava provavelmente a sua importação, desde longas distâncias, menos relevante. No império romano o azeite da Bética era um dos produtos mais referenciados pelos autores clássicos pela sua qualidade. Também nos vestígios arqueológicos foram identificados contentores de azeite daquela região, o que indicava o seu consumo na Lusitânia. As relações comerciais entre as duas províncias hispânicas estão de resto comprovadas desde cedo<sup>106</sup>. Uma das teorias que justifica as escassas referências aos produtos da Lusitânia seria mesmo a de que estes seriam transportados para todo o império a partir de Gades, assumindo-se a sua proveniência bética quando na realidade se tratavam de produtos da Lusitânia<sup>107</sup> (Mantas, 1998a, p. 210).

Por fim os preparados piscícolas eram um dos produtos mais importantes da produção local para exportação. O volume da produção local não deixa margem para dúvidas e a maior parte dos fornos de grandes dimensões associados à produção de ânforas para o transporte destes produtos estão associados aos principais locais de produção, que se situavam também em locais de fácil acesso a partir dos quais seriam rapidamente expedidos para todos os pontos do império. O consumo local destes produtos está atestado na presença de ânforas em *villae* e nas localidades<sup>108</sup>, com uma grande parte da produção certamente dirigida à exportação (Fabião, 2009b, p. 571).

Mas a troca de produtos não se limitava aos produtos alimentares. Embora estes fossem provavelmente responsáveis pelo maior volume de comércio, outros bens representariam certamente valores mais elevados na balança de transacções. Os bens de prestígio e de adorno que encontramos associados à elite local tinham muitas vezes uma longínqua origem oriental revelando o cosmopolitismo dos seus possuidores, mas também a existência de trocas comerciais com essas

---

209)

<sup>106</sup> Um dos exemplos mais referidos para comprovar as relações comerciais entre as duas províncias é a descoberta de epígrafes em Sevilha que se referem a *Marcus Cassius Sempronianus*, identificado como proveniente de *Olisipo* mas também pela sua actividade de *diffusor olearius*. Existem em *Olisipo* outras referências aos Cássios, a mais famosa das quais é a das termas dos Cássios, que teriam financiado a sua construção, e que seriam uma das famílias mais importantes da região. A presença de um dos seus membros na região da Bética indicaria uma relação entre as duas regiões mas também complexidade das relações económicas que se estabeleciam entre elas e da importância do comércio de azeite na península (Loyzance, 1986, p. 279). Existem ainda outros estudos sobre a importância das populações da Bética e as suas relações coma produção de azeite, sem dúvida uma das actividades mais importantes da região e que motivou o interesse de importantes figuras, incluindo senadores (Chic Garcia, 2006, 289-292).

<sup>107</sup> Esta seria uma das justificações para a inexistência de referências em autores clássicos aos preparados piscícolas, cuja produção nas costas atlânticas era certamente relevante como o comprovam as investigações arqueológicas em locais como *Olisipo* e Tróia. Já os molhos de peixe de Gades merecem várias referências quer nos catálogos de produtos da Hispânia quer nas mais requintadas receitas romanas.

<sup>108</sup> Como no exemplo já referido da análise das ânforas de Povos em Vila Franca de Xira, que registavam um elevado número e extensão cronológica das produções locais (Banha, 1992, p. 65).

regiões. Encontramos abundantes exemplos deste tipo de produtos muitas vezes associados às principais *villae*.

Um dos produtos de prestígio que melhor sobreviveu ao passar do tempo e que encontramos em praticamente todos os locais associados a residências de época romana é a *terra sigillata*. Este tipo de cerâmica de boa qualidade era utilizada na concepção de recipientes valiosos, que adornavam as habitações das elites, o que nos dava uma pista para as posses dos seus moradores. Mas este tipo de cerâmica tem ainda a particularidade de permitir uma identificação do local da sua produção. Numa primeira fase ela era efectuada exclusivamente em Itália, sendo por isso os vestígios mais antigos deste tipo de cerâmica os que têm origem nesse local. Posteriormente a produção alargou-se para a Gália, para a Hispânia e por fim para o Norte de África. Estas diferentes localizações permitem muitas vezes datar os vestígios encontrados dada essa regularidade. São também uma segura indicação da importância de que se revestia o comércio nesse período. Por exemplo, no Alto do Cidreira foi elaborada uma análise sistemática dos materiais recolhidos, incluindo um conjunto variado de *sigillatas* de várias proveniências, que nos indica o luxo da habitação e dos seus pertences (Nolen, 1988, p. 73-87).

Outros exemplos de objectos de luxo mais raros foram ainda encontrados noutros contextos, evidenciando um contacto comercial com locais mais distantes. Uma estatueta foi encontrada em Bucelas embora sem que seja conhecido o seu contexto. Da análise efectuada à peça identificou-se a sua origem como sendo provavelmente alexandrina. Trata-se de um objecto decorativo ou com finalidades religiosas, datado provavelmente do século II d.C. e que vem confirmar a existência de contactos comerciais (Pereira, 1903, p. 304)<sup>109</sup>. Em Vila Franca de Xira, na Castanheira foi ainda recuperado um sarcófago contendo uma menina desconhecida. De destacar a qualidade da peça, que foi interpretada como tendo vindo do Mediterrâneo oriental, comprovando dessa forma a existência de um activo comércio de peças de vulto com uma região relativamente distante (Camacho et al, 1996, pp. 185-6).

Em Freiria localizava-se uma *villa* agrícola que aproveitava a fertilidade da região e onde habitariam membros da elite. A escavação do local permitiu encontrar vestígios dos seus habitantes e da opulência em que viviam. Nomeadamente foram encontrados elementos decorativos como pedras de anel que compunham certamente jóias pertencentes aos proprietários da *villa* e que provinham de regiões distantes e que comprovavam a existência de relações comerciais longínquas. (Cravinho, 1993/1994, p. 336-343).

Para além destes exemplos, há ainda um outro indicador que nos permite antever a

---

<sup>109</sup> Outras peças de prestígio foram também encontradas na região do *ager olisiponesis* como uma estatueta identificada com a deusa da Fortuna do Museu de Torres Vedras e cuja datação aponta para o século I a.C., embora a sua origem não seja clara (Almeida, Ferreira e Trindade 1968, p.64).

importâncias das trocas comerciais. Estas apenas eram possíveis com a existência de um sistema monetário eficiente e comum às várias regiões do império. Embora existissem cunhagens de moedas em vários locais incluindo várias cidades da Lusitânia, a presença de moedas provenientes de locais distantes dentro do contexto do império comprova a existência de contactos regulares e frequentes.

As moedas são tão frequentes nos contextos arqueológicos que são muitas vezes utilizadas para datar as várias fases de ocupação dos locais. Assim, temos um grande volume em todos os locais. No entanto, o entesouramento de grandes quantidades de moedas permite-nos ter uma imagem mais detalhada dos exemplares em circulação no momento em que foram escondidos. Na região de *Olisipo* foram identificados diversos tesouros. Da época republicana sobreviveram apenas dois exemplos na região mais a norte dentro do município, que poderão estar associados às primeiras fases da ocupação do território, num momento de expansão militar. A maior parte dos tesouros encontrados referem-se ao período entre os séculos III e IV, um potencial momento de maior turbulência (Ruivo, 2006, p. 143).

Analisámos um conjunto de evidências e de pistas que nos permitiram ter uma visão do panorama comercial de *Olisipo*. Uma cidade referenciada pelos autores clássicos, que ocupava uma posição de destaque na costa atlântica, era certamente um dos pontos mais importantes da região, provavelmente até o mais importante. A sua baía amena, o estuário do Tejo e a sua posição central tornavam-na uma escala obrigatória quer no transporte de produtos locais quer como ponto de paragem nas longas viagens pela costa até aos portos britânicos.

O Atlântico era também uma região que apesar de longínqua (referenciada simplesmente como o Oceano) era importante do ponto de vista económico, sendo referida pelos autores pela sua abundância em peixe. No entanto, era também um local onde a navegação era muito diferente da realizada no Mediterrâneo, exigindo embarcações e técnicas de navegação diferentes<sup>110</sup>. Apesar disso, a importância estratégica dessa navegação e a existência de evidências da sua utilização levam-nos a pensar que essa seria uma rota importante no contexto do império romano (Mantas, 2002-2003, p. 459 e Mantas, 2007, p. 185-186).

O papel de *Olisipo* e da província da Lusitânia no contexto imperial romano foi considerado periférico por alguns historiadores, mas recentemente a reavaliação da importância estratégica da região tem sido descoberta, em grande parte pela investigação arqueológica que tem revelado um panorama muito mais complexo quer em termos económicos quer em termos sociais. Em particular

---

<sup>110</sup> A navegação atlântica geralmente exigia barcos de maiores dimensões, mas a tecnologia naval romana já permitia resolver a maior parte dos problemas que a navegação atlântica colocava já que conheciam a vela latina e a possibilidade de navegar contra o vento (Mantas, 1995, p. 34). A navegação atlântica e fluvial tinha características específicas e diferentes das registadas no Mediterrâneo, o que influenciava a forma como funcionavam as rotas comerciais destes dois espaços (Blot, 2004, pp. 466-7)

o exemplo da bacia do Tejo e da descoberta recente de vários conjuntos de cetárias e de habitações associadas, tem revelado um panorama muito mais intenso economicamente do que a posição periférica da província deixava pensar. Este tipo de trabalhos tem permitido assim que cada vez mais se equacione o verdadeiro papel da Lusitânia no âmbito comercial romano (Fabião, 2009c, pp. 60-61).

## Considerações finais

*Olisipo* era uma das cidades mais ricas das províncias hispânicas. A abundância de recursos muito requisitados em todo o império e a sua posição geográfica foram determinantes para o sucesso. A *hinterland* que servia a cidade foi um espaço fundamental para permitir o desenvolvimento da sua economia fornecendo os alimentos e as matérias-primas imprescindíveis para alguma das actividades económicas mais rentáveis e importantes da região. A exploração dos principais recursos da região permitiu o desenvolvimento de uma sociedade local afluente. O ouro e o *garum* foram as suas principais riquezas. Quer através da exploração de minas, quer através da recolha do ouro aluvial, a riqueza do Tejo e da suas margens ficou marcada na literatura e na história da região. A Hispânia era conhecida desde a presença cartaginesa como uma região com ricos recursos minerais, que a influência romana rapidamente soube aproveitar. Embora as evidências físicas desta exploração sejam hoje raras, a sua menção num conjunto de textos variado e a persistência ao longo da história de referências à riqueza aurífera (quer na toponímia, quer nas actividades locais) confirmam a sua importância. Os frutos da exploração eram dirigidos principalmente para o erário público, mas o dinamismo que essa actividade imprimia à região é inegável, tendo permitido o desenvolvimento de comunidades locais que cresciam e floresciam à sombra da exploração dos recursos naturais.

Outro produto de grande importância para a região foram os preparados piscícolas, dos quais o *garum* era o mais celebrado. A proximidade da zona costeira com a sua abundância de pescado, a existência de salinas e o clima favorável permitiram o desenvolvimento de uma actividade em larga escala que é comprovada pelas inúmeras oficinas que foram já encontradas em ambas as margens do Tejo. Embora as fontes clássicas não refiram este produto, a existência de fornos e de abundantes restos anfóricos leva-nos a concluir que os preparados piscícolas se destinavam a locais distantes, dada a robustez dos recipientes. Temos assim um tipo de produto muito requisitado no mundo romano que era facilmente produzido em grandes quantidades na região e que seguramente representou uma das principais fontes de riqueza de alguns sectores das elites locais.

Apesar da clara relevância destas duas áreas de actuação económica, é importante realçar ainda que a riqueza da região não assentava apenas nestes dois aspectos. Ao longo deste trabalho procurámos ainda detalhar as evidências das actividades agrícolas e artesanais, que se desenvolviam numa região fértil e que ao longo dos anos alimentou uma das cidades europeias mais importantes. Embora hoje em dia seja difícil discernir qual a real importância destas áreas para a economia local,

não deixamos de pensar que não poderiam ser assim tão periféricas, dadas as potencialidades e evidências, em especial da produção de vinho e azeite.

Paralelamente a actividade comercial atingiu uma enorme importância. O transporte dos produtos locais para regiões distantes só foi possível através de uma frequentada rota comercial, que levava principalmente os preparados piscícolas, embora também pudesse transportar outros bens de produção regional, como o vinho ou o azeite, e que em troca trazia produtos de todas as regiões imperiais, mesmo as mais distantes. Os sítios arqueológicos deixaram-nos alguns exemplos de produtos que sobreviveram ao passar do tempo, como os adornos e a estatuária, mas certamente muitos outros seriam trazidos para *Olisipo*. A importância do porto da cidade é ainda comprovada, para além dos produtos que eram comercializados, pelos vestígios de naufrágios quer nas zonas fluviais, quer nas regiões costeiras.

Para além destes dois produtos e do seu transporte, desenvolveu-se na região de *Olisipo* uma vasta gama de actividades económicas e de suporte da população da cidade que deixaram evidências em todo o município. Desde as mais simples actividades agrícolas que produziam o trigo, as frutas, vegetais e carne consumidos, até às mais complexas actividades de extracção e tratamento das rochas para garantir as necessárias matérias primas às construções, um conjunto vasto de ocupações eram executadas na cidades e nos campos à sua volta. Praticamente em todos os locais onde foram encontrados vestígios romanos encontramos também indícios de teares que denunciam a existência de manufacturas têxteis. Vestígios de metalurgia e da produção de recipientes cerâmicos eram também frequentes em muitas zonas. Todos estes vestígios eram semelhantes ao aos que encontramos hoje em dia em todas as regiões que se encontravam sob influência romana. Temos assim um conjunto alargado de actividades que inseriam o município no contexto do império.

*Olisipo* era uma típica cidade romana, com um teatro, *fora*, zonas residenciais, industriais e portuárias que marcavam a sua pertença a uma identidade comum mas onde se desenvolveram as actividades específicas relacionadas com as suas características únicas. Era uma cidade aberta e cosmopolita que funcionava como plataforma de contacto entre o Ocidente hispânico periférico e o centro do império em Roma. *Olisipo foi* acima de tudo um caso de sucesso num mundo globalizado em que a urbe se tinha convertido em modelo e referência.

## Bibliografia

- AAVV, (1996) - The Oxford Classical Dictionary (ed. Simon Hornblower e Antony Spawforth) - 3ª edição, Oxford, Oxford University
- ADKINS, Lesley & Adkins, Roy (1994) – *Handbook to Life in Ancient Rome*. University Press, Oxford
- ALARCÃO, Adília (1994) - *Colecções – Museu Monográfico de Conimbriga*, Instituto Português de Museus
- ALARCÃO, Jorge de (1990) (coord.) - *Nova História de Portugal - Portugal, das origens à romanização*, 1. Lisboa: Editorial Presença.
- ALARCÃO, Jorge de (1994) - Lisboa romana e visigótica, in *Lisboa subterrânea*, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 58-69
- ALARCÃO, Jorge de (1998) - A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal, Conimbriga, 37, Coimbra, pp. 89-119
- ALARCÃO, Jorge de (2002) – *O domínio romano em Portugal*, Forum da História, Lisboa
- ALMEIDA, Fernando de (1962) - Notícia de mosaicos romanos em Odrinhas, in *Revista de Guimarães*, vol 72, nº 1-2, Guimarães, pp. 5-9
- ALMEIDA, Fernando de (1969) - Sobre a barragem romana de *Olisipo* e seu aqueduto, in *O Arqueólogo Português*, série III, 3, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 179-189
- ALMEIDA, Fernando de; FERREIRA, Octávio Veiga e TRINDADE, Leonel (1968) - Estatueta de "Fortuna" na Museu de Torres Vedras, in *Arqueologia e Historia*, 9ª série, volume I, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 59-69
- ALMEIDA, Justino Mendes de (1992) - *Olisipo* nos geógrafos gregos e latinos, in *De Olisipo a Lisboa - estudos olisiponenses*, Edições Cosmos, Lisboa, pp. 21-28
- ALVAR, Jaime e WAGNER, Carlos G. (1988) - La actividad agrícola en la economía fenicia de la Península Ibérica. in *Gerión* Nº 6 – pp. 169-185
- ALVES, Francisco J.S., REINER, Francisco, ALMEIDA, Mário J.R., VERÍSSIMO, Luís (1988-1989) - Os cepos de âncora em chumbo descobertos em águas portuguesas - contribuição para uma reflexão sobre a navegação ao longo da costa atlântica da Península Ibérica na Antiguidade, in *O Arqueólogo Português*, série III, VII-IX, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 109-185
- AMARO, Clementino (1982) - Casa dos Bicos - Notícia histórico-arqueológica, in *Arqueologia*, 6, pp. 96-111
- AMARO, Clementino (1990a) - Olaria romana da Garrocheira, Benavente, in *Ânforas Lusitanas* -

*Tipologia, Produção, Comércio*, Coimbra, pp. 87-92

AMARO, Clementino (1990b) - A presença romana na margem esquerda do estuário do Rio Tejo, in *Actas do I Congresso do Tejo - 2º volume, Associação dos Amigos do Tejo*, Lisboa, pp. 47-50

AMARO, Clementino (1990c) - Ocupação romana da margem sul do estuário do Tejo: um (des)alinhar de ideias, in *Ânforas Lusitanas - Tipologia, Produção, Comércio*, Coimbra, pp. 71-85

AMARO, Clementino (1994) - A indústria conserveira na Lisboa romana. in *Lisboa Subterrânea.*, Lisboa 94/Electa, pp. 76-79

AMARO, Clementino (2002) - Percorso arqueológico através da Casa dos Bicos, in *De Olisipo a Lisboa - A Casa dos Bicos*, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, pp. 11-27

AMARO, Clementino, BUGALHÃO, Jacinta e SABROSA, Armando José (1996) – Complexo Fabril Romano na Rua Augusta – Notícia Preliminar , in *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*, D. Quixote, Lisboa, pp. 199-214

AMARO, Clementino e MATOS, José Luis (1996) – Trabalhos arqueológicos no claustro da Sé de Lisboa – notícia preliminar, in *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*, D. Quixote, Lisboa, pp. 215-224

ANONIMO (1985) – Carta Agrícola e Florestal – grandes grupos de utilização do solo, Comissão Nacional do Ambiente, Lisboa

ARRUDA, Ana Margarida (1994) - A Península de Lisboa entre o Norte Atlântico e o Oriente mediterrânico nos inícios do 1º milénio a.C. , in *Lisboa subterrânea*, Lisboa, pp. 52-57

ARRUDA, Ana Margarida (2003) - Contributo da colonização fenícia para a domesticação da terra portuguesa. In *Ecohistoria del paisaje agrario : la agricultura fenicio-púnica en el Mediterráneo*, Valencia, p. 205-218

ARRUDA, Ana Margarida e ALMEIDA, Rui Roberto (1999) - As importações de vinho itálico para o território actualmente português, in *Économie et territoire en Lusitanie romaine*, Casa de Velazquez, Madrid, pp. 307-337

ASSIS, Carlos A. E AMARO, Clementino (2006) - Estudo dos restos de peixe de dois sítios fabris de Olisipo, in *Setúbal Arqueológica*, Vol 13, Setúbal, pp. 123-144

*Atlas Antroponímio da Lusitânia Romana* (2003), Fundación de Estudios Romanos, Ausonius Editions, Mérida

AZEVEDO, Pedro (1918) - As pedras preciosas de Lisboa (Belas) na História, in *O Arqueólogo Português* - Museu etnológico Português, Lisboa, pp. 158-202

BANG, Peter Fibiger (1998) – Antiquity between “primitivism” and “modernism”, in *Workpaper* 53-97, Centre for Cultural Research, University of Aarhus



- BANHA, Carlos (1992) - As ânforas da vila romana de Escola Velha (Povos), in *Boletim Cultural Cira*, Nº7, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 51-90
- BARBOSA, Ernani (1970) – Notícia de alguns achados romanos no concelho de Alenquer, in *Actas e Memórias do 1º Congresso Nacional de Arqueologia*, pp. 27-33
- BARROS, Luis e AMARO, Clementino (1984/1985) - Fábrica de salga de peixe em Cacilhas, in *Al-madan*, série I, nº4-5, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 33-34
- BATALHA, Luísa; CARDOSO, Guilherme e MONTEIRO, Mário (2006) - Um mosaico romano em Castanheira do Ribatejo, in *Al-madan*, série II, nº14, Centro de Arqueologia de Almada, p. 6
- BLAZQUEZ, José Maria et al (1978) – *Historia Economica de la Hispania Romana*. Ediciones Cristiandad, Madrid
- BLAZQUEZ, José Maria et al (1985) – *Historia de España Antigua – Tomo II*. Cátedra, Madrid
- BLOT, Maria Luísa Pinheiro (2003) - *Os portos na origem dos centros urbanos: contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Instituto Português de Arqueologia, Lisboa
- BLOT, Maria Luísa Pinheiro (2004) – Circulação aquática e o papel dos portos flúvio-estuarinos nos contactos da Lusitânia Romana. O caso do litoral e dos rios de Portugal, in *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: las comunicaciones*, Cáceres, pp. 465-480
- BRITO, Raquel Soeiro (1993) - *Portugal perfil geográfico*, Editorial Estampa
- BRUN, Jean-Pierre (1997) - Production de l'huile et du vin en Lusitanie Romaine, in *Conimbriga*, 36, Coimbra, pp. 45-72
- BRUN, Jean-Pierre (1997) – Um primeiro moinho hidráulico romano na Península Ibérica, em Conímbriga, in *Portugal Romano – A exploração dos recursos naturais*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, p. 30-31
- BUGALHÃO, Jacinta (2001) - *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*, IPA, Lisboa
- BYRNE, Inês Nadal de Sousa (1992) - A rede viária da zona oeste do município olisiponense (Mafra e Sintra), in *Al-madan*, II serie, nº 2, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 41-47
- CABRAL, J. M. Peixoto (1990) - Datação pelo radiocarbono de um cepo de âncora em chumbo encontrado na Berlenga, in *Conimbriga*, 29, Coimbra, pp. 59-68
- CABRAL, João M. Peixoto; GOUVEIA, Mª Ângela e MORGADO, Isabel (1996) – Caracterização Química das Produções de Ânforas do Vale do Tejo: I – Porto dos Cacos, in *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*, D. Quixote, Lisboa, pp. 301-322
- CABRAL, João; CARDOSO Guilherme, ENCARNAÇÃO, José d' e NIEUWENDAM, Lurdes (2002) - Sondagens em Caparide, in *Al-madan*, II serie, nº11 Centro de Arqueologia de Almada, p. 6

- CACHÃO, M et al (2010) - A mina de granadas do Monte Suímo: de Plínio-o-Velho e Paul Choffat à actualidade, in *Revista Electrónica de Ciências da Terra*, Geosciences On- line Journal, Volume 18, nº 20
- CAETANO, Maria Teresa (2001) - Mosaicos romanos de Lisboa I - A Baixa Pombalina, in *Conimbriga*, 40, Coimbra, pp. 65-82
- CAETANO, Maria Teresa (2006) - Mosaicos de *Felicitas Iulia Olisipo* e do seu *ager*, in *Revista de História da Arte*, 2, UNL – FCSH, Lisboa, pp. 23-35
- CAETANO, Maria Teresa (2007) - *Opera mvsiva*: uma breve reflexão sobre a origem, difusão e iconografia do mosaico romano, in *Revista de História da Arte*, 3, UNL – FCSH, Lisboa, pp. 53-83
- CALAIS, Cristina (1992) - Povos ( Escola Velha ) , Vila Franca de Xira - Relatório dos trabalhos Arqueológicos de campo (1990) in *Boletim Cultural Cira*, Nº6, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 51-62
- CAMACHO, Clara; CALAIS, Cristina e NUNES, Graça (1996) – A presença romana no concelho de Vila Franca de Xira: investigar, divulgar e animar, in *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*, D. Quixote, Lisboa, pp. 179-191
- CANTO, Alicia Mª (2009) - Un mito homérico en Ibéria: Zephyrus y las yeguas de *Olisipo*. Nuevos textos y ensayo de explicación desde la genómica, in *Lusitânia Romana - entre o mito e a realidade - Actas da VI mesa redonda internacional sobre a Lusitânia Romana*, Cascais, pp. 165-218
- CARDOSO, Guilherme (1987) - Quadrante solar romano de Freiria (S. Domingos de Rana, Cascais), in *O Arqueólogo Português*, série IV, 5, MNA, Lisboa, pp. 219-224
- CARDOSO, Guilherme (1995-1997) - Um tesouro monetário do Baixo Império na *villa* de Freiria (Cascais), in *O Arqueólogo Português*, série IV, 13/15, MNA, Lisboa, pp. 393-413
- CARDOSO, Guilherme (2004) - Acerca das comunicações no SW do *ager olisiponensis*, in *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: las comunicaciones*, Cáceres, pp. 135-148
- CARDOSO, Guilherme (2006) - As cetárias da área urbana de Cascais, in *Setúbal Arqueológica*, Vol 13, Setúbal, pp. 145-150
- CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João Pedro; ENCARNAÇÃO, José d' e RODRIGUES, Severino (1996) - Alguns tipos de ânforas romanas identificados no concelho de Cascais - *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*, D. Quixote, Lisboa, pp. 193-197
- CARDOSO, Guilherme e CABRAL, João (2001) - O Castelo de Cascais, in *Arqueologia no Distrito de Lisboa*, Assembleia Distrital de Lisboa, pp. 15-19
- CARDOSO, Guilherme e ENCARNAÇÃO, José d' (1990) - Cascais no tempo dos Romanos, in *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, pp. 59-74

- CARDOSO, Guilherme e ENCARNAÇÃO, José d' (1991) - Certezas e incertezas no estudo da *villa* romana de Freiria, in *Boletim Cultural do Município*, Nº 10, Câmara Municipal de Cascais, Cascais, pp. 15-26
- CARDOSO, Guilherme e ENCARNAÇÃO, José d' (1994) - *Villa* romana de Freiria, in *Informação Arqueológica*, 9, IPPAR, Lisboa, pp. 60-61
- CARDOSO, Guilherme e ENCARNAÇÃO, José d' (1995) – A *villa* romana de Freiria (Cascais) e o seu enquadramento rural, in *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, 2, pp. 51-62
- CARDOSO, Guilherme e ENCARNAÇÃO, José d' (1996) - 12ª campanha na *villa* romana de Freiria, in *Al-madan*, II série, nº 5, Centro de Arqueologia de Almada, p. 197
- CARDOSO, Guilherme e ENCARNAÇÃO, José d' (1998) - *Villa* romana de Freiria - campanhas de 1997 e 1998, in *Al-madan*, II série, nº 7, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 181-2
- CARDOSO, Guilherme e ENCARNAÇÃO, José d' (1999a) - *Villa* romana de Freiria - 15ª campanha de escavações, in *Al-madan*, II série, nº 8, Centro de Arqueologia de Almada, p. 212
- CARDOSO, Guilherme e ENCARNAÇÃO, José d' (1999b) - Notas sobre a ocupação proto-histórica na *Villa* Romana de Freiria Norte, in *Revista de Guimarães*, Volume especial II, Guimarães, pp. 741-757
- CARDOSO, Guilherme e ENCARNAÇÃO, José d' (1999c) - Economia agrícola da região de *Olisipo*, in *Économie et territoire en Lusitanie romaine*, Casa de Velázquez Madrid, pp.391-393
- CARDOSO, Guilherme e ENCARNAÇÃO, José d' (1999d) - Sondagens de emergência no Alto do Cidreira in *Al-madan*, II série, nº 8, Centro de Arqueologia de Almada, p. 215
- CARDOSO, Guilherme e ENCARNAÇÃO, José d' (2001) - A *Domus* da *Villa* Romana de Freiria, in *Al-madan*, II série, nº 10, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 190-191
- CARDOSO, Guilherme e ENCARNAÇÃO, José d' (2002) - 18ª campanha na *Villa* Romana de Freiria, in *Al-madan*, II série, nº 11, Centro de Arqueologia de Almada, p. 7
- CARDOSO, João Luis (1981) - Descoberta de tijolos romanos com marca de oleiro em Lisboa, in *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa* III Série, 87 - 1º Tomo, Lisboa, pp. 139-143
- CARDOSO, João Luis (1995) - Para o conhecimento da agricultura no concelho de Oeiras: do neolítico ao período romano, in *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, Oeiras, pp. 87-96
- CARDOSO, João Luis (1996) - O Final da Idade do Ferro no Concelho de Oeiras: um contributo, in *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, Oeiras, pp. 361-365
- CARDOSO, João Luis (1998) - Do Paleolítico Inferior à Idade do Ferro no Concelho de Oeiras - percurso da presença humana, *1º Ciclo de Estudos Oeirenses*, Câmara Municipal de Oeiras, Oeiras, pp. 63-71
- CARDOSO, João Luís (2000) - Sítios, pedras e homens - 30 anos de arqueologia em Oeiras,

*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, volume 9, Oeiras, pp. 161-179

CARDOSO, João Luis; QUINTELA, António de Carvalho e MASCARENHAS, José Manuel (1997) – Os romanos e a água, in *Portugal Romano – A exploração dos recursos naturais*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, p. 17-29

CARDOZO, Mário (1956) - *Catálogo das inscrições lapidares do museu arqueológico de S. Miguel de Odrinhas*, Sintra

CARRERAS MONFORT, Cèsar (2000) – *Economía de la Britannia romana: La importación de alimentos*, Universidad de Barcelona

CARVALHO, António (1999) - Evidências arqueológicas da produção de vinho nas *villae* romanas do território português in *Économie et territoire en Lusitanie romaine*, Casa de Velazquez, Madrid, pp. 361-390

CARVALHO, António M. F. e ALMEIDA, Francisco J. N. S. (1996) - Aspectos económicos da Ocupação Romana na Foz do Tejo - *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*, D. Quixote, Lisboa, pp. 137-156

CASTELO BRANCO, Fernando (1977) Geografia e pré-história lisiponenses in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 95 N°1-3, 4-6, Lisboa, pp. 47-62

CHOFFAT, Paul (1914) - Les mines de grenats du Suímo, in *Volume X das Comunicações do Serviço Geológico de Portugal*, Lisboa

CHIC GARCIA, Genaro (2006) - Movimiento de personas en relación con el aceite bético, in *Migrare - la formation des elites dans l'Hispane Romaine*, Diffusion de Boccard Bordeaux, pp. 273-299

COELHO, Catarina (2002) - Estudo preliminar da pedreira romana e outros vestígios identificados no sítio arqueológico de Colaride in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 5, número 2, Lisboa, pp. 277-323

CORREIA, Miguel (2005) - Novos dados para a Carta Arqueológica do Concelho de Alcochete, in *Al-madan*, II serie, nº 13, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 130-132

CORREIA, Susana H. (1980) - Povoados calcolíticos da Estremadura Portuguesa - tentativa de abordagem económica, in *Arqueologia*, 2, Porto, pp 3-8

CRAVINHO, Graça (1993/1994) - Algumas peças da villa de Freiria (Cascais), *Conimbriga*, 32-33, Coimbra, pp. 333-348

CRAWFORD, Michael (1970) – Money and exchange in the roman world, in *The Journal of Roman Studies*, Vol. 60, p. 40-48

DAREMBERG, Charles et SAGLIO, Edmond (1877-1919) – *Dictionnaire des Antiquités grecques et romaines*

- DAVEAU, Suzanne (1980) - Espaço e tempo - Evolução do ambiente geográfico de Portugal a longo dos tempos pré-históricos in *Clio*, Lisboa, pp. 13-37
- DAVEAU, Suzanne (1994) - A foz do Tejo, palco da história de Lisboa - *Lisboa subterrânea*, Lisboa, pp. 24-30
- DIAS, Maria Manuela Alves; MOTA, Bernardo M. e GASPAR, Catarina I.S. (2001) - *Epigrafia latina do museu municipal Hipólito Cabaço (Alenquer)*, Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa
- DIOGO, A. Dias M. E SEPÚLVEDA, Eurico (2001) - Um estudo sobre as lucernas encontradas nas escavações de 1966/67 do teatro romano de Lisboa, in *Conimbriga*, 40, Coimbra, pp. 225-235
- DIOGO, António Dias e ALVES, Francisco J. S. (1988-1989) - Ânforas provenientes do meio fluvial nas imediações de Vila Franca de Xira e de Alcácer do Sal - *O Arqueólogo Português*, série IV, 6/7 MNA Lisboa pp. 227-240
- DOMERGUE, Claude (1990) - *Les mines de la péninsule ibérique dans l'Antiquité romaine*, Ecole Française de Rome
- DOW, Sterling (1960) – The social and economic history of the roman empire: Rostovtzeff's classic after thirty-three years, in *The American Historical Review*, Vol. 65, Nº3, p. 544-553
- DUARTE, Ana Luisa C. (1990) - Quinta do Rouxinol - a produção de ânforas no Vale do Tejo, in *Ânforas Lusitanas - Tipologia, Produção, Comércio*, Coimbra, pp. 97-106
- DUARTE, Ana Luisa e RAPOSO, Jorge Manuel (1996) - Elementos para a caracterização das produções anfóricas da Quinta do Rouxinol (Corroios/Seixal), in *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*, D. Quixote, Lisboa, pp. 237-247
- DUECK, Daniela (2000) – *Strabo of Amasia: a Greek man of letters in Augustan Rome*. London, Routledge
- DUNCAN-JONES, Richard (1990) – *Structure & Scale in the Roman Economy*. Cambridge University Press
- EDMONDSON, J. C. (1987) – *Two Industries in Roman Lusitania – Mining and Garum production*. BAR International Series, 362
- ENCARNAÇÃO, Gisela (2003) - A villa romana da Quinta da Bolacha - um caso de arqueologia urbana, in *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana*, Amadora, pp. 107-116
- ENCARNAÇÃO, José d' (1985) - Ara votiva a *Triborvnnis*, in *Ficheiro Epigráfico*, 14, Coimbra
- ENCARNAÇÃO, José d' (1995) - Roma e as primeiras culturas epigráficas da Lusitânia Ocidental, in *Roma y el nacimiento de la cultura epigráfica en Occidente*, Institucion Fernando el Católico, Zaragoza, pp. 255-269
- ENCARNAÇÃO, José d' (1998) - Tempo romano e alta idade média no território oeirense, in *1º*

*ciclo de estudos oeirenses*, CMO, Oeiras, pp. 73-79

ENCARNAÇÃO, José d' (2001) - *Roteiro epigráfico romano de Cascais* - 2ª edição - Câmara Municipal de Cascais

ENCARNAÇÃO, José d' e CARDOSO, Guilherme (1981/1982) - Caparide ao tempo dos romanos, in *Arquivo de Cascais - Boletim cultural do município*, Cascais, pp. 87-95

ENCARNAÇÃO, José d', CARDOSO, Guilherme e NOLEN, Jeannette U. Smit (1982) - A *Villa* romana do Alto do Cidreira em Cascais, in *Arquivo de Cascais - Boletim Cultural do Município*, Câmara Municipal de Cascais, pp. 9-27

ENCARNAÇÃO, José d' e CARDOSO, Guilherme (1994) - A *villa* romana de Freiria e o seu enquadramento rural, in *Les Campagnes de Lusitanie Romaine - Occupation du sol et habitats*, Casa de Velazquez, Salamanca, pp. 203-213

ERDKAMP, Paul (1999) – Agriculture, underemployment and the cost of rural labour in the roman world, in *The Classical Quarterly*, New Series, Vol. 49, N°2, p. 556-572

ESTRABÓN (2007) - Geografia de Iberia. Trad. Javier Gómez Espelón; presentaciones, notas y comentarios de Gonzalo Cruz Andreotti, Marco V. García Quintela y Javier Gómez Espelósín — Alianza Editorial

ETIENNE, Robert (1990) - Que transportaient donc les amphores lusitaniennes? In *Ânforas Lusitanas - Tipologia, Produção, Comércio*, Coimbra, pp. 15-19

ETIENNE, Robert e MAYET, Françoise (2007) - L'industrie des salaisons et sauces de poisson dans la Peninsule Ibérique - état de la question, in *Cetariae 2005 - Salsas y salazones de pescado en occidente durante la Antigüedad*, BAR Internacional series, 1686, Oxford, pp. 5-20

FABIÃO, Carlos (1992) – A romanização do actual território português, in *História de Portugal*, vol. 1, Antes de Portugal (ed. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, p. 202-293

FABIÃO, Carlos (1996) – O comércio dos produtos da Lusitânia transportados em ânforas do Baixo Império, in *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*, D. Quixote, Lisboa, pp. 329-342

FABIÃO, Carlos (1997) – A exploração de recursos marinhos, in *Portugal Romano – A exploração dos recursos naturais*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, p. 35-58

FABIÃO, Carlos (1998) - O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 1, número 1, Lisboa, pp. 168-198

FABIÃO, Carlos (1999-2000) - Estudar o mundo rural na Antiguidade, in *A Cidade - Revista Cultural de Portalegre*, Edições Colibri, Lisboa, pp. 7-12

FABIÃO, Carlos (2004) - Centros oleiros da Lusitânia: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação, in *FIGLINAE BAETICAE - Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. - VII d.C.)*, Cadiz, pp. 379-410

- FABIÃO, Carlos (2006) - *A herança romana em Portugal*. CTT Correios de Portugal
- FABIÃO, Carlos (2008) - Las ánforas romanas de Lusitania, in *Cerâmicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. XXXVI Congreso Internacional de la Asociación Rei Cretariae Romanae Fautores, Cadiz, pp. 501-521
- FABIÃO, Carlos (2009a) - O Ocidente da Península Ibérica no século VI: O Pentanummium de Justiniano I encontrado na unidade de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, in *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 4, ERA, Lisboa, pp. 25-50
- FABIÃO, Carlos (2009b) - Cetárias, ânforas e sal: a exploração de recursos marinhos na Lusitania, in *Estudos arqueológicos de Oeiras*, 17, Câmara Municipal de Oeiras, pp. 555-594
- FABIÃO, Carlos (2009c) - A dimensão atlântica da Lusitânia: periferia ou charneira no império romano?, in *Lusitânia Romana - entre o mito e a realidade - Actas da VI mesa redonda internacional sobre a Lusitânia Romana*, Cascais, pp. 53-74
- FABIÃO, Carlos; FILIPE, Iola; DIAS, M<sup>a</sup> Isabel; GABRIEL, Sónia e COELHO, M<sup>a</sup> Manuela (2008) - Projecto "A Indústria de Recursos haliêuticos no período romano: a fábrica da Casa do Governador da Torre de Belém, o estuário do Tejo e a fachada atlântica", *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 1 ERA, Lisboa, pp. 35-39
- FABIÃO, Carlos e GUERRA, Amílcar (1993) - Sobre os conteúdos das ânforas lusitanas, in *II Congresso peninsular de História Antiga*, Coimbra, pp. 995-1016
- FARIA, António Marques (2001) - *Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia*, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 4, número 2, Lisboa, pp. 351-362
- FERNANDES, Lúcia; MARQUES, António; FILIPE, Victor e CALADO, Marco (2006) - Intervenção arqueológica na Rua dos Bacalhoeiros (Lisboa, 2005-2006), in *Al-madan*, II serie, nº 14, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 60-65
- FERNANDES, Lúcia (1999) - Elementos arquitectónicos de época romana da Casa dos Bicos – Lisboa, in *Conimbriga*, 38, Coimbra, pp. 113-135
- FERNANDES, Lúcia (2007) - Teatro romano de Lisboa, in *Al-madan*, II serie, nº 15 Centro de Arqueologia de Almada, pp. 60-65
- FERNANDES, Luis (1998) - Inscrições romanas do Termo de Loures, in *Da vida e da morte: os romanos em Loures* - Museu Municipal de Loures, Câmara Municipal de Loures, pp. 75-92
- FERNANDES, Luis (2003) - Inscrições romanas do Termo de Loures, in *Máthesis*, 12, Universidade Católica Portuguesa, Viseu, pp. 27-55
- FERNANDES, R. M. Rosado (1983-84) – Os ventos, as éguas da Lusitânia e os autores gregos e latinos, in *Euphrosyne*, 12, pp. 53-77
- FERNANDEZ NIETO, F. J. (1970-71) - *Aurifer Tagus* in *Zephyrus*, 21-22, Universidade de

Salamanca, pp. 245-259

FERREIRA, Manuela A. (1997) - Vidros romanos de S. Miguel de Odrinhas, Conimbriga, 36, Coimbra, pp. 177-182

FIGUEIREDO, F. J. Do Amaral e PAÇO, Afonso (1949) - Vestígios romanos de los Casais Velhos (Areia, Cascais), in *I Congresso Nacional de Arqueologia e V Congresso arqueológico del sudeste*, Junta Municipal de arqueologia y del museo de Cartagena, Almeria, pp. 306-312

FILIPPE, Iola e FERREIRA, Angela (2006) *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos - Casa do Governador da Torre de Belém*, ERA- Arqueologia SA

FINLEY, Moses (1965) – Technical innovation and economic progress in the ancient world, in *The Economic History Review*, Vol. 18, Nº1, p. 29-45

FINLEY, Moses (1999) – *Ancient Economy*. University of California Press

FONTES, Joaquim e ALMEIDA, Fernando de (1979) - Museu arqueológico de S. Miguel de Odrinhas, Câmara Municipal de Sintra, Sintra

FULFORD, Michael (1987) – Economic interdependence among urban communities of the roman Mediterranean, in *World Archeology*, Vol. 19, Nº1, p. 58-75

FULFORD, Michael (1992) – Territorial expansion and the roman empire, in *World Archeology*, Vol. 23, Nº3, p. 294-305

FUSCO, Arianna e MAÑAS ROMERO, Irene (2006) - *Marmoles de Lusitania*, Fundacion de estudios romanos

GABRIEL, Sónia; FABIÃO, Carlos e FILIPPE, Iola (2009) - Fish remains from Casa do Governador - a roman fish processing factory in Lusitania, *Fishes - Culture- Environment though archaeoichthyology, ethnography and history*

GALOPIM de CARVALHO (1998) - Aspectos gerais da geologia da Serra de Sintra, in *Sintra - património da humanidade*, Câmara Municipal de Sintra, pp. 81-83

GARCÍA Y BELLIDO, Antonio (1986) – *La España del siglo primero de nuestra era: según P. Mela y C. Plinio*, Madrid, Espasa-Calpe

GARCÍA Y BELLIDO, Antonio (1987) – *España y los españoles hace dos mil anos: según la "Geografia de Strabón"*, Madrid, Espasa-Calpe

GARCIA, José Manuel (1991) – *Religiões Antigas de Portugal* – Imprensa Nacional Casa da Moeda

GARNSEY, Peter e SALLER, Richard (1990) – *The Roman Empire – Economy, Society and Culture*. Duckworth, London

GILL, David W. J. (1991) – Pots and trade: spacefillers or objets d'art? In *The Journal of Hellenic Studies*, Vol 111, p. 29-47



- GOMES, Mário Varela; CARDOSO, João Luís; ANDRÉ, Maria da Conceição (1996) - O mosaico romano de Oeiras. Estudo iconográfico, integração funcional e cronologia, in *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, Oeiras, pp. 367-406
- GONÇALVES, Luís Jorge Rodrigues (2004) - *Escultura Romana em Portugal - Uma Arte do Quotidiano*, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa
- GONZALEZ BLANCO, A. (1993) - Pressoirs à huile d'époque romaine dans la Péninsule Ibérique, in *La production du vin et de l'huile en Méditerranée*, Diffusion de Boccard, Paris, pp. 397-411
- GORGES, Jean-Gérard (1979) – Les villas hispano-romaines: inventaire et problématique archéologiques, Paris: Centre Pierre Paris
- GREENE, Kevin (1986) – *The archeology of the roman economy*. University of California Press
- GREENE, Kevin (2000) – *Technological innovation and economic progress in the ancient world: M.I. Finley re-considered*. In *The Economic History Review*, New series, Vol. 53, N°1, p. 29-59
- GREIF, Avner (2005) – Comment on Hitchner and Saller, in *The Ancient Economy: Evidence and models*, Stanford University Press, p. 239-242
- GUDGER, E. W. (1924) – Pliny's *Historia Naturalis* – The most popular natural history ever published. In *Isis*, 6, 3, pp. 269-281
- GUERRA, Amílcar (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Edições Colibri, Lisboa
- GUERRA, Amílcar (1996) – Marcas de Ânfora Provenientes do Porto dos Cacos (Alcochete), in *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*, D. Quixote, Lisboa, pp. 249-266
- GUERRA, Amílcar (2000) - A Península de Lisboa no I milénio a.C. - uma breve síntese, à luz das fontes e dos dados arqueológicos in *Turres Veteras IV: Actas de pré-história e história antiga*, Câmara Municipal de Torres Vedras Torres Vedras, pp. 119-128
- GUERRA, Amílcar (2003) - Algumas notas sobre o mundo rural do território olisiponense e as suas gentes, in *Mundo Antigo Economia Rural*, Colibri, Lisboa, pp. 123-150
- GUERRA, Amílcar (2006) - O Promontório Magno. Perspectivas da geografia antiga sobre o extremo ocidental da Hispânia in *Actas do Congresso A Presença Romana na Região Oeste*, Câmara Municipal do Bombarral, pp. 119-147
- GUERRA, Amílcar (2009) - A propósito do topónimo "Oeiras": algumas considerações linguísticas e históricas, in *Estudos arqueológicos de Oeiras*, 17, Oeiras, pp. 595-605
- GUERRA, Amílcar; BLOL, Maria Luisa e QUARESMA, José Carlos (2000) - Para o enquadramento do sítio de Povos, um estabelecimento romano do curso inferior do Tejo, *Senhor da Boa Morte - Mitos, História e Devoção - Catálogo da Exposição*, Vila Franca de Xira, pp. 31-42
- HAUSCHILD, Theodor e TEICHNER, Felix (2002) – Milreu, Ruínas - Roteiros da Arqueologia Portuguesa, IPPAR, Lisboa

- HEALY, John F. (2000) – *Pliny the Elder on Science and Technology*. Oxford University Press
- HITCHNER, R. Bruce (2005) - The Advantages of Wealth and Luxury, in *The Ancient Economy: Evidence and models*, Stanford University Press, p. 207-222
- HOPKINS, Keith (1980) – Taxes and trade in the roman empire, in *The Journal of Roman Studies*, Vol. 70, p. 101-125
- HOPKINS, Keith (1999-2000) – *On the Political Economy of the Roman Empire* <http://sshi.stanford.edu/Conferences/1999-2000/empires/hopkins.pdf> (versão online consultada em 01/02/2008)
- HOUSTON, George W. (1988) – Ports in perspective: some comparative materials in roman merchant ships and ports. In *American Journal of Archeology*, Vol. 92, Nº 4, p. 553-564
- HOWGEGO, Christopher (1992) – The supply and use of money in the roman world 200 B.C. to A.D.300. In *The Journal of Roman Studies*, Vol. 82, p. 1-31
- HOWGEGO, Christopher (1994) – Coin circulation and the integration of the roman economy, in *Journal of Roman Archeology*, Vol. 7, p. 5-21
- HUMPHREYS, S.C. (1969) – History, economics and anthropology: the work of Karl Polanyi, in *History and Theory*, Vol. 8, Nº2, p. 165-212
- JONES, A. H. M. (1974) – *The roman economy – Studies in ancient economic and administrative history*. University Press, Oxford
- JUSTINO, Maciel e COUTINHO, Hélder (2001) - A utilização dos mármore em Portugal na época Romana, in *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, Volume 2, Universidade do Porto, pp. 83-86
- KUZNETSOVA-RESENDE, Tatiana (2003) – Sobre a Economia Rural Hispano-Romana (Sécs I-IV), in *Mundo Antigo Economia Rural*, Colibri, Lisboa, pp. 83-122
- LAMBRINO, Scarlat (1960) - Le nom Aefus et la cité d'Avobriga en Lusitanie, in *Bulletin des etudes portugaises*, Tomo XXII, Lisboa, pp. 3-18
- LANCHA, Janine e BELO, Carlos (1994) – *Chevaux Vainqueurs – Une Mosaique Romaine de Torre de Palma*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris
- LOPES MELERO, Raquel; José Luís Sánchez Aral e Santiago Garcia Jiménez (1984) - El bronce de Alcántara. Una deditio del 104 a. C., in *Gérion*, 2, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, pp. 265-323
- LOPES, Conceição (2001) - Mundo rural em *Pax Julia* - estrutura e funcionamento, in *ERA Arqueologia*, nº3, Edições Colibri, pp. 132-149
- LOYZANCE, Marie-France (1986) - A propos de *Marcus Cassius Sempronianus* olisiponensis, *diffusor olearius*, *Revue des Etudes Anciennes*, 88, pp. 273-284

- MACIEL, J. Justino (1999) - *A Antiguidade Tardia no "Ager" Olisiponense: O Mausoléu de Odrinhas*, Centro de Estudos de Ciências Humanas, Porto, pp. 7-37
- MACIEL, Justino e COUTINHO, Hélder (2001) - A utilização dos mármore em Portugal na época Romana, in *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, Volume 2, Universidade do Porto, pp. 83-86
- MACKINNON, Michael (1999-2000) - O papel dos animais na economia rural da Lusitânia romana: zooarqueologia de Torre de Palma, in *A Cidade – Revista Cultural de Portalegre*, número 13-14, Lisboa, edições Colibri, pp. 129-140
- MANTAS, Vasco (1982) - Inscrições romanas do museu municipal de Torres Vedras, in *Conímbriga*, 21, Coimbra, pp. 5-99
- MANTAS, Vasco (1988) – Implantação Rural Romana em torno da *Villa* de S. Cucufate (Vidigueira), in *Arquivo de Beja*, volume III – 2ª série, pp. 199-214
- MANTAS, Vasco (1995) - Tecnologia naval romana, Academia de Marinha
- MANTAS, Vasco (1996) - Comércio marítimo e sociedade nos portos romanos do Tejo e do Sado, in *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*, D. Quixote, Lisboa, pp. 343-370
- MANTAS, Vasco (1997) - *Olisipo* e o Tejo, in *II colóquio temático: Lisboa Ribeirinha*, CML, Lisboa pp. 15-41
- MANTAS, Vasco (1998a) - Navegação, economia e relações interprovinciais. Lusitânia e Bética, in *Humanitas*, 50, Coimbra, pp. 199-239
- MANTAS, Vasco (1998b) - Vias romanas do Concelho de Loures, in *Da vida e da morte: os romanos em Loures/Museu Municipal de Loures*, Câmara Municipal de Loures, pp. 17-28
- MANTAS, Vasco (1999) As *villae* marítimas e o problema do povoamento do litoral português na época romana, in *Économie et territoire en Lusitanie romaine*, Casa de Velázquez, Madrid, pp. 135-156
- MANTAS, Vasco (2000a) - A População da Região de Torres Vedras na Época Romana in *Turres Veteras IV: Actas de pré-história e história antiga*, Câmara Municipal de Torres Vedras Torres Vedras, pp. 129-141
- MANTAS, Vasco Gil (2000b) - A rede viária romana e medieval da região de Torres Vedras, in *Turres Veteras I: Actas de história medieval* Câmara Municipal de Torres Vedras, pp. 11-25
- MANTAS, Vasco Gil (2002-2003) - O Atlântico e o Império Romano, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI - volume 2, Coimbra, pp. 445-467
- MANTAS, Vasco (2004a) - Vias e portos na Lusitânia romana, in *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: las comunicaciones*, Cáceres, pp. 427-454
- MANTAS, Vasco (2004b) – A rede viária romana do território português in *História de Portugal*,

*Volume II*, Ediclube, Lisboa

MANTAS, Vasco (2007) - As relações europeias do território português na época romana, in *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 15, Oeiras, pp. 183-208

MARQUES, Maria Graciana Dias (2008) - Lisboa na tipologia monetária, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 126 – Nº1-12, Lisboa, pp. 9-16

MATTINGLY, David (2006) –The Imperial Economy, in *The Blackwell Companion to the Roman Empire*. Blackwell, Oxford

MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne e BELO, Duarte (2010) – *Portugal – O Sabor da Terra*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, Lisboa

MILLAR, Fergus (1984) – The Mediterranean and the roman revolution: politics, war and economy, in *Past and Present*, Nº102, p. 3-24

MIRANDA, Jorge Augusto (1998) - *Villa romana da Quinta da Bolacha*, Amadora: Gabinete de Arqueologia Urbana

MOITA, Irisalva (coord.) (1994) - *O Livro de Lisboa*, Livros Horizonte, Lisboa, pp. 35-68

MONJARDINO, João R. (1997) - Impressões de cereais num fragmento de tijolo encontrado na villa romana do Clérigo (Cascais), in *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, pp. 53-54

MORAIS, Rui (2007) - A via atlântica e o contributo de Gádir nas campanhas romanas na fachada Noroeste da Península, in *Humanitas*, 59, Coimbra, pp. 99-132

MORAIS, Rui e FABIÃO, Carlos (2007) - Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica, in *Cetariae 2005 - Salsas y salazones de pescado en occidente durante la Antigüedad*, BAR Internacional series, 1688, Oxford, pp. 127-133

MORLEY, Neville (1996) – *Metropolis and Hinterland – the city of Rome and the Italian economy 200B.C - AD 200*, Cambridge University Press

MORLEY, Neville (2000) – Trajan's engines, in *Greece & Rome*, Vol. 47, Nº2, p. 197-210

NOLEN, Jeannette (1988) - A villa romana do Alto do Cidreira (Cascais) - os materiais, in *Conimbriga*, 27, Coimbra, pp. 61-140

OLIVEIRA, Ana Cristina (1998) - A villa romana das Almoinhas (Loures) no contexto da presença romana no concelho de Loures, in *Da vida e da morte: os romanos em Loures*, Museu Municipal de Loures, Câmara Municipal de Loures, pp. 29-41

OLIVEIRA, Ana Cristina (2001) - A villa das Almoinhas (Loures, Portugal). Apresentação dos trabalhos desenvolvidos entre 1995 e 1996, in *O Arqueólogo Português*, Série IV, 19, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 65-94

PENA, T. J. (2007) - *Roman Pottery In The Archaeological Record*, New York, Cambridge

University Press, 20

PEREIRA, Ana Ramos (1998) - Traços gerais da geografia física do concelho de Oeiras, *1º Ciclo de Estudos Oeirenses*, Câmara Municipal de Oeiras, pp. 23-30

PEREIRA, Ana Ramos (2003) - Diversidade do meio físico e recursos naturais in *Atlas da área metropolitana de Lisboa*, Lisboa, pp. 47-65

PEREIRA, F. Alves (1903) - Estatueta ithyphallica, in *O Arqueólogo Português*, série I, vol 8, nº10-12, pp. 300-304

PIMENTA, Frederico Coelho (1982-1983) - Subsídios para o estudo do material anfórico conservado no museu de Sintra, in *Sintria*, I-II, pp. 117-150

PIMENTA, João (2005) - *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*, Trabalhos de Arqueologia 41, Lisboa

PIMENTA, J. (2007) - A importação de ânforas de preparados piscícolas em *Olisipo* (séculos II-IaC), in *Cetariae 2005 - Salsas y salazones de pescado en occidente durante la Antigüedad*, BAR Internacional series, 1687, Oxford, pp. 221-233

PIMENTA, João e MENDES, Henrique (2007) - A escavação de um troço da via romana "*Olisipo-Scallabis*" (em Vila Franca de Xira), in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Volume 10, número 2, Lisboa pp. 171-210

PIMENTEL, Maria Cristina de Castro-Maia de Sousa (1997) – Visão da Hispânia nos seus autores: Marcial, in *Clássica – Boletim de Pedagogia e Cultura*, nº 22, Lisboa, Edições Colibri, p. 189-206

PINTO, Maria João Pereira Rebelo de Sousa (2005) - *Levantamento cartográfico de locais de pedreiras no concelho de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa

POLANYI, Karl et al (1976) - *Comércio y mercado en los imperios antiguos*. Labor Universitaria, Barcelona

PONTE, M. S. S.; GUIMARÃES, M.; PESSOA, M e MARQUES, A.P. (1993) - La production de l'huile et du vin au Portugal durant l'antiquité et le moyen-age, *La production du vin et de l'huile en Méditerranée*, Diffusion de Bocard, Paris, pp. 413-421

PORTELA, João Luís (1986)- *A indústria extractiva e transformadora de mármore*s, Caixa Geral de Depósitos

RAPOSO, Jorge Manuel Cordeiro (1990) - Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas romanas no Vale do Tejo, in *Ânforas Lusitanas - Tipologia, Produção, Comércio*, Coimbra, pp. 117-134

RAPOSO, Jorge Manuel e DUARTE, Ana Luísa (1996) - O Forno 2 do Porto dos Cacos (Alcochete), in *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*, D. Quixote, Lisboa, pp. 249-265

- RAU, Virginia (1984) – *Estudos sobre a História do Sal Português*, Editorial Presença
- RIBEIRO, José Cardim (1982-83) - Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de L. Iulius Maelo Caudicus, in *Sintria*, 1-2, Sintra, pp. 151-476
- RIBEIRO, José Cardim (1994a) - *Felicitas Iulia Olisipo* - algumas considerações em torno do catálogo Lisboa Subterrânea in *Al-madan*, II serie, nº 3, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 75-95
- RIBEIRO, José Cardim (1994b) - Breve nota acerca do criptopórtico de *Olisipo* e da possível localização do “forum corporativo” in *Bracara Augusta*, Braga, pp. 191-200
- RIBEIRO, Orlando (1998) - *Portugal - O Mediterrâneo e o Atlântico*, Livraria Sá da Costa Editora
- ROSTOCTZEFF, Michael Ivanovitch (1972-73) - *Historia social y económica del Imperio Romano*. Espasa-Calpe, Madrid
- RUIVO, José (2006) - A presença Romana na região Oeste na perspectiva dos tesouros monetários, in *Actas do Congresso A Presença Romana na Região Oeste*, Câmara Municipal do Bombarral, pp. 135-147
- SABROSA, Armando (1996) – Necrópole Romana do Porto dos Cacos (Alcochete), in *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*, D. Quixote, Lisboa, pp. 283-300
- SALLER, Richard (2005) – Framing the debate over growth in the Ancient Economy, in *The Ancient Economy: Evidence and models*, Stanford University Press, p. 223-238
- SANTOS, Vítor; SABROSA, Armando e GOUVEIA, Luís (1996) - Carta arqueológica de Almada - elementos da ocupação romana, in *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*, D. Quixote, Lisboa, pp. 225-236
- SCHEIDEL, Walter (2007) – *A model of real income growth in Roman Italy*. Princeton/Stanford Working Papers in Classics <http://www.princeton.edu/~pswpc/pdfs/scheidel/020701.pdf> (versão online consultada em 01/02/2008)
- SEPÚLVEDA, Eurico (2000) - *Lucernas romanas – catálogo*, Câmara Municipal de Torres Vedras, pp. 10-13
- SEPÚLVEDA, Eurico e SOUSA, V. Rafael Cordeiro (2001) - Cerâmicas finas romanas do museu municipal de Torres Vedras: as lucernas, *Conimbriga*, 40, Coimbra, pp. 237-280
- SILVA, Ana Raquel (1998) - A presença romana em Frielas, in *Da vida e da morte: os romanos em Loures* - Museu Municipal de Loures, Câmara Municipal de Loures, pp. 43-48
- SILVA, Ana Raquel (2000a) - A villa romana de Frielas, in *O Arqueólogo Português*, série IV, 18, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 71-84
- SILVA, Ana Raquel (2000b) - A estação arqueológica de Frielas, in *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. VI, Porto, pp. 479-493

- SILVA, Ana Raquel (2000c) - Alguns objectos de adorno pessoal da *villa* Romana de Frielas (Loures) in *Trabalhos Arqueológicos da EAM*, 6, Colibiri, Lisboa, pp. 99-103
- SILVA, Ana Raquel (2002) - A *villa* de Frielas: Tempo, Espaço e Funcionalidade, in *Arqueologia como Documento*, Câmara Municipal de Loures, pp. 11-20
- SILVA, Ana Raquel (2007) - Acompanhamento de obra revela eventuais *Villa* Romana e Assentamento Proto-Histórico (Unhos, Loures), in *Al-madan*, II serie, nº 15, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 161-162
- SILVA, Armando Coelho Ferreira (1986) – A cultura castreja no Noroeste de Portugal, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira
- SILVA, Rodrigo Banha da (1997) - Urbanismo de *Olisipo*: a zona ribeirinha, in *II Colóquio Temático: Lisboa Ribeirinha*, CML, Lisboa, pp. 43-67
- SMITH, William (1870) – *A Dictionary of Greek and Roman Antiquities*. John Murray, London
- SOUSA, Élvio Melim (1989) - Ruínas romanas de Sto André de Almoçageme, in *Actas do seminário: espaço rural na Lusitânia, Tomar e o seu território*, pp. 85-91
- TEICHNER, F. (2007) - Casais Velho (Cascais), Cerro da Vila (Quarteira) y Torreblanca del Sol (Fuengirola): factorias de transformacion de salsas y salazones de pescado o de tintes?, in *Cetariae 2005 - Salsas y salazones de pescado en occidente durante la Antiguidad*, BAR Internacional series, 1689, Oxford, pp. 117-125
- TEMIN, Peter (2001) – *A market economy in the early roman empire*. MIT Department of Economics – Working Paper Series <http://sshi.stanford.edu/Seminars/Papers/classics/temin.pdf> (versão online consultada em 01/02/2008)
- TEMIN, Peter (2002) – *Financial Intermediation in the Early Roman Empire*. MIT Department of Economics – Working Paper Series <http://www-histecon.kings.cam.ac.uk/docs/temin.pdf> (versão online consultada em 01/02/2010)
- TENNEY FRANK (1940) – *An Economic Survey of Ancient Rome – Volume V – Rome and Italy of the Empire*. The John Hopkins Press, Baltimore
- TENNEY FRANK (2004) – *An Economic History of Rome*. Batoche Books, Kitchener, <http://socserv.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/FrankTenney/EcHistRome.pdf> (versão online consultada em 01/02/2010)
- TRAKADAS, Athena (2005) - The archeological evidence for fish processing in the western Mediterranean, in *Ancient fishing and fish processing in the Black Sea Region*, Aarhus University Press, Aarhus, pp. 47-82
- TRINDADE, Maria José Lagos e GASPAR, Jorge (1973/74) - A utilização agrária do solo em torno de Lisboa, na Idade Média e a teoria de Von Thunen, in *Boletim Cultural da Junta Distrital de*

*Lisboa*, 79/80, Lisboa, pp. 5-13

VALERA, António; FILIPE, Iola; COELHO, Manuela; REBUGE, João; PINTO, Marina e BRAGA, Pedro (2006) - Intervenções da ERA Arqueologia SA em 2005, in *Al-madan*, II serie, nº 14, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 148-149

VEIGA FERREIRA, S. da e VEIGA FERREIRA, O. Da (1971-72) - Numária Lusitana, in *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa* Nº75-78, Lisboa, pp. 47-79

VIEGAS, João Carlos G. (1996) - *Aqueduto romano da Amadora*, Gabinete de Arqueologia Urbana, Amadora

VITELLI, Giovanna (1980) - Grain Storage and Urban Growth in Imperial Ostia: A Quantitative Study, in *World Archaeology*, p. 54-68

WILSON, Andrew (2002) – Machines, power and the ancient economy, in *The Journal of Roman Studies*, Vol. 92, p. 1-32

WOOLF, Greg (1992) – Imperialism, empire and the integration of the roman economy, in *World Archaeology*, Vol. 23, Nº3, p. 283-293



# ANEXOS

## Anexo 1 – Principais citações referidas no texto

### Plínio o Velho – *Historia Natural* (tradução de Amílcar Guerra)

4.117

A província no seu conjunto divide-se em três conventos: o Emeritense, o Pacense e o Escalabitano; tem no total quarenta e cinco povos, dos quais cinco são colónias, um é município de cidadãos romanos, três de direito latino antigo e trinta e seis são estipendiários. As colónias são: *Augusta Emerita*, situada junto ao rio Anas; a de *Metellinum*, a de *Pax Iulia* e a de Norba com o apelido de Cesarina, da qual dependem administrativamente *Castra Seruilia* e *Castra Caecilia*; a quinta é *Scalabis* que se designa *Praesidium Iulium*. O município de cidadãos romanos é *Olisipo*, cognominado *Felicitas Iulia*; os ópidos de direito latino antigo são *Ebora*, também chamadas *Liberalitas Iulia*, *Mirtilis* e *Salacia* sobre os quais já falámos.

8.191

Há lãs de variadas colorações de tal modo que, de tantos tipos que existem, faltam os nomes para as que chamam naturais. (..) As da Hístria e da Libúrnica são mais pelo do que lã,. Impróprias para vestuário pelizado, e o mesmo acontece com as que Salácia, na Lusitânia, recomendadas para tecidos axadrezados.

8.166

Consta que próximo do ópido de *Olisipo* e do rio Tejo, na Lusitânia, as éguas viradas para a brisa do favónio recebem um sopro fecundante e deste modo se gera uma cria muito veloz, mas que não ultrapassa os três anos de vida.

9.141

A cochinhilha da Galácia, um grão escarlata, como diremos quando tratarmos dos produtos terrestres, ou a das proximidades de Emérita, na Lusitânia, é a mais apreciada.

9.9

Uma embaixada de olisiponenses, para esse efeito enviada, anunciou ao imperador Tibério que tinha visto e ouvido, numa gruta, tocando búzio, um Tritão cuja forma é bem conhecida. Também não é falsa a ideia que se tem das Nereides, com o corpo coberto por escamas, mesmo na parte em que têm figura humana. De facto, também na mesma costa se avistou uma em agonia e cujo canto

triste os habitantes ouviram ao longe.

15.17

Há também azeitonas muito doces que secam por si, mais doces que uvas passas; são bastante raras e produzem-se na África e próximo de Emérita, na Lusitânia.

15.103

A preferência vai para as cerejas durázias que a Campânia chama plinianas, enquanto que na Bélgica, tal como nas margens do Reno, a preferência é para as lusitanas. Estas têm três cores, preto, vermelho e verde, de forma que parecem estar sempre para amadurecer.

22.3

Ora sabemos também que o vestuário é colorido com tintas maravilhosas. Assim, não falando da cochinilha extraída da grã da Galácia, África e Lusitânia, indicada para os mantos dos generais, a Gália Transalpina tinge, com ervas da cor da púrpura tíria, de *conchylium* e de todas as outras cores.

33.66

Não falando do que na Índia é extraído pelas formigas ou pelos grifos na região dos Citas, o ouro no nosso planeta explora-se de três formas: em pepitas, nos rios, tal como no Tejo da Hispânia, no Pó da Itália, no Hebro da Trácia, no Páctolo da Ásia e no Ganges da Índia – e não há ouro mais polido porque é purificado pelo atrito da própria corrente.

37.97

Boco escreve que no termo de *Olisipo* também se extrai (o carbúnculo), mas com grande dificuldade por causa da argila do solo ressequido.

## **Estrabão – Geografia** (tradução de Javier Gómez Espelosín)

3.1.6

Del litoral adyacente al Promontorio Sagrado, una parte constituye el comienzo del lado occidental de Iberia hasta la desembocadura del río Tajo, y la outra, del meridional, hasta outro río, el Anas, y su desembocadura. Cada uno de ellos procede de las regiones orientales, pero el primero, que es mucho mayor, va a desembocar derecho hacia el oeste, mientras que el Anas se desvía hacia el sur;

delimita el territorio entre ríos que habitan en su mayor parte céltico y algunos lusitanos, que habían sido trasladados allí desde el otro lado del Tajo por los romanos;

### 3.2.3

El Anas resulta también remontable para la navegación, pero no para tales navíos ni durante tanto trecho. Situadas también en el curso alto del Anas hay montañas que poseen minas, y se extienden hasta el Tajo. Al poseer minas, estos territorios son forzosamente pedregosos y escasamente fértiles (como los que lindan con la Carpetania, y todavía más lo que lo hacen con los celtíberos;

### 3.2.6

Desde Turdetania se exporta trigo y vino en cantidad así como aceite (no sólo abundante sino también de una gran calidad); también se exportan cera, miel, pez, una gran cantidad de cochinilla y minio no inferior al de la tierra de Sínope; los astilleros se mantienen allí con madera local. Se dan también entre ellos sales minerales y no son las salazones de pescado, no sólo de esta región sino del resto del litoral de más allá de las Columnas, y no son de peor calidad que las del mar Negro. Antes también sobresalía por su abundante paño, ahora en cambio son más abundantes las lanas de colores intensamente negros y son extraordinariamente hermosas (en cualquier caso los carneros para la cría se compran por un talento). Resulta también insuperable la belleza de los tejidos ligeros que fabrican particularmente los saltietas. Hay también abundancia de ganado de todas clases y de piezas de caza.

### 3.2.7

También es grande el número de atunes que confluyen aquí procedentes del resto del litoral exterior; son gordos y gruesos. Se alimentan de la bellota de una encina que crece en el mar, completamente a ras de fondo, y que produce un fruto muy voluminoso.

### 3.2.8

Pues todo el territorio de los iberos está repleto de semejantes recursos, pero no todo el territorio es así de fértil y próspero, y en particular el que abunda en minas; es raro que una región abunde en ambas clases de recursos, y raro también que una misma región en un territorio reducido abunde en toda la clase de metales. Pero Turdetania y las comarcas vecinas no permiten encontrar hasta ahora en ninguna parte de la tierra que se produzca ni tanta cantidad de oro, de plata, de cobre o de hierro ni de tanta calidad. El oro no sólo se extrae de las minas sino que también es arrastrado por las aguas: los ríos y los torrentes acarrean arena aurífera, que se encuentra en muchas partes e incluso

en lugares desprovistos de agua; pero allí resulta invisible, mientras que en los lugares anegados reluce el brillo del oro. También anegando los lugares secos con agua transportada hasta allí hacen que el polvo brille, y excavando pozos e ideando otras técnicas separan con el lavado el oro de la arena; y más numerosos que los yacimientos de oro son en la actualidad los denominados lavaderos de oro.

### 3.3.1

El Tajo tiene una extensión de veinte estadios en su desembocadura y una gran profundidad, de manera que resulta remontable para navios con capacidad para diez mil ánforas. Cuando tienen lugar las mareas se forman dos esteros en las llanuras del interior, de manera que se puede surcar con un mar hasta una distancia de ciento cincuenta estadios y convierte la llanura en navegable, y en el estero superior se forma una islita de unos treinta estadios de longitud y de una extensión apenas inferior a la longitud, fecunda y provista de buenos viñedos. La isla se encuentra a la altura de la ciudad de Moron, bien situada en un monte cercano al río, y a una distancia del mar exterior de unos quinientos estadios; posee también un territorio fértil en los alrededores y la posibilidad de llegar con facilidad hasta allí remontando el río, en un largo trecho para los grandes barcos, y el resto del trayecto para las barcas de río (y más allá de Moron existe también la posibilidad de remontar el río navegando un tramo todavía más largo). Bruto el denominado Galaico utilizó esta ciudad como base de operaciones cuando lanzó una campana contra los lusitanos y los sometió. Junto a [...] del río [...] para tener libre la posibilidad de remontar el río y el aprovisionamiento: de manera que éstas con las más poderosas de las ciudades que hay en los alrededores del Tajo.

### 3.3.7

Todos los habitantes de las montañas son frugales, beben agua, duermen sobre el suelo y dejan que el cabelllo les cuelgue hacia abajo a la manera de las mujeres; pero combaten ciñendoselo en la frente con una banda. Se alimentan sobre todo de carne de cabra y sacrifican a Ares un macho cabrío, prisioneros y caballos (...); los habitantes de las montañas utilizan durante dos partes del año las bellotas de encina, las dejan secar y las trituran, luego las muelen y fabrican un pan que se conserva durante tiempo. También utilizan la cerveza; en cambio apenas tienen vino, el que producen lo consumen rápidamente en banquetes con los parientes. En lugar de aceite usan mantequilla.

**Varrão - *Res Rusticae*** (tradução de W.D.Hooper and H.B.Ash – Loeb Classical Library edition, 1934)

2.1.19

Speaking of breeding, there is a story from Spain which, though incredible, is quite authentic, that on the shore of the ocean in Lusitania, in the district in which is situated the town of Olisipo, certain mares on Mount Taurus, at a particular time of year, are impregnated by the wind; just as in this country frequently occurs in the case of those hens the eggs of which are called hypenemia. But the foals of these mares do not live beyond three years.

2.4.11-12

Atilius of Spain, a thoroughly truthful man and one widely versed in a variety of subjects, used to tell the story that when a sow was killed in Lusitania, a district of Farther Spain, there was sent to the senator Lucius Volumnius a piece of the meat with two ribs attached which weighed three-and-twenty pounds; and that the meat of that sow was one foot three fingers thick from skin to bone.

**Apiano – Guerra Civil** (tradução de Horace White - Loeb Classical Library edition, 1913)

6.11.64

Viriathus overran the fruitful country of Carpetania without hindrance, and ravaged it until Gaius Plautius came from Rome bringing 10,000 foot and 1300 horse. Then Viriathus again feigned flight and Plautius sent 4,000 men to pursue him but Viriathus turned upon them and killed all except a few. Then he crossed the river Tagus and encamped on a mountain covered with olive trees, called Venus' mountain.

**Tito Lívio – História de Roma** (tradução de D. Spillan e Cyrus Edmonds, 1898)

21.43

To gain this rich reward, hasten, then, and seize your arms with the favour of the gods. Long enough in pursuing cattle among the desert mountains of Lusitania and Celtiberia, you have seen no emolument from so many toils and dangers: it is time to make rich and profitable campaigns, and to gain the great reward of your labours, after having accomplished such a length of journey over so many mountains and rivers, and so many nations in arms.

(Discurso de Aníbal às suas tropas antes do confronto com os Romanos)

35.1

Afterwards, when propraetor, as the Lusitanians, after ravaging the farther Province, were returning home, with an immense booty, he attacked them on their march, and continued the engagement from the third hour of the day to the eighth, before any advantage was gained on either side. He was inferior to the enemy in number of men, but he had the advantage of them in other respects: with his troops formed in a compact body he attacked a long train, encumbered with multitudes of cattle;

(Lutas de Públio Cornélio Cipião na Hispânia)

**Dion Cássio – História Romana** (tradução de Earnest Cary - Loeb Classical Library edition, 1914-1927)

37.52

Accordingly, though he might have been at peace, as I have said, he proceeded to the Herminian Mountains and ordered the inhabitants to move into the plain, in order, as he claimed, that they might not use their fastnesses as a base for marauding expeditions, but really because well he knew that they would never do what he asked, and that as a result he should have some ground for war. This was exactly what happened. After these men, then, had taken up arms, he overcame them. When some of their neighbours, fearing that he would march against them too, carried off their children and wives and most valuable possessions out of the way across the Durus, he first occupied their cities, while they were thus engaged, and next joined battle with the men themselves. They put their herds in front of them, with the intention of attacking the Romans when the latter should scatter to seize the cattle; but Caesar, neglecting the animals, attacked the men and conquered them.

**Ateneu de Naucrátis – Deipnosophistas (O Banquete dos Eruditos)** (tradução de Charles Burton Gulick - Loeb Classical Library edition, 1927-1941)

8.330

My good friend Timocrates: Discussing the wealth of Lusitania, which is a country in Iberia, now called by the Romans Spain, Polybius of Megalopolis, in the thirty-fourth book of his *Histories*, says that in that region, because of the temperate quality of the air, animals and human beings alike are very prolific, and the fruits of the country never fail. "For the roses in that country, the wall-flowers, the asparagus shoots, and similar plants leave off bearing not more than three months,

while sea-food, in point of abundance, excellence, and beauty, far exceeds that found in our sea. The Sicilian medimnos (measure) of barley costs only a shilling, of wheat, eighteen-pence, Alexandrian currency. Wine costs a shilling for ten gallons, a kid of moderate size, twopence, as also a hare. The price of lambs is six or eight pence, a fat pig weighing a hundred pounds is five shillings, a sheep two; sixty pounds of figs may be bought for sixpence, a calf for five shillings, a yoke ox for ten. The meat of wild animals was hardly deemed to be worth any price; on the contrary, they trade it off as a bonus for goodwill." Likewise to us the noble Larensis turns Rome into Lusitania on every occasion, filling us daily with all kinds of good things, and exerting himself pleasurably and generously for our benefit, though we bring nothing from home except dissertations.

**Diodoro Sículo – A Biblioteca Histórica** (tradução de C. H. Oldfather - Loeb Classical Library edition, 1933-1967)

5.35

Since we have set forth the facts concerning the Iberians, we think that it will not be foreign to our purpose to discuss the silver mines of the land; for this land possesses, we may venture to say, the most abundant and most excellent known sources of silver, and to the workers of this silver it returns great revenues. Now in the preceding Books which told of the achievements of Heracles we have mentioned the mountains in Iberia which are known as the Pyrenees. Both in height and in size these mountains are found to excel all others; for they stretch from the southern sea practically as far as the northern ocean and extend for some three thousand stades, dividing Gaul from Iberia and Celtiberia. And since they contain many thick and deep forests, in ancient times, we are told, certain herdsmen left a fire and the whole area of the mountains was entirely consumed; and due to this fire, since it raged continuously day after day, the surface of the earth was also burned and the mountains, because of what had taken place, were called the Pyrenees; furthermore, the surface of the burned land ran with much silver and, since the elementary substance out of which the silver is worked was melted down, there were formed many streams of pure silver. Now the natives were ignorant of the use of the silver, and the Phoenicians, as they pursued their commercial enterprises and learned of what had taken place, purchased the silver in exchange for other wares of little if any worth. And this was the reason why the Phoenicians, as they transported this silver to Greece and Asia and to all other peoples, acquired great wealth. So far indeed did the merchants go in their greed that, in case their boats were fully laden and there still remained a great amount of silver, they would hammer the lead off the anchors and have the silver perform the service of the lead. And the result was that the Phoenicians, as in the course of many years they prospered greatly, thanks to



commerce of this kind, sent forth many colonies, some to Sicily and its neighbouring islands, and others to Libya, Sardinia, and Iberia.

## Anexo 2 – Tabela de sítios arqueológicos romanos no município olisiponense

Pontes, vias, miliários ou simples vestígios diversos, a vitalidade do município olisiponense está demonstrada pela abundância de locais onde foram recolhidas evidências da passagem da civilização romana. Seguem-se os locais identificados como romanos com a respectiva classificação atribuída na base de dados do IGESPAR, o Endovélico.

CNS	Designação	Tipo	Localização
18071	Casa do Governador - Torre de Belém	Complexo Industrial	Lisboa
1101	Castelo de São Jorge - Praça Nova	Vestígios Diversos	Lisboa
6601	Alcântara	Inscrição	Lisboa
6263	Alto do Varejão	Vestígios Diversos	Lisboa
6284	Ameixoeira	Inscrição	Lisboa
6502	Beco do Bugio	Inscrição	Lisboa
6594	Calçada da Ajuda	Inscrição	Lisboa
13833	Calçada do Correio Velho	Estrutura - Termas	Lisboa
6124	Calçada dos Caetanos	Inscrição	Lisboa
6237	Campo Grande	Inscrição	Lisboa
6101	Campo das Cebolas	Vestígios Diversos	Lisboa
6421	Casa do Conde de Portalegre	Necrópole	Lisboa
274	Casa dos Bicos	Complexo Industrial	Lisboa
6354	Chafariz d'el-rei	Inscrição	Lisboa
10621	Companhia Nacional de Navegação	Complexo Industrial	Lisboa
6246	Escola de Medicina Veterinária	Vestígios Diversos	Lisboa
6083	Galerias da Rua da Prata	Estrutura - Criptopórtico	Lisboa
6417	Igreja de S. Paulo	Inscrição	Lisboa
6583	Igreja dos Anjos	Inscrição	Lisboa
10632	Largo e Igreja de Santo António	Estrutura	Lisboa
13488	Mandarim Chinês	Complexo Industrial	Lisboa
1950	Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (BCP)	Complexo Industrial	Lisboa
163	Olivais Sul	Necrópole	Lisboa
6427	Ponte da Póvoa	Inscrição	Lisboa
6474	Porta do Sol	Inscrição	Lisboa
16704	Praça D. Pedro IV - Rossio	Estrutura - Circo	Lisboa
6497	Rua da Madalena	Estrutura	Lisboa
6158	Rua das Canastras, nº 15	Inscrição	Lisboa
6584	Rua de Santo António	Inscrição	Lisboa
6428	Rua de São João da Praça, nº 18	Inscrição	Lisboa

6639	Rua do Terreiro de Martines	Estrutura - Templo	Lisboa
19726/13553	Rua dos Fanqueiros	Complexo Industrial	Lisboa
6348	Rua dos Retroseiros	Inscrição	Lisboa
6640	Santa Marta	Tesouro	Lisboa
3229	Sé	Vestígios Diversos	Lisboa
3340	Tapada da Ajuda	Necrópole	Lisboa
6582	Várzea da Ameixoeira	Inscrição	Lisboa
6692	Xabregas	Inscrição	Lisboa
4961	Lápides das Pedras Negras	Inscrição	Lisboa
327	Teatro Romano de Lisboa	Estrutura - Teatro	Lisboa
11229	Alto da Peça 1	Inscrição	Oeiras
24278	Barra do Tejo	Vestígios Diversos	Oeiras
4958	Serra de Carnaxide	Casal Rústico	Oeiras
23120	Caxias	Vestígios Diversos	Oeiras
11230	Junção do Bem	Necrópole	Oeiras
11240	Laveiras 1	Inscrição	Oeiras
13578	Leão	Villa	Oeiras
2969	Sol Avesso	Necrópole	Oeiras
217	Villa Romana de Oeiras	Villa	Oeiras
3708	Abuxarda	Necrópole	Cascais
11269	Alapraia	Vestígios Diversos	Cascais
1013	Alcoitão	Necrópole	Cascais
11283	Aldeia do Juzo	Complexo industrial	Cascais
3821	Bicesse	Necrópole	Cascais
11282	Bom Sucesso	Complexo industrial	Cascais
11267	Caparide	Villa	Cascais
19437	Caparide Sul	Casal Rústico	Cascais
3696	Caparide/Alto do Moinho Velho	Necrópole	Cascais
8142	Carrascal de Manique	Inscrição	Cascais
5	Casais Velhos	Villa	Cascais
11281	Casal de Santa Teresinha (Alapraia)	Inscrição	Cascais
6010	Casal do Clérigo	Villa	Cascais
23844	Cascais - Cepo de chumbo	Vestígios Diversos	Cascais
8434	Cascais - Nossa Senhora da Luz	Vestígios Diversos	Cascais
11271	Cascais - Rua Marquês Leal Pancada	Complexo industrial	Cascais
23884	Cascais - ânfora	Vestígios Diversos	Cascais
11257	Cemitério visigótico de Alcoitão	Necrópole	Cascais
11284	Cruz da Areia	Vestígios Diversos	Cascais

1844	Espigão das Ruivas	Vestígios Diversos	Cascais
22729/22730	Farol da Guia	Vestígios Diversos	Cascais
11256	Igreja de São Vicente de Alcabideche	Inscrição	Cascais
4688	Manique	Necrópole	Cascais
2490	Miroiços	Villa	Cascais
4691	Murches	Necrópole	Cascais
28688	Praia da Duquesa C	Vestígios Diversos	Cascais
11280	Quinta da Boa Vista	Inscrição	Cascais
3697	Quinta de Santa Maria	Vestígios Diversos	Cascais
11270	Selão	Vestígios Diversos	Cascais
11294	Serigado I	Vestígios Diversos	Cascais
140	Talaíde	Necrópole	Cascais
6242	Vilares	Villa	Cascais
1	Alto do Cidreira	Villa	Cascais
4035	Freiria	Villa	Cascais
11300	Miroiço	Villa	Cascais
670	Outeiro de Polima	Villa	Cascais
11263	Zabrizes	Vestígios diversos	Cascais
11256	Alcabideche	Inscrição	Cascais
18554	Alfragide - FAP	Núcleo Habitacional	Amadora
4030	Amadora - Aqueduto romano	Estrutura - Aqueduto	Amadora
1589	Moinho do Castelinho	Vestígios Diversos	Amadora
755	Villa romana da Quinta da Bolacha	Villa	Amadora
6400	Cabeço do Casal do Figo Passado	Vestígios Diversos	Odivelas
6253	Casas Velhas	Villa	Odivelas
2711	Olival de Basto	Vestígios Diversos	Odivelas
5847	"Vila Velha" de Sintra - Edifício das Padarias / Praça da República / Escadinhas Félix Nunes	Vestígios diversos	Sintra
19451	"Vila Velha" de Sintra - Rua da Ferraria	Necrópole	Sintra
19450	"Vila Velha" de Sintra - Rua das Padarias n.º 14	Vestígios diversos	Sintra
3281	Algueirão - Capela de S. Romão	Inscrição	Sintra
658	Belas/Barragem e Aqueduto de Oisipo	Estrutura - Aqueduto	Sintra
4625	Casal da Aranha	Inscrição	Sintra
4437	Casal das Vivas	Inscrição	Sintra
4876	Casal de Santo Amaro	Vestígios diversos	Sintra
16175	Casal do Rebolo	Necrópole	Sintra
1460	Castelo da Catribana	Vestígios diversos	Sintra

1521	Catribana	Estrutura - Ponte	Sintra
19477	Cerrado das Torres	Necrópole	Sintra
6078	Cortesia	Vestígios diversos	Sintra
3268	Ermidas	Estrutura - Via	Sintra
19470	Espadanaís	Necrópole	Sintra
3528	Estação de Colaride	Necrópole / Núcleo Habitacional	Sintra
19478	Fetal	Necrópole	Sintra
1851	Fonte de Armes	Estrutura - Fonte	Sintra
4567	Armez	Inscrição	Sintra
3528	Gruta de Colaride	Necrópole	Sintra
6186	Madre de Deus	Inscrição	Sintra
24286	Mar do Cabo da Roca 1 - Ânfora	Vestígios diversos	Sintra
2959	Marcador	Vestígios diversos	Sintra
19462	Mucifal	Vestígios diversos	Sintra
16083	Palmeiros	Vestígios diversos	Sintra
19479	Parede Bem Feita	Necrópole	Sintra
105	Pedrões	Villa	Sintra
19459	Pinhal da Nazaré	Necrópole	Sintra
3231	Plataforma de Pianos	Vestígios diversos	Sintra
6401	Quinta	Vestígios diversos	Sintra
6557	Quinta da Areia	Vestígios diversos	Sintra
6297	Saibreira da Trindade	Vestígios diversos	Sintra
19458	Santuário do Sol, Lua e Culto Imperial	Estrutura - Santuário	Sintra
19471	Sete Moios	Núcleo Habitacional	Sintra
1303	São João das Lampas	Inscrição	Sintra
227	S. Mamede de Janas	Vestígios diversos	Sintra
14828	S. Marcos	Villa	Sintra
659	S. Miguel de Odrinhas	Villa	Sintra
30117	Sítio do Telhal	Casal Rústico	Sintra
3255	Vila Verde / Abóbodas	Villa	Sintra
3245	Granja dos Serrões	Villa	Sintra
3249	Santo André de Almoçageme	Villa	Sintra
1595	Várzea de Baixo	Estrutura - Ponte	Sintra
19472	Via Assafora - Catribana	Via	Sintra
30119	Barros do Casal Silvério	Villa	Sintra
15672	Almoinhas	Villa	Loures
10342	Barro	Inscrição	Loures
10321	Bolores	Vestígios Diversos	Loures

10291	Bucelas	Inscrição	Loures
20003	Bucelas 4	Vestígios Diversos	Loures
6538	Bucelas 5	Vestígios Diversos	Loures
11848	Estação arqueológicas de Frielas	Villa	Loures
10301	Quinta da Romeira de Baixo	Vestígios Diversos	Loures
6537	Quinta do Bandeira	Tesouro	Loures
29731	Quinta do Belo	Villa	Loures
30145	Quinta do Miradouro/ Bairro das Coroas	Vestígios Diversos	Loures
23329	Serra da Alrota	Vestígios Diversos	Loures
22626	Alhandra 1/Mouchão de Alhandra	Vestígios Diversos	Vila Franca de Xira
23460	Alhandra 2	Vestígios Diversos	Vila Franca de Xira
12167	Açougue Velho	Miliário	Vila Franca de Xira
30394	Bairro Gulbenkian II	Villa	Vila Franca de Xira
30452	Casal Bandarra I	Vestígios Diversos	Vila Franca de Xira
60450	Casal da Boiça	Villa	Vila Franca de Xira
1654	Castanheira Velha	Vestígios Diversos	Vila Franca de Xira
6577	Estela Funerária de Alverca	Inscrição	Vila Franca de Xira
30453	Galinha Assada	Inscrição	Vila Franca de Xira
30407	Monte da Igreja Velha II	Villa	Vila Franca de Xira
30337	Morgado	Villa	Vila Franca de Xira
22627	Mouchão da Póvoa	Vestígios Diversos	Vila Franca de Xira
26627	Mouchão do Lombo do Tejo	Vestígios Diversos	Vila Franca de Xira
23339	Ponte da Couraça	Casal Rústico	Vila Franca de Xira
4841	Povos	Villa	Vila Franca de Xira
30383	Quinta da Carapinha	Casal Rústico	Vila Franca de Xira
30411	Quinta da Carnota de Baixo	Villa	Vila Franca de Xira

21921	Quinta da Granja 2	Complexo Industrial Forno	- Vila Franca de Xira
30376	Quinta da Torre / Bom Retiro	Villa	Vila Franca de Xira
30451	Quinta do Borrecho 1	Villa	Vila Franca de Xira
30360	Quinta do Bulhaco III	Núcleo Habitacional	Vila Franca de Xira
30349	Quinta do Casal	Villa	Vila Franca de Xira
4595	Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo	Villa	Vila Franca de Xira
30455	Torre	Tesouro	Vila Franca de Xira
27460	Vale da Ribeira de Santa Sofia	Núcleo Habitacional	Vila Franca de Xira
6274	Vialonga	Vestígios Diversos	Vila Franca de Xira
26129	Vila Franca de Xira - Travessa do Mercado	Núcleo Habitacional	Vila Franca de Xira
5200	Antas	Complexo industrial Forno	- Arruda dos Vinhos
22342	Forno P 12 (Quinta das Caldeiras)	Complexo industrial Forno	- Arruda dos Vinhos
888	Adro da Igreja de São Miguel	Vestígios diversos	Mafra
6567	Azueira	Inscrição	Mafra
4566	Carrilhas	Necrópole	Mafra
1324	Carvalhal	Villa	Mafra
12868	Casal Cordeiro	Casal Rústico	Mafra
6207	Casal da Estrada	Inscrição	Mafra
3910	Cheleiros	Inscrição	Mafra
4568	Currais Velhos	Necrópole	Mafra
6206	Ericeira	Inscrição	Mafra
30897	Forno 3 da Cova da Baleia	Complexo Industrial Forno	- Mafra
281	Lizandro	Estrutura - Ponte	Mafra
11360	Marôssos	Casal Rústico	Mafra
1914	Paço d'Ilhas	Inscrição	Mafra
652	Ponte de Cheleiros	Estrutura - Ponte	Mafra
1342	Quinta das Casas Novas	Necrópole	Mafra
21924	Quinta dos Chãos	Inscrição	Mafra
1328	Rólia	Necrópole	Mafra

3219	Santo André	Necrópole	Mafra
20764	São Mamede	Inscrição	Mafra
1150	Aldeia do Penedo	Villa	Torres Vedras
16852	Capela Serra de São Julião	Inscrição	Torres Vedras
6483	Capela de São João Baptista	Vestígios Diversos	Torres Vedras
31375	Casal dos Bucículos	Necrópole	Torres Vedras
1231	Castelo de Torres Vedras	Estrutura - Castelo	Torres Vedras
11331	Cova da Raposa	Vestígios Diversos	Torres Vedras
3397	Dois Portos	Inscrição	Torres Vedras
6386	Ferrarias	Tesouro	Torres Vedras
6271	Louriceira	Inscrição	Torres Vedras
6133	Praia de Santa Cruz	Sepultura	Torres Vedras
6611	Quinta da Macheia	Sepultura	Torres Vedras
4388	Quinta de São Gião	Villa	Torres Vedras
6361	Quinta de Á da Rainha	Inscrição	Torres Vedras
507	Quinta do Juncal	Inscrição	Torres Vedras
482	Serra de São Julião	Villa	Torres Vedras
6112	Torres Vedras - Igreja de Santa Maria do Castelo	Inscrição	Torres Vedras
6257	Turcifal	Vestígios Diversos	Torres Vedras
23341	Aposento	Villa	Alenquer
181	Cadafais	Inscrição	Alenquer
1592	Casal Tufo	Vestígios diversos	Alenquer
5213	Casal do Amaral	Vestígios diversos	Alenquer
5489	Colos	Inscrição	Alenquer
4561	Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Triana	Inscrição	Alenquer
14790	Mouchão	Núcleo Habitacional	Alenquer
18150	Paredes	Necrópole	Alenquer
3184	Pinhal do Alvarinho	Tesouro	Alenquer
50	Quinta da Barradinha	Villa	Alenquer
1822	Quinta de Pancas	Tesouro	Alenquer
22963	Quinta de Santo António	Complexo Industrial - Forno	Alenquer
4395	Quinta do Bravo	Necrópole	Alenquer
20656	Apeadeiro de Vila Nova da Rainha	Villa	Azambuja
5239	Aveiras de Baixo	Villa	Azambuja
29595	Caparica	Tesouro	Almada
2483	Fábrica Romana de Salga de Peixe - Largo Alfredo Dinis	Complexo Industrial - Cetária	Almada



21782	Quinta da Torre	Necrópole	Almada
6579	Quinta do Almaraz	Núcleo Habitacional	Almada
1119	Quinta do Outeiro	Necrópole	Almada
1127	Ramalha	Vestígios diversos	Almada
21997	Foros da Catrapona	Complexo Industrial - Mina	Seixal
8023	Ponta do Mato	Vestígios diversos	Seixal
4421	Quinta de São João	Necrópole	Seixal
3683	Quinta do Rouxinol	Complexo Industrial - Olaria	Seixal
21300	Vale de Gatos	Complexo Industrial - Mina	Seixal
7710	Alcochete	Vestígios Diversos	Alcochete
22707	Caparica	Núcleo Habitacional	Alcochete
22702	Fonte da Raposa	Complexo Industrial - Forno	Alcochete
14778	Monte Laranjo	Villa	Alcochete
22712	Ponte da Caparica	Complexo Industrial - Forno	Alcochete
31402	Ponte da Caparica	Casal Rústico	Alcochete
4143	Porto dos Cacos	Complexo Industrial - Forno	Alcochete
22699	Santo António d'Ussa	Núcleo Habitacional	Alcochete
22703	Vale Simões	Complexo Industrial - Forno	Alcochete
22714	Vale Sorrechão	Núcleo Habitacional	Alcochete
22704	Vale da Palha	Forno / Habitat	Alcochete
22727	Vale do Rafeiro	Vestígios Diversos	Alcochete

## **Anexo 3 – *Villae* e complexos industriais no município olisiponense**

### ***Villae* romanas no município olisiponense**

#### **1 – *Villa* romana de Oeiras**

CNS: 217

**Descrição:** Em 1903 registava-se a descoberta de um mosaico em Oeiras. Foram efectuadas escavações arqueológicas sob a responsabilidade de Leite de Vasconcelos para aprofundar a descoberta. Depois da aquisição do imóvel em que se encontrava, pela Câmara Municipal de Oeiras, já na década de 90, procederam-se a estudos mais detalhados do mosaico e dos terrenos contíguos, que seriam ocupados pela *pars rustica* da *villa*. A descoberta de variado espólio quer residencial quer de actividades produtivas e de estruturas edificadas associadas ao mosaico permitiram a classificação do local como uma *villa*.

**Cronologia:** O mosaico foi datado de finais do século II d.C., inícios dos século III d.C., mas o espólio recolhido indica uma ocupação do sítio que remontaria à Idade do Bronze.

**Espólio:** Foi descoberto variado espólio que aponta para a efectiva existência de uma *villa*, nomeadamente: uma figura de bronze, pesos de tear, fragmento de conta, materiais cerâmicos diversos.

#### **Bibliografia:**

Cardoso, 2000; Encarnação, 1998; Gomes, Cardoso e André, 1996

#### **2 – Caparide**

CNS: 11267

**Descrição:** António de Castelo Branco tinha indicado a existência de tesselas na zona de Caparide, tendo sido classificada na Carta Arqueológica de Cascais elaborada em 1991 com essa indicação. Foram registadas ainda várias inscrições nesta região, nomeadamente duas cupas funerárias estudadas por Leite de Vasconcelos e dois outros monumentos funerários descobertos já na década de 70. Em 2001 o Gabinete de Arqueologia da Câmara foi chamado a intervir na sequência de uma obra realizada no terreno. Embora a maior parte dos edifícios esteja já destruída devido aos trabalhos agrícolas de que o terreno foi alvo, foi possível recolher variado espólio que confirmou a possibilidade de se tratar de uma *villa*, nomeadamente estuques pintados, cerâmica de vários tipos incluindo *terra sigillata*, assim como a presença de um tanque de *opus signinum*, que apontaria para uma utilização produtiva.

**Cronologia:** Os materiais estudados permitiram determinar que a ocupação do sítio deverá ter sido

prolongada até ao século VI d.C..

**Espólio:** Foram identificados vários tipos de espólio que confirma a presença romana nesta zona: cerâmica comum romana e *terra sigillata* (taça foiceense do tipo Hayes 3 com decoração de cruz no interior).

**Bibliografia:**

Cabral, Cardoso, Encarnação e Nieuwendam, 2002; Encarnação e Cardoso, 1981/82

### 3 – Casais Velhos

CNS: 5

**Descrição:** Em 1945 foram efectuadas escavações nesta localidade do concelho de Cascais, após algumas sondagens terem detectado materiais do período romano e ter sido mesmo encontrada uma ara funerária no local. As escavações efectuadas na altura e mais tarde permitiram colocar a descoberto estruturas habitacionais, um forno, tanques revestidos a *opus signinum*, pesos de lagar, dois silos e uma necrópole. Em bom estado de conservação está também um complexo termal e o respectivo aqueduto. A interpretação das estruturas industriais tem motivado diversas classificações, sendo que, sem haver certezas, foram propostas utilizações como tinturaria ou como produção de preparados piscícolas, ambas associadas à proximidade da costa. Foi também recolhido diverso espólio que indicava tratar-se de uma *villa*, nomeadamente *terra sigillata*.

**Cronologia:** As moedas encontradas são do século IV e V d.C., que será um dos períodos de ocupação da estrutura, que deveria ter começado mais cedo, por volta do século II d.C.

**Espólio:** Foram encontrados vários objectos que comprovam a utilização em época romana do local, nomeadamente: vários fragmentos de paredes e pedras trabalhadas, cerâmica comum e *terra sigillata*, um peso de chumbo, moinhos de mão e várias moedas de cobre.

**Bibliografia:**

Figueiredo e Paço, 1949; Mantas, 1999; Teichner, 2007

### 4 – Alto do Cidreira

CNS: 1

**Descrição:** Referenciada inicialmente, ainda no século XIX por Francisco Paula e Oliveira, a *villa* do Alto do Cidreira foi identificada pela presença de materiais de construção (alguns dos quais atestavam o luxo dos edifícios, nomeadamente os mármore e pedaços de colunas) e materiais cerâmicos, pela presença de estruturas variadas e pela descoberta dos restos de um mosaico que adornaria esses edifícios. Também Felix Alves Pereira já nos inícios do século XX volta a referir a presença destes vestígios, embora nenhuma intervenção tenha sido feita. Apenas nos anos 70 na

sequência da descoberta de uma cabeça em terracota é planeado um projecto de escavação, que se viria a realizar em 1980 e 1981. A descoberta de um edifício termal veio confirmar a importância da descoberta, sendo que foi ainda recolhido vários espólio que permitiu caracterizar com maior detalhe o local. Já nos anos 90 foi realizada uma intervenção de emergência dada a necessidade de trabalhos de urbanização num local próximo. Nesta altura foram identificadas estruturas que deveriam pertencer à *pars urbana* da *villa* e onde foram encontrados vários objectos de luxo que justificam essa classificação, como um anel, várias moedas e tesselas de mosaico.

**Cronologia:** O estudo da cerâmica e das moedas encontradas permitiu datar a ocupação da *villa* que se teria iniciado na segunda metade do século I e que se teria prolongado até aos século IV e V d.C.

**Espólio:** Como na maior parte dos locais, o espólio mais abundante é o cerâmico, tendo sido analisado em detalhe por Jeannette Nolen, que classificou as tipologias e os usos dos recipientes num artigo bastante detalhado. Para além das cerâmicas é ainda de destacar a cabeça em terracota e alguns objectos em osso e em vidro, embora em pequena quantidade. Vários recipientes e objectos que indicam actividades económicas como os pesos de tear indiciam que localmente existiria alguma produção de bens alimentares e têxteis.

#### **Bibliografia:**

Cardoso e Encarnação, 1999; Encarnação, Cardoso e Nolen, 1982; Nolen, 1988

### **5 – Freiria**

CNS: 4035

**Descrição:** Este é um dos locais de presença romana mais bem documentado e que terá sido alvo do maior número de campanhas de escavação dentro do município olisiponense. Situada no concelho de Cascais, as intervenções arqueológicas iniciaram-se em 1985 e permitiram descobrir uma parte significativa das estruturas que compunham esta *villa*. Foram escavados locais onde se situaria a *pars urbana* sendo conhecidos vários pavimentos de mosaico e os estabelecimentos balneares com o respectivo sistema de abastecimento de água. Da *pars rustica* foi também explorado um edifício identificado como celeiro assim como um lagar de azeite e estábulos.

**Cronologia:** A ocupação do local remonta ao calcolítico, embora a criação dos edifícios da *villa* remontem ao século I a.C e a sua utilização deverá ter perdurado até ao século V d.C.

**Espólio:** Este local permitiu descobrir um espólio muito diversificado, desde aos mais vulgares materiais de construção até aos mais requintados objectos de adorno, passando por vários espólio indicativo das suas actividades económicas como *dolia* ou pesos de tear e até um quadrante solar em bastante bom estado, que comprova a sofisticação dos habitantes da *villa*.

**Bibliografia:**

Cardoso, 1995-1997; Cardoso e Encarnação, 1991; Cardoso e Encarnação, 1994; Cardoso e Encarnação, 1995; Cardoso e Encarnação, 1996; Cardoso e Encarnação, 1998; Cardoso e Encarnação, 1999a; Cardoso e Encarnação, 1999b; Cardoso e Encarnação, 1999c; Cardoso e Encarnação, 2001; Cardoso e Encarnação, 1998; Cravinho, 1993/94; Encarnação e Cardoso, 1994

**6 – Quinta da Bolacha**

CNS: 755

**Descrição:** Em 1979 foram descobertos vestígios romanos na Amadora, tendo sido elaborado um projecto de escavações no início dos anos 80 que revelou a existência de diversas estruturas e de um tanque revestido de *opus signinum*. Os trabalhos só recomeçaram já na década de 90 devido à construção de um prédio nas proximidades do local, tendo sido colocadas a descoberto mais estruturas e um grande volume de espólio cerâmico, incluindo vários exemplares de *terra sigillata*. A localização do sítio e os vestígios identificados permitiram identifica-la como uma *villa*, embora tenham sido poucos os exemplos de materiais de prestígio que justifiquem essa classificação. Outras intervenções mais recentes têm sido realizadas, mas têm sido mais orientadas para a preservação dos achados.

**Cronologia:** Os materiais recolhidos apontam para uma ocupação mais proeminente nos séculos III e IV d.C., embora possa ter existido uma ocupação mais antiga.

**Espólio:** Foram identificados vários tipos de cerâmica comuns (potes, panelas e púcaros) mas também *sigillata* de origem africana e gálica. Foram ainda encontradas quatro moedas, duas do imperador Galieno e duas do imperador Cláudio II Gótico

**Bibliografia:**

Encarnação, Gisela, 2003; Miranda 1998

**7 – S. Marcos**

CNS: 14828

**Descrição:** Em São Marcos foram detectadas estruturas que se revelaram datar do período romano. Em 1978 foram efectuadas escavações que revelaram as primeiras estruturas. Nos anos 80 e finais do anos 90, a urbanização levou a um aprofundar da pesquisa nesta estação, que culminou com a criação de uma reserva arqueológica

que pretendeu preservar as estruturas identificadas e conciliá-las com os projectos de desenvolvimento urbanístico da região. A localização do sítio, numa região fértil e junto à cidade de *Olisipo*, os edifícios analisados, assim como o espólio encontrado apontam para a existência de um

a *villa* romana neste local.

**Cronologia:** A análise dos achados permitiu determinar que a ocupação deste local deveria ter sido longa já que foram encontrados restos de uma ânfora neo-púnica, que indica uma presença já no século II a.C. e que se terá prolongado até ao século VI d.C.

**Espólio:** Registaram-se vários vestígios de materiais cerâmicos de diversos tipos incluindo exemplares de uso comum, de armazenamento (*dolia*) e transporte (ânforas) mas também vários exemplares de *terra sigillata*. Foram ainda recolhidos outros vestígios como pesos de tear, moedas de bronze, fragmentos de vidro, objectos de osso e alguns de metal, elementos de mós e ainda abundante material de construção.

#### **Bibliografia:**

Coelho, 2005

### **8 – S. Miguel de Odrinhas**

CNS: 659

**Descrição:** No local onde hoje se encontra o Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas regista-se desde há muito tempo a presença de vestígios romanos. No entanto, a construção de uma necrópole e da capela levaram à destruição de muitas das estruturas dos edifícios originais. As primeiras escavações datam dos anos 50 e nessa altura foram identificadas estruturas e inclusivamente foi identificado um mosaico completo e vestígios de outros em quartos adjacentes. Nos anos 90 foram elaborados mais trabalhos de escavação que detectaram outras estruturas, nomeadamente o sistema de esgotos da *villa*, comprovando que se trataria de um sítio importante.

**Cronologia:** Foram encontrados artefactos que apontam para uma ocupação do local em época pré-histórica, sendo que as estruturas ainda seriam ocupadas já em tempos medievais, indicando assim uma utilização bastante prolongada do local.

**Espólio:** Foram encontradas diversas epígrafes que documentam a presença romana na região, embora muitas delas tenham sido recolhidas noutras locais do concelho de Sintra e transportadas para este local. Algumas, terão, no entanto, sido encontradas nesta região. Para além destes vestígios foram ainda encontrados materiais de construção, de que há a destacar um capitel e várias tesselas assim como outros pequenos objectos: uma asa de ânfora com uma inscrição, dois fragmentos de vidro e duas asas de lucerna.

#### **Bibliografia:**

Almeida, 1962; Cardozo, 1956; Ferreira, 1997; Fontes e Almeida, 1979; Lambrino, 1953; Maciel, 1999

## 9 – Granja dos Serrões

CNS: 3245

**Descrição:** Este local foi identificado já há algum tempo, primeiro pelas inscrições lá recuperadas e depois pelo achamento de diversos vestígios que apontariam para uma *villa* de grandes dimensões. Nos anos 90 na sequência de uma obra rodoviária na região foi elaborado um projecto de escavações que permitiu detectar um conjunto de edifícios. Uma das dependências, pela abundância de tesselas e de ferramentas, foi identificada como uma possível oficina de mosaicos.

**Cronologia:** A ocupação da *villa* deverá ter sido feita até ao século IV d.C., altura do seu eventual abandono.

**Espólio:** Foram encontrados abundantes materiais cerâmicos, nomeadamente materiais de construção. A falta de publicação dos resultados da escavação não permite oferecer mais dados quanto a outros materiais encontrados.

### **Bibliografia:**

Ribeiro, 1982-83

## 10 – Santo André de Almoçageme

CNS: 3249

**Descrição:** A descoberta de um mosaico no início do século XX terá dado origem à investigação posterior que permitiu identificar uma *villa* romana em Santo André de Almoçageme, tendo sido encontrados vestígios variados nomeadamente cerâmicas de vários tipos. Em 1985 começaram os trabalhos sistemáticos de escavação no sítio, que revelaram uma potencial zona de olaria, o que justificava a abundância desse tipo de vestígios.

**Cronologia:** A análise da *terra sigillata* presente no local permitiu estabelecer uma cronologia de ocupação que se iniciaria em no século II d.C. e que se prolongaria até meados do século V d.C.

**Espólio:** O espólio levantado foi essencialmente cerâmico, tendo sido identificados exemplares de materiais comuns, *terra sigillata* e *dolia*. Foram ainda encontrados dois pesos de tear e dois cossoiros, evidências de outras actividades económicas também desempenhadas na *villa*.

### **Bibliografia:**

Sousa, 1989

## 11 – Almoinhas

CNS: 15672

**Descrição:** Os primeiros vestígios romanos foram identificados em 1990 através da recolha de vestígios de superfície. No entanto, apenas as escavações efectuadas em 1995 e 1996 é que

permitiram a detecção de estruturas e de materiais que permitiriam a classificação de *villa*. As estruturas foram identificadas como pertencendo à *pars urbana* do edifício, tendo sido detectado um conjunto de pavimentos de mosaico. Escavações posteriores permitiram identificar mais alguns sectores deste sítio, que ainda continuam a ser explorados.

**Cronologia:** O espólio permite a identificação de uma cronologia que se iniciaria no século II d.C. e que se prolongaria para o século seguinte existindo ainda indícios de uma ocupação árabe posterior.

**Espólio:** Para além de variado material cerâmico incluindo *terra sigillata*, materiais de construção, fragmentos de *dolia* e pesos de tear. Foram identificadas ainda algumas moedas de cobre, contas pertencentes a objectos de adorno e pequenos objectos de bronze e osso.

**Bibliografia:**

Oliveira, 1998; Oliveira, 2001

## 12 – Frielas

CNS: 11848

**Descrição:** A escavação do sítio de Frielas iniciou-se em 1997 com a identificação de várias estruturas que teriam pertencido à *pars urbana* da *villa*. Foram registados os vestígios de mosaicos e de estuques pintados que comprovam esse carácter residencial. A presença de vestígios de actividades económicas apontam ainda para que se trataria de uma estrutura de produção com algum peso dada a sua localização na várzea de Loures junto a várias vias de comunicação importantes e dentro da área de abrangência do município lisiponense.

**Cronologia:** O espólio recolhido e o mosaico encontrado indicam que o sítio teria sido ocupado principalmente entre III e IV d.C. embora alguns fragmentos de *terra sigillata* apontem para uma eventual ocupação até ao século VII d.C.

**Espólio:** Foram encontradas diversas cerâmicas incluindo *terra sigillata*, *dolia* e pesos de tear, fragmentos de mosaico, numismas e objectos de adorno (contas e restos de um alfinete de cabelo).

**Bibliografia:**

Silva, 1998; Silva, 2000a; Silva 2000b; Silva 2000c; Silva, 2002



## **Complexos industriais no município olisiponense**

### **1 – Casa do Governador da Torre de Belém**

CNS: 18071

**Descrição:** A residência do Governador da Torre de Belém data do século XVI. Depois de diversas modificações ao longo do tempo, obras realizadas em 2006 para a construção de uma unidade hoteleira no local vieram revelar um conjunto de cetárias importante e em bom estado de conservação que indicam que se trataria de um complexo industrial de produção de preparados piscícolas de alguma relevância.

**Cronologia:** O início da ocupação romana no local terá sido provavelmente no século I d.C.. O final da sua utilização terá sido apenas no século VI, data apontada por um numisma encontrado no local.

**Espólio:** Foi descoberto variado espólio que aponta para a ocupação do local, nomeadamente fragmentos de cerâmica comum, vidros, metal e fragmentos de ânfora e de *sigilatta*..

#### **Bibliografia:**

Fabião, Filipe, Dias, Gabriel e Coelho, 2008; Fabião, 2009a; Filipe e Ferreira, 2006; Gabriel, Fabião e Filipe, 2009; Valera, Filipe, Coelho, Rebuga, Pinto e Braga, 2006

### **2 – Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros**

CNS: 1950

**Descrição:** Este é um local com uma ocupação contínua ao longo de vários séculos. No entanto do período romano foi possível identificar um conjunto de unidades de transformação de pescado assim como as suas respectivas estruturas de apoio, que nos indicam ter-se tratado de um local onde esta actividade era importante. Na Baixa Pombalina foram detectados noutros locais evidências deste tipo de tanques, o que aponta para que esta área podia albergar um vasto conjunto de complexos à semelhança do que acontece em Tróia.

**Cronologia:** A ocupação romana do local terá acontecido entre os séculos I e V d.C.

**Espólio:** Neste local foram recolhidos essencialmente vestígios de ânforas que seriam utilizadas para o transporte dos preparados piscícolas.

#### **Bibliografia:**

Amaro, 1982; Amaro, 1994; Amaro, Bugalhão e Sabrosa, 1996; Amaro, 2002; Bugalhão, 2001

### **3 – Quinta do Rouxinol**

CNS: 3683

**Descrição:** Na margem Sul do Tejo foram encontrados fornos de produção de cerâmica assim como uma fossa onde seriam colocados os materiais rejeitados. Os tipos de recipientes produzidos no local (ânforas Almagro 50, Almagro 51c e Lusitana 9) serviam provavelmente para o transporte de preparados piscícolas, o que revelaria uma ligação com as fábricas de transformação de pescado de *Olisipo* e da região de Almada.

**Cronologia:** A olaria terá funcionado entre a segunda metade do século II d.C. e a primeira metade do séc. IV d.C., datas determinadas pela tipologia da *sigilatta* encontrada mas também pelas moedas recolhidas no local.

**Espólio:** Foram recolhidos essencialmente vestígios das ânforas produzidas no local, e também de vários tipos de cerâmica comum que seriam produzidos localmente. Foram encontrados ainda dois moldes de lucernas assim como diverso material cerâmico de construção.

#### **Bibliografia:**

Amaro, 1990b; Amaro, 1990c; Duarte, 1990; Duarte e Rapos, 1996; Raposo e Duarte, 1999

#### **4 – Porto dos Cacos**

CNS: 4143

**Descrição:** Na região de Alcochete foi identificado um local onde se encontrariam fornos de cerâmica da época romana. Foram encontrados vestígios de vários tipos de cerâmica, sendo de destacar a abundância de ânforas, muitas com marcas que identificavam os seus fabricantes ou os produtos que encerravam. Foi encontrado ainda um conjunto de 46 ânforas alinhadas numa das zonas do complexo, situação inédita neste tipo de locais. Perto da olaria foi ainda explorada uma necrópole datada dos séculos II a V d.C. que nos indica a probabilidade de ter existido uma pequena povoação associada ao complexo industrial.

**Cronologia:** A olaria teria funcionado continuamente entre I e V d.C. como se depreende da tipologia das ânforas produzidas.

**Espólio:** Foram recolhidos vários vestígios cerâmicos nomeadamente vários recipientes de cerâmica comum, lucernas, *sigilatta*, moedas e objectos metálicos e de vidro.

#### **Bibliografia:**

Amaro, 1990b; Amaro 1990c; Cabral, Gouveia e Morgado (1996); Duarte e Raposo, 1996; Guerra, 1996; Raposo, 1990; Duarte e Raposo, 1996; Sabrosa, 1996